



Relatório de Atividades 2020

**Secretaria do Verde, Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável**

Relatório de Atividades

Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

2020

Jonas Donizette

Prefeito Municipal de Campinas

Henrique Magalhães Teixeira

Vice-Prefeito Municipal de Campinas

Andréa Struchel

Secretária Municipal do Verde, Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável



ACESSO RÁPIDO

Clique nos ícones abaixo para acessar diretamente o conteúdo de seu interesse



APRENDIZADOS

Os aprendizados da pasta com a pandemia COVID-19



DESTAQUES DE 2020

Principais realizações do ano nas diversas áreas



RETROSPECTIVA

Situação da gestão ambiental desde 2013 até 2020



EVENTOS

Seminários, oficinas, workshops e demais eventos



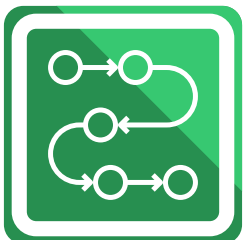
ODS E GESTÃO

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como norte da Gestão Ambiental



GESTÃO MUNICIPAL

Estrutura, recursos humanos, orçamento e equipe



2017 A 2020

Planejamento Estratégico e Plano de Ação



TEIA

Teia da Cidadania Ambiental



PLANEJAMENTO E GESTÃO

Planos e políticas ambientais, banco de dados e indicadores



ANEXOS

Linha do tempo, Glossário e Produção Legislativa

APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Atividades é muito especial, pois além de apresentar os avanços significativos obtidos desde 2013, ele também é o norte para a transição de governo, o qual terá desafios e olhares cada vez mais relevantes, uma vez que o desenvolvimento sustentável estará no centro das discussões mundiais, a fim de atingirmos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS contidos no plano de ação da Agenda 2030 da ONU.

Preparamos Campinas para esse momento, ao estabelecer os alicerces das Políticas Públicas Ambientais, tais como: os Planos de Saneamento, Recursos Hídricos, Verde, Educação Ambiental, além de definir as Políticas Municipais de Meio Ambiente e de Enfrentamento aos Impactos das Mudanças do Clima e da Poluição Atmosférica. Já, para transparência e agilidade informatizamos vários processos administrativos (LAO-licenciamento ambiental on line, Geoambiental, entre vários), bem como inauguramos o nosso canal no Youtube.

Os colaboradores, foram muitos: os órgãos da Administração Municipal, a Câmara de Vereadores, os Conselhos Municipais, as entidades ambientalistas e as academias, envolvidos e presentes nos avanços obtidos para a preservação do meio ambiente cidadão.

Para o futuro, esperamos nos aprofundar na integração e na transversalidade desta

pasta junto às ações dos demais órgãos municipais e regionais.

Renovar permanentemente esse compromisso é fundamental, a fim de continuar a cumprir - nossa missão, em prol da sustentabilidade ambiental municipal, a partir de uma gestão integrada, participativa e transversal.

A equipe da SVDS é comprometida com a causa ambiental e não esmorece, mesmo em situação excepcional da pandemia COVID-19, o foco é todo na qualidade da vida daqueles que vivem em Campinas e região atuando, inclusive no âmbito metropolitano, oferecendo uma visão e atuação mais abrangente, e tão importante para o desafio ambiental que uma metrópole enfrenta.

Para tanto, convidamos as pessoas envolvidas e preocupadas com os temas abordados no presente Relatório de Atividades, que quiserem colaborar com críticas, sugestões e demandas a acessar nosso site (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>) e utilizar o e-mail: meioambiente@campinas.sp.gov.br para a constante melhoria de nossas ações.

Desde já, nós e as gerações futuras agradecemos!



Andrea Struchel
Secretária do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

ÍNDICE

1. APRENDIZADOS COM A PANDEMIA COVID-19	3
2. RETROSPECTIVA	6
3. OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17
4. PLANEJAMENTO 2017 A 2020	20
4.1 Planejamento Estratégico da SVDS 2019 a 2022	21
5. PLANEJAMENTO E GESTÃO	27
5.1 Política Ambiental Municipal	27
5.2 Lei de Compensações Ambientais	28
5.3 Central de Inteligência Cidade Sustentável	28
5.4 Indicadores	30
6. DESTAQUES DE 2020	33
6.1 Licenciamento Ambiental	33
6.2 Fiscalização Ambiental	36
6.3 Proteção e Bem-Estar Animal	40
6.4 Educação Ambiental	46
6.5 Gestão das Áreas Verdes	47
6.6 Gestão dos Planos Municipais Ambientais	49
6.7 GeoAmbiental	78
6.8 RECONNECTA RMC / INTERACT-Bio	81
6.9 Cities4Forests - Cidades Pelas Florestas	92
6.10 Responsabilidade civil de danos ambientais	98
6.11 Caso Mansões Santo Antônio	100
7. EVENTOS	103
8. GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL	132
8.1 Estrutura Administrativa	132
8.2 Orçamento	133
8.3 Recursos Humanos	138
9. TELA DA CIDADANIA AMBIENTAL	152
ANEXO I - Linha do Tempo SVDS	153
ANEXO II - GLOSSÁRIO	178
ANEXO III - PRODUÇÃO LEGISLATIVA	182

1. APRENDIZADOS COM A PANDEMIA COVID-19

Com o advento da pandemia do Coronavírus – COVID-19, a partir do mês de março, as atividades da SVDS, assim como a prestação de serviços necessariamente presenciais ao contribuinte, passaram por profundas transformações.

Em 2020 a SVDS passou a integrar o Comitê Municipal de Enfrentamento da Pandemia de Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), que trabalha em forma de eixos estratégicos e transversais e objetiva impedir a disseminação da doença por meio de ações de prevenção e controle.

Isto implicou em uma adaptação na forma de trabalho, inclusive com acesso remoto aos arquivos, comunicação por meio de plataformas virtuais e reuniões virtuais semanais entre as equipes, a fim de transmitir informações e definir o planejamento e as prioridades das mesmas junto aos seus dirigentes.

A SVDS incorporou rapidamente essas mudanças em suas rotinas, formalizando parcialmente o trabalho remoto, a fim de cumprir as determinações previstas no Decreto Municipal 21.126/2020, que disciplinou as regras para o regime de trabalho nos órgãos da administração pública e estabeleceu critérios, em especial de distanciamento social, visando minimizar a propagação do vírus em nossa cidade.

Diante da maior produtividade e avanços significativos nos trabalhos efetuados durante os “trabalhos à distância” (home office), esta SVDS autorizou o teletrabalho parcial, em caráter facultativo e a critério da chefia, conforme disposto no Comunicado SVDS nº 02/2020, durante o período de quatro semanas.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

As reuniões semanais, virtuais ou presenciais (Figura X), das equipes continuam sendo um ótimo instrumento de planejamento e acompanhamento das atividades, bem como estabelecimento das prioridades e distribuição de servidores em equipes de trabalhos, pois as frentes de atuação são muitas e devem aumentar a partir do retorno dos EUA no Acordo de Paris.



Figura 01: Trabalho remoto marcou o ano de 2020.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Assim, o elemento crítico do isolamento imposto pela pandemia, foi contornado com o uso da tecnologia, o que já fazia parte do perfil da nossa equipe, bem como a troca de ideias e o espírito colaborativo, que nos é peculiar devido a área transversal em que atuamos, e tem sido o grande diferencial desta pasta e nos coloca diante do futuro sustentável.

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38977>

<https://www.youtube.com/channel/UCfPTj4qmTIOY-lu2wdScMig>

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/135424#art-1>

2. RETROSPECTIVA

Situação 2013 a 2020

Campinas vem progredindo de forma consistente na gestão e nas suas políticas destinadas à área ambiental, conforme demonstrado nos Relatórios de Atividades produzidos semestralmente desde 2013 e disponibilizados na página da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS, no endereço:

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/gabinete-secretario.php>

Houve a criação e o fortalecimento da SVDS, sendo potencializada a elaboração de instrumentos de gestão, a fim de atingir melhores índices de qualidade ambiental local e regional, além de desenvolver diversos sistemas de aferição, estes em constante aprimoramento.

O que fizemos no Planejamento Ambiental

Em 2013, o **Plano de Saneamento Básico** trouxe segurança aos investimentos e diretrizes em resíduos, tratamento e abastecimento de água, de esgoto e de drenagem. Nesse item, o Instituto Trata Brasil avaliou que, apenas 12 cidades brasileiras, incluindo Campinas, atendem integralmente o marco regulatório do saneamento básico, proposto na Lei Federal nº 11.445/2007. Em 2020, com a construção da ETE Boa Vista, a capacidade instalada de tratamento de esgoto na cidade atingiu o histórico marco de 100%, um dos passos fundamentais para a universalização do saneamento básico na cidade.

Em 2015 a **Política de Educação Ambiental** e, em 2016, os **Planos de Recursos Hídricos** e do **Verde** foram aprovados. No ano de 2017, a Lei do

Plano Municipal de Educação Ambiental foi sancionada e a **Política de Meio Ambiente** foi enviada à Câmara Municipal de Campinas.

O **Plano de Manejo da APA de Campinas** passou por um processo de elaboração técnica calcada em constantes oitivas intersetoriais e da comunidade, desde 2016. E, em 2018, foi incrementado o processo participativo do plano de manejo da APA de Campinas com oitiva da comunidade, com destaque às oficinas participativas e as audiências públicas. Sua aprovação final deu-se pelo Conselho Gestor da APA (Congeapa) em 2019, com a publicação da Portaria do Órgão Gestor.

Com o desdobramento do Plano de Manejo, foram elaborados dois Projetos de Lei que foram encaminhados à Câmara Municipal. O PLC nº 65/2019 que altera dispositivos da Lei nº 10.850/2001 que “Cria a Área de Proteção Ambiental - APA - do Município de Campinas, regulamenta o Uso e Ocupação de solo e o exercício de atividades pelo Setor Público e Privado, e dá outras providências”. O segundo PLC, nº 66/2019, trata do Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo da APA de Campinas. Esta Lei contemplou os parâmetros estabelecidos no referido Plano, traduzindo-os para o formato de legislação compatibilizada com o regramento do restante da cidade. Também trouxe novidades com o primeiro regramento do solo para a zona rural da APA de Campinas. Estes projetos passaram por análise de todas as comissões da Câmara Municipal, e foram aprovados em primeira votação no mês de junho e aguardam a segunda votação.

Os Planos Municipais estratégicos para o meio ambiente (**Recursos Hídricos, Verde, Saneamento Básico, Educação Ambiental e Manejo**) contribuíram para a significativa interface na repactuação do ordenamento territorial, por meio da revisão do Plano Diretor (Lei Complementar nº

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

189/2018) e da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (Lei Complementar nº 208/2018).

Em 2020, tivemos a publicação das Leis de **Política Municipal de Meio Ambiente** (Lei Complementar nº 263/2020), de **Compensação Ambiental** em sede de Licenciamento Ambiental (Lei Complementar nº 261/2020) e da **Política Municipal de Enfrentamento dos Impactos da Mudança do Clima e da Poluição Atmosférica de Campinas** (Lei Ordinária nº 16.022/2020).

O objetivo da formação das Políticas e Planos Ambientais foi também o de estimular a **participação dos conselhos e dos cidadãos** como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, aproveitando a troca de informações e de experiências.

O que fizemos na área de destinação de compensações ambientais

Em 2019 foi promulgada a lei oficializando as normas de funcionamento do **Banco de Áreas Verdes (BAV)** de Campinas, por meio da Lei Complementar nº 213/2019.

Ao longo de 2020 continuaram as ações de plantios compensatórios, visando o aumento e a qualificação de áreas verdes e de lazer na cidade por meio do BAV, para o cumprimento de suas funções ecológicas e sociais. Além da continuidade das ações de recuperação na região da APA de Campinas, com plantios em andamento nas Fazendas São José, Santana da Lapa e São Vicente, foram iniciadas ações de recuperação nas Fazendas Bomfim e Bela Vista. Os processos de recuperação em áreas públicas de loteamentos estão sendo acompanhados, com plantios nos Loteamentos San Conrado, Botânico e Colinas do Ermitage, todos na APA de Campinas. O BAV vem ainda indicando e acompanhando processos de recuperação em várias

outras áreas de Campinas, de acordo com o planejamento que privilegia as áreas estratégicas indicadas pelo Plano Municipal do Verde, e obedecendo às diretrizes para implantação de trechos de parques lineares e de corredores ecológicos no município. Os Termos de Compromissos Ambientais incentivaram o **Programa de Mobilidade Urbana Sustentável** da EMDEC, implantando ciclovias nas Avenidas Norte Sul e Baden Powell, bem como o sistema de ciclovias do Distrito de Barão Geraldo com 1,9 km de extensão, ligando o Terminal Barão Geraldo até a moradia estudantil.

Desde a **crise hídrica** (agravada em 2014), que ocorreu em todo o Estado de São Paulo, trabalhou-se ativamente representando o Prefeito em atividades do Consórcio e do Comitês de Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ e junto com a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - SANASA, no enfrentamento e na busca de soluções a curto, médio e longo prazo, com destaque às ações sob a Coordenação da SVDS: elaboração do Plano Municipal dos Recursos Hídricos; implementação do Programa de Recuperação de Nascentes e de Áreas Ciliares; estabelecimento de Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); regulamentação pioneira no âmbito municipal para utilização de água de reúso (que posteriormente foi suplantada por norma estadual), convênio de cooperação interinstitucional entre a SANASA e a SVDS, na implementação de ações conjuntas relacionadas às políticas públicas municipais de recursos hídricos; licenciamento e controle ambiental de obras de saneamento básico e de ações relacionadas ao meio ambiente.

Análise das situações de risco das áreas contaminadas

Quanto às **áreas contaminadas**, promoveu-se a interface com a comunidade, órgãos e técnicos especializados, monitorando e implantando ações efetivas,

a exemplo do **caso Mansões Santo Antônio**, em que foi iniciado processo de extração de gases como medida emergencial, além do processo licitatório da contratação para complementação dos estudos e da revisão das áreas com restrição ambiental, com medidas discutidas tanto pelo Grupo de Trabalho específico da Municipalidade quanto pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - Cetesb, órgão competente pela gestão das áreas contaminadas no Estado.

No Controle Ambiental

No **licenciamento ambiental** houve avanços com ampliação das tipologias licenciadas em nível local, reformulação da legislação, elaboração de Termos de Referência e de Manuais, além da estruturação da Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS). Além disso, avançou-se ainda na elaboração de normas de fomento à sustentabilidade (Selo S), no licenciamento ambiental de regularização fundiária de núcleos habitacionais de interesse social e específico, e no sólido processo de informatização, com a implantação e a publicidade do licenciamento ambiental 100% digital (Sistema de Licenciamento Ambiental OnLine - LAO). Vale destacar que o acesso ao sistema é facultado a todos os conselheiros do COMDEMA, do CONGEAPA e do Ministério Público (via intranet e internet).

Na **Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA)**, o trabalho em parceria com diversas Secretarias e Órgãos possibilitou o fortalecimento das ações preventivas. Por meio de grupos como: Operação Verão, Operação Estiagem, Comitê de Prevenção e Controle das Arboviroses, Cidades Resilientes e Grupo de Trabalho de Doação de Materiais Recicláveis, a CFA incrementou o planejamento de suas ações visando impedir que os danos

ambientais aconteçam. Nos últimos 2 anos, tivemos ainda um aumento expressivo nas ações de proteção animal, tanto nas inspeções quanto na qualificação dos laudos, realizando, de janeiro até 30 de novembro de 2020, 1381 atendimentos e vistorias (orientativas ou repressivas) nesta área. No mesmo período foram realizados 2.754 atendimentos ou vistorias no total. Em 2020, a fiscalização ambiental passou a integrar o Comitê Municipal de Enfrentamento da Pandemia de Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

Educação Ambiental a caminho de novas metas

Na execução dos Programas do Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA), com destaque aos Espaços Educadores Ambientais, às Formações de Educadores Ambientais, e às ações de Educomunicação Ambiental, a Educação Ambiental de Campinas conseguiu encerrar o ano de 2019 com quase 100% de cumprimento das ações previstas no Plano, o qual estava previsto para acontecer apenas em 2020.

Para 2020, as ações propostas teriam início em março, por estarem vinculadas ao início do ano letivo, no entanto, devido a pandemia do COVID-19, todas as atividades tiveram que ser paralisadas.

Pelo Programa Espaços Educadores, três Centros de Educação Ambiental (CEA) foram instituídos em 2019 e, em novembro de 2020, foi formalizada a criação do Centro de Educação Ambiental da Estação Ambiental de Joaquim Egídio.

Como avanço institucional podemos destacar a criação da Plataforma Virtual do TEAR (Tecendo a Educação Ambiental em Rede), além da realização da I Conferência de Educação Ambiental de Campinas, que

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

coroaram a entrega de documentos pioneiros de indicadores para educação ambiental. Estes documentos foram submetidos à apreciação e ao conhecimento da Rede Municipal de Educação.

A partir de março deste ano, migramos nossas atividades de educação ambiental, que por regra, se dão de forma presencial, para meios virtuais, a exemplo da primeira Semana do Meio Ambiente - SEMEIA virtual da história de Campinas, com 31 atividades, atingindo um público estimado de 9.000 pessoas, por meio do Programa de Educomunicação.

Outra atividade que passou do presencial para o virtual foram as visitas nos Centros de Educação Ambiental, sendo a primeira realizada pelo Centro de Educação Ambiental da Mata de Santa Genebra, dando continuidade ao Programa de Espaços Educadores Ambientais.

Na Proteção e Bem-Estar Animal, criou-se um Departamento específico e várias ações foram concretizadas

Neste departamento, podemos destacar o Portal Animal, castração por intermédio de unidade móvel, microchipagem de animais, cadastramento da população de cães e gatos (por meio de software), programa de ressocialização de cães agressivos, programa de prevenção ao abandono de animais, aplicação de penalidades administrativas para os que maltratam os animais, por meio do Decreto nº 19.844, de 2018, conferindo à Coordenadoria de Fiscalização Ambiental desta SVDS o poder de polícia administrativa.

Melhoria nas feiras de adoção de animais (espaço e frequência), melhorias físicas do espaço que acolhem os animais abandonados, adequação dos laboratórios de diagnóstico (aquisição de equipamentos e criação de

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

infraestrutura), criação do SAMU animal (UTI móvel para atendimento de animais doentes ou atropelados em vias públicas), além do programa de atenção aos animais dos moradores de rua (vacinação, microchipagem e castração).

No ano de 2017 foi lançado o “Estatuto dos Animais” - que disciplina a relação entre humanos e animais no município - e, ainda, permite a municipalidade punir administrativamente os casos de maus tratos aos animais, que foi regulamentado em 2018. A partir da publicação do decreto, quem cometer as infrações previstas no Estatuto fica sujeito a sanções administrativas como advertência e multa. Em maio de 2019 foi promulgada a Lei nº 15.753, a qual altera dispositivo do Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de Campinas da Lei nº 15.449 de 2017, a qual fixa especificações para as áreas públicas destinadas à socialização animal.

No ano de 2019 iniciou-se também a busca por uma nova área para a futura Sede do Departamento. Ao longo do ano também iniciou-se o Projeto do Centro de Integração Animal (CIA), que abrigará não somente a nova sede (com toda a estrutura administrativa e cuidado dos animais) como também o Centro de Recuperação de Animais Silvestres - CRAS.

Em 2020 houve avanço nas tratativas de doação de uma área pública federal às margens da Rodovia Anhangüera, para a instalação da nova sede do DPBEA. Além disso, a elaboração do projeto executivo das edificações foi iniciado.

Além disto, a Gestão Participativa foi fortalecida por meio de

Conselhos Municipais, com as novas gestões como a do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas (COMDEMA), do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Campinas (CONGEAPA), do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de Campinas (CMPDA), do Conselho do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e do Conselho de Regulação e de Controle Social do Município de Campinas - ARES-PCJ, bem como o funcionamento do Conselho Diretor do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB), até mesmo em momento de pandemia, por meio de reuniões virtuais, transmitidas ao vivo na página oficial da SVDS, na plataforma youtube.

Em 2017, em prol da transparência, aconteceu o lançamento do portal **GeoAmbiental**, onde a população pode acessar as principais informações ambientais especializadas. Constantemente o portal é atualizado com novas informações de cunho ambiental, como dos plantios do BAV e as penalidades e as multas da fiscalização ambiental, por exemplo. Além disso, novas camadas são inseridas de forma a complementar as informações já disponíveis. As camadas mais recentes são a de Agravos e doenças (sobre a febre maculosa), a Área de conectividade (relacionada ao Programa Reconecta - RMC) e a área susceptível à inundação do Recanto dos Dourados.

Reportamos a organismos externos os resultados de gestão

Campinas é atualmente reconhecida pelo Governo do Estado como uma das cidades que mais avançou no Programa Município VerdeAzul (PMVA). Após os expressivos resultados obtidos nos últimos anos, a SVDS continua trabalhando, em conjunto com outros órgãos da administração, para manter

o patamar acima de 90 pontos no ranking do programa, propondo ações e documentos normativos que atendam aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Desde 2018, o reporte à plataforma do Carbon Disclosure Project (CDP Cities) acerca de nossas ações em mudança do clima passou a adotar uma classificação das cidades em termos do quão engajadas estão em suas ações de adaptação e mitigação. Em 2019, Campinas passou da classificação “C - Consciência” para a classificação “B- Gestão” na pontuação atribuída. Esta classificação colocou Campinas acima da média das cidades da América Latina e aponta as oportunidades e desafios para a agenda climática municipal. O reporte para o ciclo 2020 seguiu a mesma estratégia adotada em 2019, contando com a colaboração de técnicos de diversas pastas da administração, e se encerrou no segundo semestre, devido à pandemia.

Fomento à gestão transversal

Em 2017 criamos a **Central de Inteligência Cidade Sustentável** que visa incorporar as premissas de sustentabilidade a uma visão de futuro estratégica, e fará com que Campinas seja referência para o conceito de gestão sustentável, não só regional como nacional, conforme as premissas do Decreto nº 15.926, de 12 de junho de 2017. O grupo tem por missão assegurar uma abordagem sistêmica, transversal e pautada na sustentabilidade da administração pública e possibilitar a execução das ações de sustentabilidade estratégicas para o município constantes do Plano de Governo, em especial os programas e ações dos planos ambientais municipais. O ano de 2020 assiste à consolidação do espaço físico e à nomeação da equipe técnica da Central, bem como à produção do Relatório do Programa Cidades Sustentáveis.

À frente da ANAMMA

Em decorrência das ações ambientais de cunho local, veiculadas por Campinas em âmbito estadual e nacional, vários debates e ações foram protagonizados junto a **Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio Ambiente (ANAMMA)**, oportunidade em o Secretário Rogério Menezes assumiu em 2014 a sua vice-presidência estadual, posteriormente a sua presidência estadual e, em 2015, a presidência nacional (até 2019), o que projetou Campinas na liderança das discussões ambientais facilitando diálogos diversos com setores e órgãos públicos, universidades, entidades de pesquisa e fomento, entidades do terceiro setor de importante representação nacional e internacional, o que permitiu Campinas sediar dois Fóruns Brasil de Gestão Ambiental (FBGA), 2017 e 2019. Esse protagonismo continua com a atual Secretária, Andréa Struchel, eleita Vice-Presidente da ANAMMA Estadual. No ano de 2020, Campinas participou de lives organizadas pela Frente Parlamentar Ambientalista em parceria com a ANAMMA, em diversos espaços virtuais de diálogo sobre o meio ambiente e sustentabilidade local, trazendo sempre os exemplos de sucesso de Campinas.

No Anexo I ao final do relatório, apresentamos a **Linha do Tempo** que retrata de forma cumulativa as principais realizações da SVDS entre 2013 a 2020.

3. OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS COMO NORTE DE ATUAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL

Os 193 Estados Membros da ONU comprometeram-se com a Agenda 2030, em 2015, a fim de alcançar o Desenvolvimento Sustentável até 2030.

É um plano de ação ambicioso, contempla 17 Objetivos e 169 metas, porém é imprescindível adotá-lo para a erradicação da pobreza, proteção do planeta e garantia da paz e da prosperidade das pessoas.

Esta ação global abrange as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento sustentável, conforme pode ser observado na figura dos ODS:



Figura 02: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Guiados pelas metas globais, espera-se que os países definam as suas metas nacionais, estaduais e municipais e as incorporem em suas políticas,

programas e planos de governo, objetivando a melhora na qualidade de vida dos cidadãos e do seu entorno.

A partir do comprometimento da incorporação da agenda 2030 ao nível municipal, e em alguns casos até regionais, o monitoramento dos indicadores desagregados torna-se fundamental, sendo esses responsáveis pelo direcionamento do caminho a seguir, o qual deve priorizar e observar as especificidades de cada local e os desafios de cada região, buscando parcerias e apoio das demais esferas governamentais.

Os avanços devem ser conjuntos, entre todas as áreas e instâncias, a fim de minimizar as desigualdades, à fome e a pobreza, como premissas primárias. Por óbvio, os ODS buscam também promover a evolução que a população demanda, ou seja, obter atendimento na saúde, vagas no ensino, emprego digno e segurança. Além disto, o consumo e a produção precisam ser conscientes, observando o desenvolvimento sustentável, pois a pandemia de 2020, como outras pandemias que ocorreram e que venham a surgir originam-se fundamentalmente do desequilíbrio ambiental.

Assim, o olhar sobre os ODS é global, pois a melhora de um pode influenciar na piora de outro, como por exemplo: a erradicação da pobreza impacta no aumento de consumo e conseqüentemente em “maior pegada ecológica”, sendo imprescindível o equilíbrio entre eles e a inovação na forma de produzir, utilizar e descartar, esforçando-se para minimizar o efeito estufa, as mudanças climáticas, e os conflitos.

Desta forma, o presente relatório de atividades da SVDS, apresenta ao leitor, os ODS relacionados às ações, planos, programas e projetos desenvolvidos pela pasta ambiental.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Vale destacar que, dentre os 17 Objetivos definidos pela ONU, a SVDS está desenvolvendo trabalhos relacionados a 15 deles, a saber: ODS 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16 e 17.

Maiores informações:

Fonte: <https://ods.ibge.gov.br/xcc/global?page=Agenda2030>

<https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>

4. PLANEJAMENTO 2017 A 2020

Neste segundo governo, a meta tem sido concretizar as ações que foram propostas pelos técnicos e dialogadas com a sociedade, especialmente por meio dos Conselhos Ambientais de interface, em diversas oficinas, eventos, sites, consultas e audiências públicas, indo de encontro com as propostas estabelecidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, da ONU.



No início do ano, como de costume, aconteceu a reunião de balanço do ano de 2019 e planejamento do ano de 2020.

Entre as ações consensuadas para 2019-2020, destacam-se a aprovação da Política Municipal de Meio Ambiente, a implementação dos Planos Ambientais Municipais, a inserção das diretrizes ambientais locais no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMC, a elaboração de legislação de incentivos ambientais para aprovação de empreendimentos e atividades sustentáveis, a elaboração da Política Municipal de Mudanças Climáticas e a continuidade das ações de Proteção e Bem-Estar Animal.

Também os mecanismos de cooperação e estabelecimento de parcerias estão sendo ampliados, com o objetivo de obter acesso rápido às melhores soluções, processos e tecnologias disponíveis, a oportunidades de financiamento e assessoria técnica, a fim de evitar a perda de tempo, socializar o conhecimento e acelerar processos para impulsionar as transformações necessárias ao desenvolvimento sustentável de Campinas.

4.1 Planejamento Estratégico da SVDS 2019 a 2022

A SVDS tem grande responsabilidade na construção de uma Cidade Sustentável, na garantia de um meio ambiente equilibrado e na qualidade de vida dos campineiros.

O instrumento que escolhemos para esse fim é a construção coletiva de um planejamento estratégico, baseado em um processo participativo. Para isso, foi escolhida a ferramenta PES - Planejamento Estratégico Situacional, cuja principal característica é a compreensão da realidade, modificando-a para melhor atender ao interesse público.

A atividade de planejamento contou com moderação, em 2019, da servidora da Secretaria de Recursos Humanos, Milena de Senne Ranzini, e com a participação de todos os servidores da SVDS.

O processo teve início com o estabelecimento das **Diretrizes Estratégicas**. A escolha da **missão** buscou identificar seu principal propósito, sendo a razão de ser da Secretaria. A **visão** objetivou estabelecer como a entidade quer ser reconhecida no futuro. Por fim, os **valores** indicaram os conceitos e juízos que orientam a atuação dos servidores.



Figura 03: Planejamentos estratégicos da SVDS 2019 a 2022.

Após essa definição, foi realizado o **Diagnóstico** com o suporte da **Metodologia de Diagnóstico de Situações**, que buscou explicar a realidade sobre a qual se queria atuar e mudar. Foram também analisadas as causas e as consequências destes problemas e escolhido o principal nó crítico por área.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020



Figura 04 a 07: Reunião de Planejamento com a equipe da SVDS.

Fonte: Gabinete SVDS.

A esta fase seguiu-se a estruturação do **Plano de Ação**, principal produto da fase de **Formulação**. Neste momento foram definidos, para cada um dos nós críticos, os recursos, as ações, os resultados, os descritores e as metas. O momento **Estratégico** consistiu em verificar a viabilidade do projeto formulado e conceber a melhor forma de executá-lo. Assim, finalizamos a análise dos planos elaborados, identificando se os recursos necessários para viabilizar as ações seriam suficientes para atingir os resultados.

As referidas etapas possibilitaram à SVDS implementar as ações na fase de **Operação** do plano que significa agir na realidade.

No fechamento da atividade de planejamento, sugeriu-se dois encaminhamentos. Primeiramente, considerou-se fundamental a

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

organização de grupos de trabalho para tratar os temas comuns da Secretaria, apontando os principais nós críticos correlacionados e estabelecendo ações para resolvê-los. Em segundo lugar, buscou-se estabelecer uma **Comissão de Gerenciamento do Plano**, com a finalidade de monitorar e avaliar as ações, prazos e resultados.



Figura 08 a 11: Reunião de Planejamento com a equipe da SVDS.

Fonte: Gabinete SVDS.

No último ciclo do Planejamento Estratégico, definiu-se quatro frentes de ação em áreas consideradas frágeis: gestão de pessoas, estrutura administrativa, procedimento e comunicação.

Devido a pandemia causada pelo Coronavírus - COVID-19, a reunião de planejamento de 2020 se deu por meio virtual, usando para isso, a ferramenta Hangout Meet. Durante a reunião, que contou com a

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

participação de todos os servidores da SVDS, os diretores, os coordenadores e o gabinete apresentaram e discutiram os objetivos, os planos, os programas e os projetos propostos para o ano de 2020.



Figura 12: Reunião de Balanço e Planejamento

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Como produto da estrutura e da gestão de pessoas, elaboramos uma nova formatação de estrutura administrativa da Pasta Ambiental, demandamos mais servidores públicos, por meio de concurso público, incrementando nossos processos de comunicação (especialmente por meio de plataformas e redes virtuais), bem como procedimentos internos da SVDS.

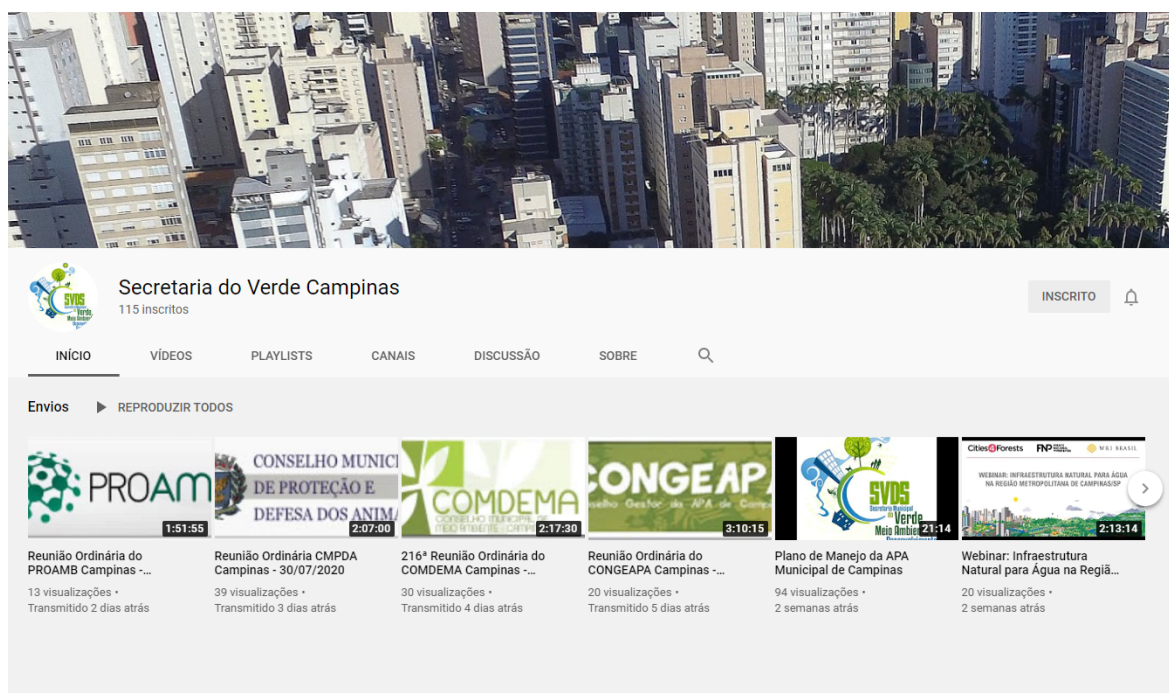


Figura 13: Canal da SVDS no YouTube

5. PLANEJAMENTO E GESTÃO

5.1 Política Ambiental Municipal

A Política Municipal de Meio Ambiente (PM₂A) é o documento que norteia e consolida a forma da gestão ambiental municipal, assegurando o desenvolvimento sustentável aliado à preservação do meio ambiente. A Política foi contemplada inicialmente na Lei Complementar nº 15/2006 que “Dispõe sobre o Plano Diretor” e, não obstante essa primeira iniciativa tenha sido de grande importância, com a criação da SVDS, pela Lei Complementar nº 59/2014, a estrutura administrativa foi redefinida e as atribuições da Pasta Ambiental, repactuadas. Isso nos levou à revisão da **Política Municipal de Meio Ambiente**, a fim de contemplar essa nova estrutura, adequar os objetivos e os instrumentos, por caracterizar-se uma nova forma de gestão municipal.



Após a finalização da leitura técnica e comunitária em 2016, o documento foi enviado, no primeiro semestre de 2017, à Câmara Municipal, sendo que o Projeto de Lei Complementar nº 37/2017 foi aprovado e sancionado, tornando-se a Lei Complementar nº 263, de 18 de junho de 2020.

Maiores informações:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/135778>

http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/politica_meio_ambiente.php

<http://www.campinas.sp.leg.br/atividade-legislativa/pesquisa-de-proposicoes>

(e pesquisar pelo PLC nº 37/2017).

5.2 Lei de Compensações Ambientais

O Projeto de Lei Complementar nº 23/2018 dispõe sobre os critérios e parâmetros de compensação ambiental em sede de termo de compromisso ambiental firmado no âmbito do licenciamento ambiental, sendo aprovado e sancionado, tornando-se a Lei Complementar nº 261, de 18 de junho de 2020.



Atualmente encontra-se em processo de regulamentação, por meio de Decreto.

Maiores informações:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135776>

http://sagl.campinas.sp.leg.br/sapl_documentos/materia/342985_texto_integral.pdf?1564684615.45

5.3 Central de Inteligência Cidade Sustentável

A sociedade cada vez mais demanda uma gestão integrada, eficiente e transparente em todos os níveis, o que só é obtido com o aperfeiçoamento dos processos de trabalho hoje existentes.



A instituição de uma agenda efetivamente sustentável, pela sua natureza sistêmica e transversal, requer uma governança que ultrapasse os limites impostos pela estrutura formal de Governo.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Incorporar as premissas de sustentabilidade a uma visão estratégica de futuro reforçará Campinas como referência para o conceito de gestão sustentável, não só regional como nacional.

Nesse sentido, foi criada a Central de Inteligência Cidade Sustentável, por meio do Decreto nº 15.926, de 12 de junho de 2017, que é responsável em assegurar uma abordagem sistêmica, transversal e pautada na sustentabilidade para todos os entes da administração pública e possibilitar a execução das ações de sustentabilidade estratégicas para o município constantes do Plano de Governo, em especial os programas e ações dos Planos Ambientais Municipais.

Em 2019, Campinas foi convidada a relatar sua experiência de criação da Central de Inteligência durante o encontro de planejamento estratégico do Programa Cidades Sustentáveis, realizado em São Paulo, ainda durante o evento Conexão Carbono Zero, organizado pelo CDP.

Em 2020, produzimos o Relatório do Programa Cidades Sustentáveis, abordando a trajetória de Campinas no programa desde 2013 e apontando os próximos passos necessários para a efetiva gestão por indicadores de sustentabilidade.

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35387>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=31885>

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/131322>

5.4 Indicadores

5.4.1 Programa Município VerdeAzul

Em 2019, Campinas foi certificada pelo 7º ano consecutivo. Após recurso do resultado final, Campinas garantiu o 13º lugar no ranking ambiental paulista, mantendo mais uma vez a sua liderança entre os municípios paulistas com mais de 500 mil habitantes.



A pontuação de 92.14 colocou Campinas em primeiro lugar também entre os municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC). Trata-se do terceiro ano consecutivo que o município assume a liderança da RMC.

Normalmente, o Programa estipula que os documentos comprobatórios sejam entregues em duas (02) etapas: Qualificação para a Certificação (abril) e Certificação (outubro), com notas de corte de 40 e 80 pontos, respectivamente.

Porém, em 2020 devido à pandemia, a documentação comprobatória foi encaminhada somente em setembro, havendo uma única etapa. Até o momento não recebemos a análise das tarefas encaminhadas, nem tão pouco a respectiva classificação. Mas, estamos na expectativa de mantermos a pontuação do último ano, pois não conseguimos realizar grandes avanços, obviamente, em consequência do Coronavírus.

No gráfico a seguir, destaca-se a evolução da pontuação de Campinas, onde a linha em verde representa o limiar de 80 pontos, necessários para obtenção da certificação.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

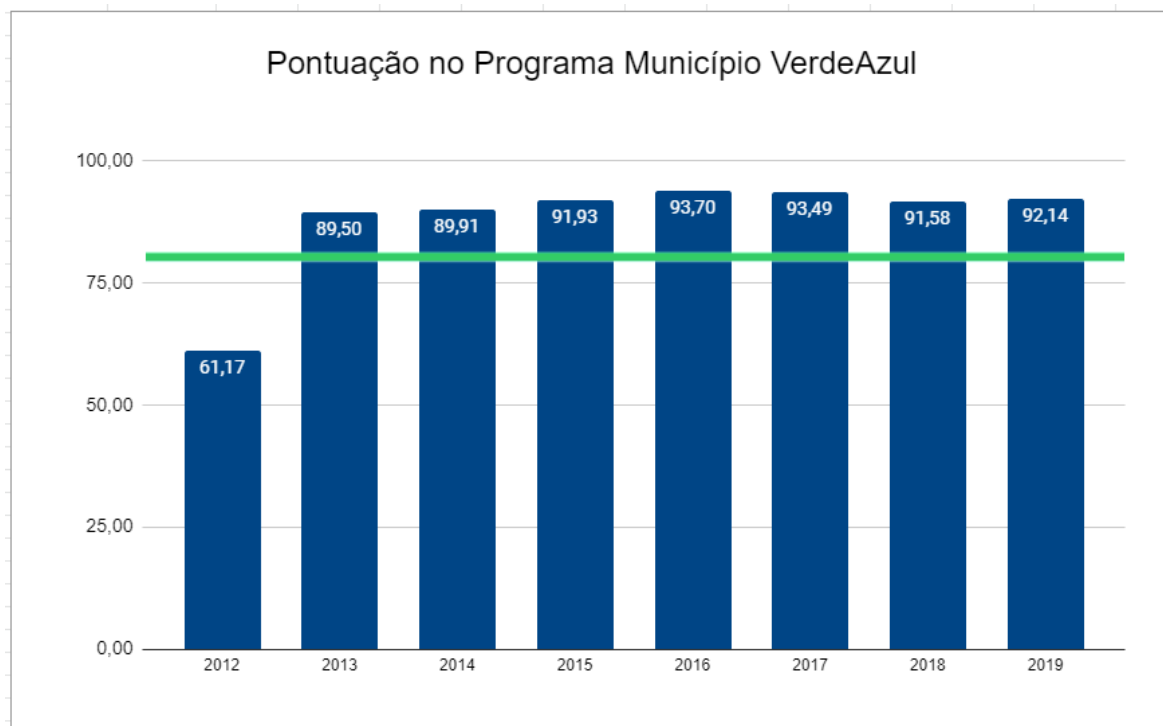


Figura 14: Gráfico de Evolução da Pontuação PMVA.

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35570>

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/verdeazuldigital/pontuacoes/>

<https://portalcbn Campinas.com.br/2020/03/ranking-ambiental/>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38232>

<https://portaldarmc.com.br/noticias-da-regiao/2020/07/municipio-verdeazul-campinas-mantem-se-em-1o-lugar-em-ranking-ambiental/>

5.4.2 Programa Cidades Sustentáveis

Desde 2017, a SVDS passou a trabalhar com a plataforma do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), a qual foi adaptada para atender aos 17 ODS da ONU. O estudo realizado pela equipe de planejamento ambiental da Secretaria permitiu discutir as metas do Governo Municipal, sob a perspectiva do PCS e dos ODS.

Este material servirá de subsídio para as atividades vinculadas à Central de Inteligência, responsável pela gestão de políticas públicas sustentáveis. Em 2018, foram obtidos 128 indicadores municipais dos 260 disponíveis na plataforma, contendo as informações atualizadas para os anos de 2016 e 2017. O processo de atualização dos indicadores para o ano de 2019 está em andamento e se estendeu pelo segundo semestre de 2020, com uma dinâmica diferenciada devido à pandemia. A conclusão da atualização se dará em 2021.

Maiores informações:

http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/cics/relatorio-programa-cidades-sustentaveis_v2.pdf

6. DESTAQUES DE 2020

6.1 Licenciamento Ambiental



Figura 15: Número de documentos emitidos pelo DLA até novembro de 2020.

O Licenciamento Ambiental é direcionado às atividades, obras e/ou intervenções de impacto local, de acordo com Deliberação CONSEMA 01/2018, Lei Complementar nº 49/2013, regulamentada pelo Decreto nº 18.705/2015 e vem mantendo os avanços no tocante a agilidade nas análises, transparência, participação social e qualidade técnica dos pareceres que embasam a emissão das licenças, autorizações e outros documentos relacionados ao tema ambiental.

O Sistema de Licenciamento Ambiental OnLine – LAO, desenvolvido pelos técnicos do Departamento de Licenciamento Ambiental, com o apoio da Informática de Municípios Associados - IMA, e que é considerado pioneiro no país, vem mostrando ser uma importante ferramenta para se agilizar as análises ambientais, sem haver qualquer tipo de perda no tocante a qualidade das análises técnicas, e acrescentado total transparência nos

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

processos, uma vez que podem ser, a qualquer tempo, acompanhados pelos próprios interessados, pelos Conselhos Municipais, pelo Ministério Público e outros órgãos que venham a solicitar seu acesso.

Além do ganho ambiental associado ao fato dos processos eletrônicos não utilizarem papel durante todo o ciclo administrativo, no período de restrições decorrente da pandemia de COVID-19, a plataforma do LAO permitiu a continuidade de todos os trabalhos relacionados ao licenciamento ambiental local de modo remoto e sem qualquer tipo de prejuízo ao andamento dos processos.

Assim, vem se buscando a manutenção dos ganhos obtidos com a busca de melhorias nos procedimentos e correção/atualização do LAO, que hoje representa quase 100% dos processos que tramitam junto ao Departamento.

A seguir, apresentamos uma evolução de documentos emitidos:

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

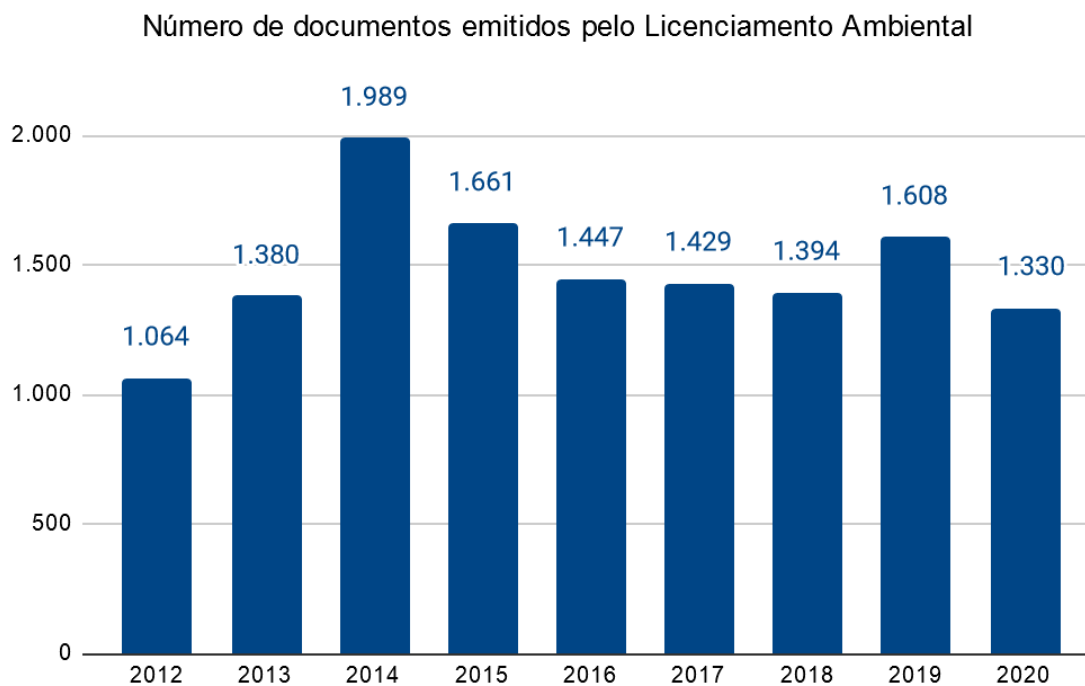


Figura 16: Gráfico de documentos emitidos pelo Licenciamento Ambiental, até novembro de 2020.

Esse número representa também a emissão dos Pareceres Técnicos emitidos.

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35807>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38793>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38778>

6.2 Fiscalização Ambiental



Figura 17: Número de vistorias e sanções administrativas até novembro de 2020.

A palavra chave das ações de Fiscalização Ambiental é a **intersectorialidade**. Trabalhando com diferentes órgãos e setores da Prefeitura, a Coordenadoria articula seu trabalho pautada nos princípios da administração pública, buscando desempenhar seu papel com legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Em 2020, a SVDS, por meio da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) passou a integrar o Comitê Municipal de Enfrentamento da Pandemia de Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) que tem como atribuição articular as ações do poder público municipal buscando enfrentar a pandemia com eficiência e transparência.

Em parceria com a **Defesa Civil**, participa da **Operação Verão** e da **Operação Estiagem**.

O objetivo da Operação Verão é trabalhar preventivamente nas áreas de risco identificadas pelo IPT como suscetíveis à inundação, alagamento e

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

deslizamento, visando minimizar as consequências causadas pelos temporais. Nesta Operação, a CFA trabalha nas ações de identificação e planejamento das ações para proteção das populações que vivem nestas áreas, realizando e organizando vistorias integradas que subsidiam as eventuais ações de remoção realizadas pelo poder público. Outra importante ação da CFA são as vistorias nos córregos da cidade para embasar a realização das ações de desassoreamento.

Já a Operação Estiagem tem como objetivo monitorar pontos de descarte de resíduos e queimadas, visando preservar a qualidade do ar. Dessa forma, participamos, em conjunto com a Defesa Civil, com a Guarda Municipal de Campinas e com o Corpo de Bombeiros de ações de monitoramento de áreas com risco de incêndio. A CFA é a responsável pela aplicação das penalidades em caso de incêndios criminosos em áreas verdes e espaços especialmente protegidos. Na Operação Estiagem também são realizados trabalhos de educação ambiental, informando a população sobre os perigos da estiagem e da poluição do ar, por exemplo.

Em um ano marcado pela pandemia de COVID-19, uma doença que afeta as vias respiratórias, as ações de preservação de qualidade do ar são especialmente importantes.

Desde 2018 a CFA monitora as queimadas por meio do Sistema GODC - Gestão de Ocorrências da Defesa Civil, que utiliza imagens de satélite do INPE na detecção deste tipo de infração.

Em 2020, no âmbito da Operação Estiagem, coordenou junto às Secretarias e Órgãos que compõem a operação, a elaboração de um instrumento legal de proibição do uso do fogo no município, culminando na publicação da Lei Municipal 16.024/2020.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

A CFA ainda representa a SVDS no **Comitê da Cidade Resiliente de Campinas**, instituído pelo Decreto Municipal nº 18.045, de 24 de julho de 2013.

Campinas é reconhecida pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastres como modelo de cidade resiliente, tendo recebido em Genebra, em 2019, o Prêmio Sasakawa.

Uma cidade resiliente é aquela que tem a capacidade de resistir, absorver e se recuperar de forma eficiente dos efeitos de um desastre e, de maneira organizada, prevenir e evitar a perda de vidas e bens.

O plano “Construindo Cidades Resilientes” integra os órgãos da administração pública municipal, empresas de economia mista, autarquias, entidades privadas e comunidade, sob a coordenação da Defesa Civil. Os órgãos municipais trabalham de forma sincronizada, com diretrizes coordenadas para ações de redução de desastres.

A CFA representa a SVDS no **Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses**, que tem como atribuição o acompanhamento e estabelecimento de estratégias e ações voltadas para a prevenção e combate aos agravos relacionados aos arbovírus. Sua função é promover a intersetorialidade, propiciando ações integradas e coordenadas, bem como favorecer as tomadas de decisões e agilidade nos processos administrativos necessários, operando em forma de Sala de Situação para compartilhamento de informações e análise de dados.

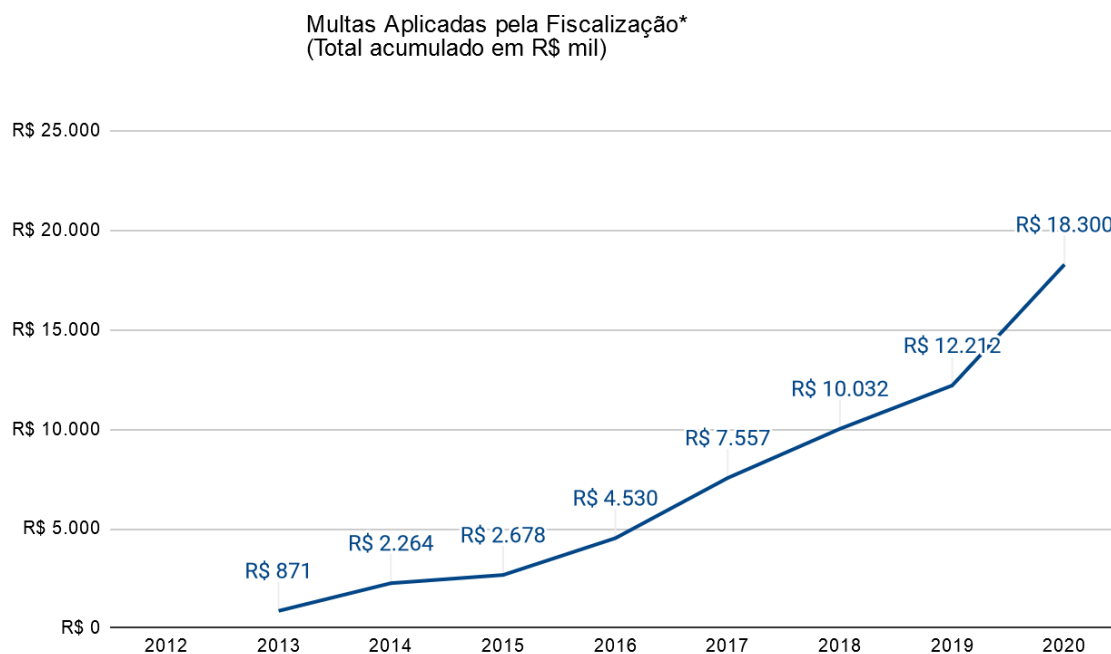
Os trabalhos são pautados pelo Plano Municipal de Contingência Municipal para o Enfrentamento da Dengue e Chikungunya 2019-2020.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

A CFA participa do **Grupo de Controle e Contenção de Ocupações, Parcelamentos Clandestinos e Danos Ambientais**, instituído pelo Decreto 16.920/2010, que tem como um de seus objetivos promover a fiscalização das áreas públicas e privadas localizadas no território municipal para coibir ações e/ou ocupações que resultem na implantação de parcelamentos clandestinos ou causem danos ao meio ambiente.

Toda essa sinergia e eficiência são refletidas, indiretamente, na evolução da aplicação das multas, conforme constatado a seguir:



* Antes de eventuais recursos e dos descontos em decorrência da assinatura de TACs.

Figura 18: Gráfico de multas aplicadas pela fiscalização até novembro de 2020.

O trabalho da coordenadoria foi marcado pela pandemia de COVID-19, sendo necessárias adaptações ao trabalho da fiscalização ambiental.

Destacamos as seguintes mudanças:

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

- Maior uso da informatização, com processos sendo gerados por meio eletrônico;
- Contato telefônico com os denunciante, visando entender melhor a demanda antes de sair a campo;
- Diminuição no número de vistorias em razão da diminuição da demanda;
- Vistorias realizadas de acordo com o protocolo e a etiqueta respiratória - uso de máscaras e álcool gel, evitando o contato com os inspecionados e;
- Trabalho nos eixos do planejamento estratégico, com a construção dos procedimentos da fiscalização ambiental.

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=36109>

6.3 Proteção e Bem-Estar Animal



Figura 19: Números de castrações, atendimento de maus tratos e SAMU animal.

O Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (DPBEA) deu continuidade às políticas públicas até então implantadas, porém com

redução em alguns atendimentos, a partir do mês de março, devido a pandemia da COVID-19. Um exemplo disso, foram as atividades do castramóvel que precisaram ser suspensas, de forma a se evitar a aglomeração de pessoas (tutores que levam os animais para serem castrados).

No entanto, no sentido de se atender gatos de colônias tutelados por protetores, foi criado um sistema de castração do tipo “drive thru”, onde os animais eram deixados na sede do DPBEA e retirados ao final da tarde (figura 20). No entanto, a partir do mês de novembro as atividades do castramóvel foram retomadas, sendo que as instalações foram adaptadas para atender ao distanciamento social, e a quantidade de animais atendidos foi diminuída, de forma a se evitar a aglomerações de pessoas. Outras atividades como o cadastramento, microchipagem, ressocialização de animais (figura 20) e SAMU animal (horário de plantão reduzido) continuaram a ser prestados.



Figura 20: drive thru da castração, os animais eram retirados nos carros para castração, posteriormente os tutores os retiravam castrados.



Figura 21: Área de convivência interespecífica do projeto de ressocialização e doação de cães e gatos agressivos.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

No ano de 2020 atingimos o número de 1381 vistorias de maus tratos e o acumulado de 38.973 animais (cães e gatos) castrados, 2.930 atendimentos realizados pelo SAMU animal, 67 animais com problemas comportamentais recuperados e doados, 15.800 atendimentos (acumulado 2014 - 2020) de Ordens de Serviço (OS) à solicitações diversas (captura de grandes animais, animais agressivos, atendimentos de neonatologia, resgate de animais em situação de risco, cães mordedores, orientação de maus tratos, dentre outros).

O DPBEA também prestou assistência técnica neste período (2015-2020) sobre o tema Bem-estar Animal, com a aplicação do “Estatuto dos Animais” e sobre a implantação de Departamentos destinados às políticas públicas envolvendo animais domésticos e silvestres, a partir do modelo criado em Campinas, para mais de 60 municípios de diferentes Estados da Federação. O Departamento também participa de programas semanais na Rádio Educativa (FM), Rádio Central (AM) e Rede Globo, oferecendo aos ouvintes informações sobre como cuidar corretamente dos animais.

Maiores informações:

<https://www.otaboanense.com.br/patre-participa-do-1o-encontro-de-ativistas-da-causa-animal-no-abril-laranja-em-taboao/>

<http://www.bonito.ms.gov.br/secretaria-de-saude/simposio-em-bonito-debatera-bem-estar-animal-e-politicas-publicas>

<https://www.camara-americana.sp.gov.br/Noticia/Visualizar/16369>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38342>

<https://globoplay.globo.com/v/9084189/>

A evolução na área de proteção e bem-estar animal em Campinas está demonstrada pelo seguinte indicador:

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

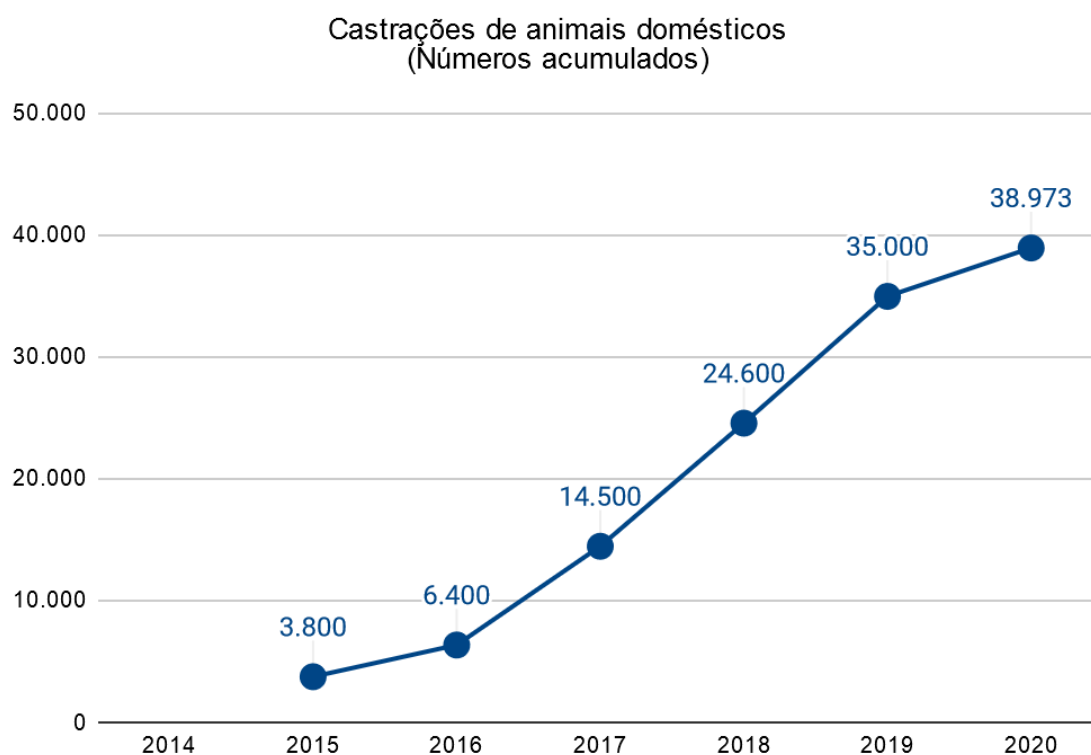


Figura 22: Gráfico de castrações de animais domésticos.

Atendendo a um dos produtos do Planejamento Estratégico do Departamento, iniciaram-se estudos internos para viabilizar uma nova sede. A equipe da SVDS é a responsável pela elaboração do projeto da nova sede, atuando nas seguintes frentes:

- 1) traçado das diretrizes de projeto, com as estruturas mínimas para se aperfeiçoar o trabalho realizado;
- 2) realização de vistorias técnicas em diversos locais do estado para conhecer as melhores iniciativas na área;
- 3) o projeto básico foi realizado;
- 4) iniciou-se a prospecção de áreas públicas para alocar a nova sede, com grandes avanços na tratativa da cessão de uma área de domínio federal (do Ministério da Agricultura), nas proximidades da Rod.Anhanguera.

Ao longo da concepção do projeto básico, decidiu-se avançar: além de abrigar a nova sede do Departamento (com toda a estrutura administrativa e cuidado dos animais), decidiu-se também criar o Centro de Recuperação de Animais Silvestres (CRAS). A este projeto foi dado o nome de Centro de Integração Animal, conforme imagem a seguir:



Figura 23: Logo do Centro de Integração Animal.

O projeto executivo final está em fase de elaboração, A implantação do projeto se dará com recursos do Fundo Ambiental PROAMB, após aprovação do mesmo junto ao Banco de Projetos para o financiamento de toda a obra.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

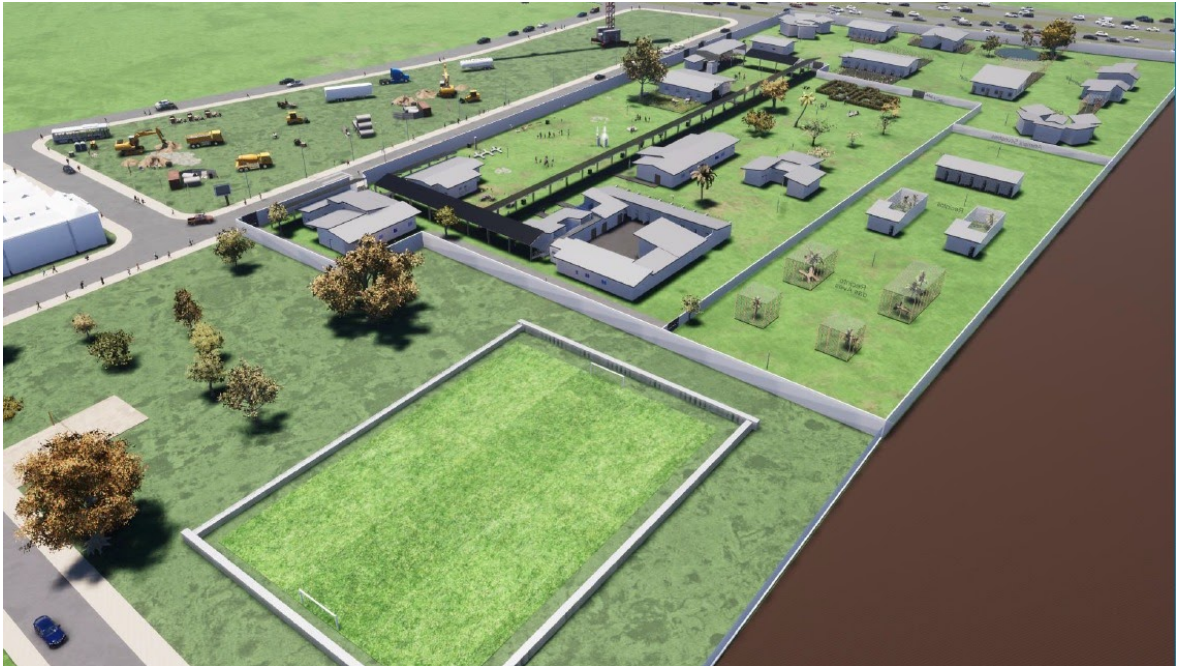


Figura 24: Projeto do Centro de Integração Animal.

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35528>

6.4 Educação Ambiental

Sancionada em 2017, a norma que criou o Plano Municipal de Educação Ambiental (Lei nº 15.440/2017) apresenta quatro programas em sua instituição, a saber: Programa Espaços Educadores; Programa Formação de Educadores; Programa Educomunicação; e Programa Monitoramento e Avaliação.

O Plano Municipal de Educação Ambiental tem se tornado referência para além das cidades da Região Metropolitana de Campinas. Exemplo disto, em 2018, os representantes das cidades de Piracicaba e Vinhedo e em 2019, pelos gestores de Hortolândia e Maringá, que buscaram inspiração nas linhas deste Plano para aprimorar a Gestão da Educação Ambiental em suas cidades.



Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=34438>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=33804>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=34381>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38210>

<http://dialogointerbacias.org/sejam-bem-vindos-a-17a-edicao-do-dialogo-interbacias/>

Como poderá ser constatado no segmento em que trata dos Planos Ambientais, Campinas também se apresenta como vanguarda em políticas públicas para Educação Ambiental nos diálogos sobre indicadores de monitoramento e avaliação de ações educativo-ambientais assim como na vertente da Ambientalização Curricular e tecnologias de Educomunicação.

6.5 Gestão das Áreas Verdes

A Gestão das Áreas Verdes realizada pela SVDS consiste principalmente no gerenciamento do Banco de Áreas Verdes.

6.5.1 Banco de Áreas Verdes (BAV)



Figura 25: Número de mudas plantadas, anuências e mudas doadas.

O **Banco de Áreas Verdes (BAV)**, permite conciliar a oferta de áreas aptas a receber projetos de recuperação ambiental, conforme disposto na Lei Complementar nº 213, de 22 de Maio de 2019, que tem por meta a regulamentação da recuperação de áreas verdes com estabelecimento das funções socioambiental por meio de plantio de mudas arbóreas, consoante as diretrizes dos Planos Municipais Ambientais, em especial com o Plano do Verde.

O gráfico a seguir demonstra a evolução dos plantios efetivados pelo BAV, acumulados ao longo do tempo:

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

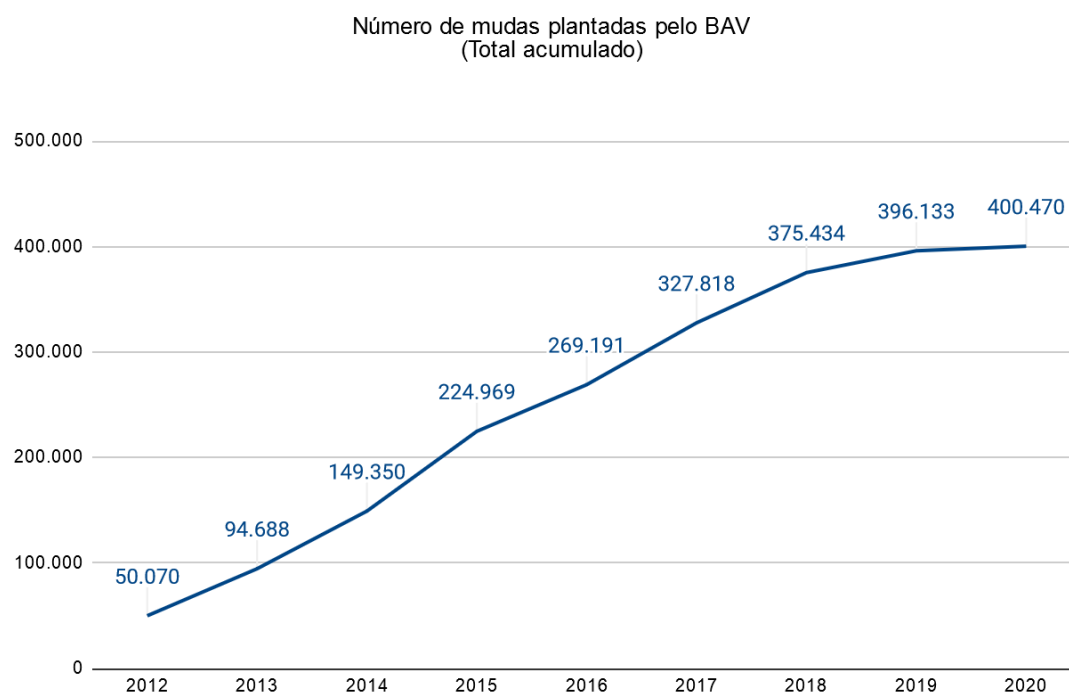


Figura 26: Número de mudas plantadas pelo BAV.

Na mesma direção, foi aprovada a Lei Complementar nº 263, de 18 de junho de 2029, que visa estabelecer parâmetros e diretrizes em sede preventiva, da compensação ambiental no âmbito municipal, atualmente praticado no bojo do processo de licenciamento ambiental de obras, empreendimentos e atividades potencialmente causadores de impactos ao meio ambiente, bem como intervenção em área verde e com base nos princípios da prevenção e precaução, por meio dos Termos de Compromisso Ambiental (TCA).

Com relação aos compromissos ambientais firmados com a Secretaria (o que inclui não apenas os TCA mas também os Termos de Ajustamento de Conduta - TAC), a evolução dos números é a que segue:

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

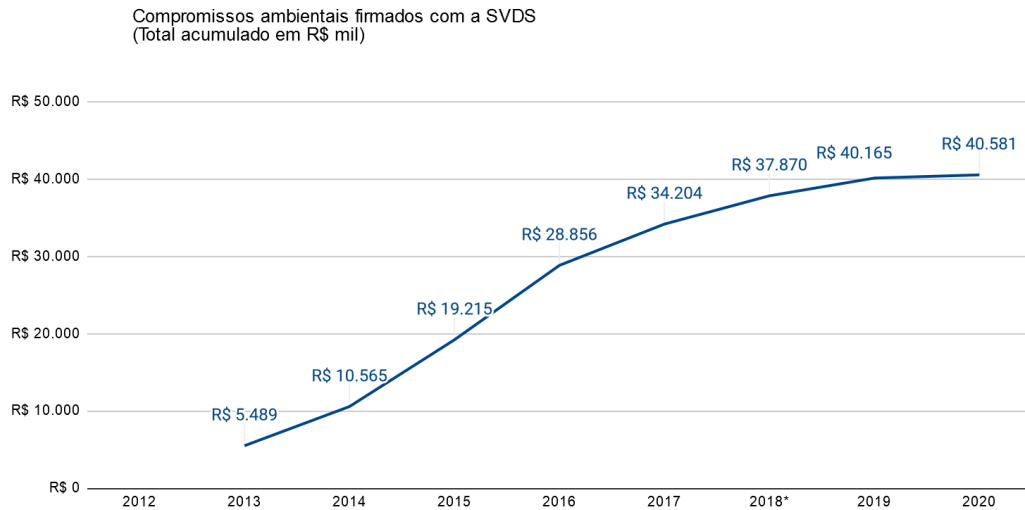


Figura 27: Gráficos de compromissos ambientais firmado com a SVDS

6.6 Gestão dos Planos Municipais Ambientais

Desde o primeiro ano de gestão buscou-se avançar em várias frentes ambientais. Uma das mais importantes foi a elaboração de Planos Municipais Ambientais (a saber: de Saneamento Básico, de Recursos Hídricos, do Verde e de Educação Ambiental).

O grande objetivo foi tratar a gestão ambiental com planejamento, de modo a enfrentar de maneira inteligente os desafios ambientais do município.

Como levantado, a carência por diagnósticos e prognósticos sobre a situação ambiental da cidade era altíssima e estes Planos trouxeram não somente a situação real dos principais bens ambientais (diagnóstico atualizado e prognóstico realista), como também identificou várias linhas de ação para a melhoria da qualidade ambiental da urbe.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Maiores informações:

<https://www.portalcbn Campinas.com.br/2019/03/secretario-de-verde-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel-de-campinas-rogerio-menezes-fala-da-implantacao-de-politicas-publicas-na-cidade/>

A SVDS estabeleceu uma nova forma de trabalho para viabilizar a execução destes programas: a organização matricial dos funcionários, como forma de alocar o corpo técnico mais adequado para execução de Projetos Específicos (no caso, dos Programas dos Planos Ambientais), independentemente da área onde esses servidores estavam lotados.

Para viabilizar essa organização matricial, foram formados agrupamentos de Programas por similaridade: os chamados **Núcleos**. A etapa seguinte foi a adesão voluntária de servidores para formar uma equipe técnica mínima para cada agrupamento com a definição de um Coordenador, cuja principal função era a de coordenar a equipe para as atividades de implementação dos Programas.

A partir daí, foi oferecido um treinamento de 15 horas na área de gerenciamento de projetos, como forma de nivelar o conhecimento técnico nessa disciplina e difundir as metodologias e as técnicas de gerenciamento de projetos aplicadas. Com esse conhecimento nivelado, as equipes técnicas se debruçaram sobre o planejamento dos Programas e dos Planos, definindo o escopo, as etapas a serem seguidas, os prazos a serem cumpridos e eventualmente até riscos a serem mitigados.

Após este planejamento inicial, passou-se a gestão estratégica para a Diretoria do Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, desta SVDS, dada a maior interface temática com os Planos Ambientais, ficando a cargo do Gabinete o acompanhamento do andamento dos

programas feitos por meio de reports periódicos, bem como a prestação de contas às instâncias superiores e à população.

Além disso, existe uma particularidade muito interessante na gestão ambiental: algumas atividades acabam por se iniciar por conta das oportunidades que surgem durante a rotina de trabalho. Assim, a execução de alguns dos Programas propostos nos Planos já haviam sido iniciadas antes mesmo da publicação dos mesmos. Outros, ainda, iniciaram-se durante a fase de planejamento, igualmente por oportunidades diversas que surgiram e que não poderiam ser ignoradas. Segue um breve resumo do andamento dos principais Programas de cada Plano:

6.6.1 Plano Municipal de Saneamento Básico

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), conforme Decreto nº 18.199/2013, está em fase de execução pela municipalidade.

Para a concretização do Plano, estabeleceu-se os diversos programas sob responsabilidade de várias Secretarias e Autarquias. Os mais relevantes sob responsabilidade da SVDS estão citados na sequência, já com seu atual status:



6.6.1.1 Programa de Saneamento Rural Sustentável

O projeto de adequação do esgotamento sanitário nas áreas rurais, conta com a doação e implantação de 234 sistemas de tratamento esgoto sanitário, sendo 134 Fossas Sépticas Biodigestoras FSB - Modelo Embrapa,

Biodigestores e 10 Jardins Filtrantes. Também foram realizadas 8 Oficinas de Capacitação, capacitando mais de 100 proprietários rurais, uma Reunião Técnica Regional, marcando a assinatura do Convênio de Cooperação com a Embrapa Instrumentação de São Carlos - SP e a participação no Curso de Saneamento Básico Rural na Embrapa Instrumentação de São Carlos - SP, visando ampliar e fortalecer as ações de transferência de tecnologias sociais destinadas ao saneamento rural.

6.6.1.2 Programa de Fiscalização e Licenciamento Ambiental

Este programa propõe melhorias nos instrumentos relacionados à Fiscalização e ao Licenciamento Ambiental. Desde 2013 o Licenciamento Ambiental conta com o sistema LAO, portal de entrada pela internet para as solicitações de licenciamento. Houve também toda a construção de um arcabouço legal e institucional para fortalecer o Licenciamento Ambiental Municipal.

A Fiscalização Ambiental, além de se beneficiar da informatização do Licenciamento (pois este é uma das portas de entrada para o seu trabalho), também teve avanços significativos. As outras formas de entrada de denúncias se dão por meio do sistema 156 (telefone ou internet - Portal do Cidadão), protocolo geral e SEI. Também houve a criação do sistema ATHENA, plataforma interna de espacialização/georreferenciamento e controle dos autos de infração emitidos pela Fiscalização.

6.6.2 Plano Municipal de Recursos Hídricos

O Plano Municipal de Recursos Hídricos, para a sua concretização, estabeleceu os seguintes programas, acompanhados de seu atual status:



6.6.2.1 Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA Água)

Foram publicados o Decreto Municipal nº 19.441/2017 que regulamenta o Subprograma de Pagamento pela Conservação das Águas e dos Recursos Hídricos - PSA; a Resolução SVDS nº 01/17 (alterada pela Resolução SVDS 04/18) que estabelece os critérios de elegibilidade para avaliação do enquadramento legal das propriedades submetidas ao PSA Água; os Editais SVDS 01/17 e 01/18 que estabelecem os critérios para habilitação de Proprietários rurais no Programa PSA Água.

No Edital de 2017, se inscreveram ao Programa, 06 propriedades rurais, sendo 2 habilitadas pelo Conselho Diretor do PSA por estarem na Zona de Proteção e Recuperação de Mananciais. O primeiro pagamento por serviços ambientais ocorreu em novembro de 2018, no valor de 7.014,82 reais. Após dois anos, o Programa pagou o montante total de R\$ 47.031,00 para as duas propriedades habilitadas. Em dezembro de 2018 foi publicado o Edital SVDS nº 01/18, onde 18 novas propriedades se inscreveram. Os documentos foram analisados pelo Conselho Diretor do PSA, enquadrando-se apenas 14 propriedades rurais, aptas para habilitação no PSA Água, totalizando a recuperação ambiental de 400 ha, incluindo mais

de 26 nascentes. No segundo semestre de 2020, foram elaborados os relatórios semestrais de monitoramento das propriedades habilitadas.

Maiores informações:

https://correio.rac.com.br/conteudo/2020/03/campinas_e_rmc/906059-programa-inc-entiva-a-preservacao-de-nascente.html

6.6.2.2 Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares (PReNAC)

Já foram plantadas 109.554 mudas em Áreas Rurais de Campinas. Sendo que, 87.454 foram em áreas estratégicas do PMRH, das quais, 9.329 foram plantadas em Zona de Proteção e Recuperação de Mananciais - ZPRM.

6.6.2.3 Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos

O Programa definiu a metodologia de trabalho, estabelecendo os parâmetros de qualidade da água, a frequência de coleta e de análise e os pontos de coleta. Foi estabelecido também que a implementação se daria, prioritariamente em conjunto com o Programa de PSA de forma a monitorar a evolução das ações de conservação ambiental e, com isso, se iniciou os trabalhos de coleta e de análise, realizando até o presente momento seis coletas na Bacia do rio Capivari.

Além dos pontos na Bacia do Capivari, outros 10 pontos serão monitorados na bacia do Atibaia a fim de monitorar a qualidade das águas onde serão implementadas novas ações do PSA-Água, bem como parte dos pontos definidos pelo Plano de Manejo da APA de Campinas . A definição dos

pontos e o trabalho de coleta e de análise de água iniciaram em novembro e serão estendidos por 24 meses ou até completarmos 12 amostragens.

Outra iniciativa do Núcleo de Monitoramento neste primeiro semestre de 2020 é o desenvolvimento de um projeto piloto de monitoramento, que contará com o auxílio dos alunos da E. E. Eunice Navero, localizada na microbacia do Córrego do São Quirino (Bacia do Ribeirão Anhumas). O projeto visa envolver os alunos na prática do monitoramento ambiental e conta com a participação da escola, da coordenadoria de educação ambiental, e com o suporte financeiro de um empreendimento imobiliário que está se instalando na região.

6.6.3 Plano Municipal do Verde

O Plano Municipal do Verde, para a sua concretização, estabeleceu os seguintes programas, acompanhados de seu atual status:



6.6.3.1 Plano de manejo da APA de Campinas

Após extensa leitura técnica e comunitária, foi aprovado pelo Conselho Gestor da APA - CONGEAPA, por unanimidade e publicado o Plano de Manejo da APA de Campinas por meio da Portaria SVDS nº 01, de 08 de maio de 2019.

Em dezembro de 2019 foi enviado à Câmara de Vereadores dois projetos de lei resultantes do plano de manejo da APA de Campinas. Os dois projetos de lei passaram por audiência na Câmara de Vereadores,

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

contando com o acompanhamento da equipe da SVDS, a qual respondeu aos apontamentos protocolados e publicados em Diário Oficial do Município, por meio 07 Notas Técnicas, a saber:

- **NOTA TÉCNICA SVDS N° 01/2020** - Referente: Considerações sobre propostas de alterações ao PLC n°66/2019 de autoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU (òrgão consultivo dos poderes executivo e legislativo municipais, publicado no DOM de 08 de maio de 2020 , páginas 19 e 20) (Diário Oficial de 19/05/2020 - e protocolado na CMV pelo Ofício n°77/2020-GS/SVDS)
- **NOTA TÉCNICA SVDS N° 02/2020** - Referente: Considerações sobre propostas de alterações ao PLC n°65/2019 de autoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU (òrgão consultivo dos poderes executivo e legislativo municipais, publicado no DOM de 08 de maio de 2020 , páginas 19 e 20) (Diário Oficial de 20/05/2020 e protocolado na CMV pelo Ofício n°77/2020-GS/SVDS)
- **NOTA TÉCNICA N° 03/2020 - UC** - Referente: emendas protocoladas na Câmara Municipal de Vereadores, por meio do Parecer n°95/2020 da Comissão de Política Urbana sobre o PLC 65/2019 (protocolado na CMV por meio Ofício 121/2020 GS-SVDS)
- **NOTA TÉCNICA N° 04/2020 - UC** - Referente: emendas protocoladas na Câmara Municipal de Vereadores, por meio do Parecer n°96/2020 da Comissão de Política Urbana sobre o PLC 66/2019 9 (protocolado na CMV por meio Ofício 121/2020 GS-SVDS)
- **NOTA TÉCNICA SVDS 05/2020** - Referente ao processo participativo em sede de Plano de Manejo e elaboração das minutas dos Projetos de Lei Complementar n° 65 e 66 de 2019, em sede de

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Poder Executivo Municipal(Diário Oficial de 05/10/2020 e protocolado na CMV por meio Ofício 140/2020 GS-SVDS)

- **ERRATA NOTA TÉCNICA SVDS 06/2020** - EMENDAS CMC AO PLC 65/2019, DE 05/10/2020 (Diário Oficial de 08/10/2020 e protocolado na CMV por meio Ofício 140/2020 GS-SVDS)
- **NOTA TÉCNICA SVDS 07/2020** - EMENDAS CMC AO PLC 66/2019 (Diário Oficial de 06/10/2020 e protocolado na CMV por meio Ofício 140/2020 GS-SVDS)

As legislações foram aprovados e sancionadas em dezembro deste ano:

- Lei Complementar nº 296, de 04 de dezembro de 2020 - altera dispositivos da Lei nº 10.850/2001
- Lei Complementar nº 295, de 03 de dezembro de 2020 - dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo nas áreas rurais e urbanas da APA de Campinas

Em 14 de agosto de 2020 foi assinado o Termo de Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Campinas e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em virtude das obras das Barragens de Pedreira e de Duas Pontes (a ser implantada no município de Amparo) que contam com o apoio financeiro da Corporação Andina de Fomento - CAF, mediante contrato de empréstimo ao Estado de São Paulo, o qual estabeleceu a exigência por parte do Estado de São Paulo da apresentação de evidência dos apoios à APA de Campinas e à APA dos Rios Piracicaba Juqueri-Mirim, incluindo, no mínimo, a contratação do desenvolvimento e/ou implementação dos planos de gestão para ambas as áreas protegidas afetadas.

O Convênio, no valor de R\$ 1.280.000,00 (um milhão e duzentos oitenta mil reais) a ser repassado ao Município, conforme Cronograma de Desembolso e Plano de Trabalho, tem vigência de 36 meses e será aplicado nas seguintes atividades relacionadas diretamente ao Plano de Manejo da APA de Campinas: passagens de fauna, aquisição de armadilhas fotográficas, locação de veículo de apoio, projeto de identificação visual da APA (comunicação e sinalização), oficinas de capacitação do Programa de Educação Ambiental e Educomunicação e formação das brigadas de incêndio.

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/conservacao-da-natureza.php?plano-manejo>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38823>

<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/348897191.pdf#page=12>

<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/106128219.pdf#page=11>

<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/317342881.pdf>

<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1595133301.pdf>

<http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1045712007.pdf#page=22>

6.6.3.2 Implementação do Conselho Gestor da APA Campo Grande

No segundo semestre de 2019 iniciou-se o processo de criação do Conselho da APA do Campo Grande, Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada por meio do Decreto Municipal nº 17.357/11. Em 2019 foram realizadas três oficinas visando a capacitação e a formação do conselho gestor dessa unidade de conservação.

No dia 08 de fevereiro de 2020 foi realizada a última oficina participativa do ciclo de formação do Conselho Gestor da APA do Campo Grande, com

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

o objetivo de: a) dar a devolutiva dos resultados obtidos com a terceira oficina realizada em 07 de dezembro de 2019; b) analisar e contribuir com o projeto de lei que criará o Conselho Gestor da APA; e c) Eleger o logo que representará o Conselho. A Oficina foi realizada no salão de festas do condomínio Bom Jesus de Pirapora, localizado na porção leste da APA e contou com a participação de aproximadamente 20 pessoas.

A minuta do Projeto de Lei passou por análise da Secretaria de Assuntos Jurídicos e aguarda manifestação do Prefeito para ser encaminhada à Câmara de Vereadores.

Os relatórios das oficinas estão disponíveis na Aba “Área de Proteção Ambiental do Campo Grande - Processo de Formação do Conselho da APA do Campo Grande” em:

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/apa-campo-grande.php>



*Figuras 28 e 29: Moradores e vizinhança debatem criação do Conselho Gestor da APA do Campo Grande
Crédito: Arquivo PMC*

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37732>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37824>

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/conservacao-da-natureza.php>

6.6.3.3 Fundação Gestora das Unidades de Conservação Municipais

O estudo intitulado como “Proposta para a Gestão das Unidades de Conservação do Município de Campinas”, elaborado pela equipe técnica da SVDS e pela Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO) foi finalizado em dezembro de 2019.

O referido estudo visa fornecer subsídios para o processo de ampliação de competência e de atribuições da FJPO de maneira que possa constituir o ente responsável pela gestão das Unidades de Conservação do município de Campinas, bem como estabelecer acordos para o processo da transição de gestão das unidades de conservação municipais.

Contribuíram com o processo de elaboração do documento técnicos da SVDS, da FJPO, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Secretaria Municipal de Gestão e Controle de Campinas, do CLP-Liderança Pública, do CONGEAPA e especialistas em Gestão de Unidades de Conservação que atuaram na Fundação Florestal e ICMBio.

Além disso, esse documento é um importante passo para o cumprimento de metas do Plano Municipal do Verde e do Protocolo de Intenções n.º 13/17 (Processo Administrativo n.º PMC.2017.00024197-38) assinado entre a SVDS e a FJPO, cujo objeto é promover a gestão integrada das Unidades de Conservação no âmbito municipal.

O estudo que contempla as alterações legais nas normativas das atribuições da SVDS e da FJPO foi encaminhado à Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos (SMAJ) para análise e os apontamentos feitos já foram solucionados. Após manifestação da SMAJ, a próxima etapa é o envio ao

Gabinete do Prefeito para posterior envio à Câmara Municipal dos Vereadores.

6.6.3.4 Regularização Fundiárias dos Parques Naturais Municipais

As propostas realizadas pela SVDS para regularização fundiária foram analisadas pela Secretaria de Assuntos Jurídicos - SMAJ e estão sendo tomadas as medidas solicitadas. Parte da área do Parque Natural Municipal - PNM do Campo Grande já foi regularizada por meio da aprovação do Loteamento Bela Aliança.

6.6.3.5 Integração com a Região Metropolitana da Campinas - RMC

O RECONNECTA RMC finalizou a proposta da Área de Conectividade regional da RMC que foi inserida no PDUI (Plano de Desenvolvimento Urbano e Integrado) em fase de elaboração pela Emplasa, interrompida pela extinção do órgão e retomada pela Agemcamp. A proposta tem como objetivo criar diretrizes dentro da RMC de compensação intermunicipal e priorizar a área de conectividade conforme o potencial de fornecimento de serviços ecossistêmicos, mapeado dentro do grupo RECONNECTA pela metodologia utilizada no mapeamento do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo, com apoio do Instituto Florestal. A proposta também foi enviada para inserção no Caderno Florestal da revisão do Plano de Bacias do PCJ. Portanto, até o presente momento, a Área de Conectividade está sendo considerada como uma Área Estratégica para Ações metropolitanas (AEAM) no Caderno de Zoneamento do PDUI, em fase de Audiências Públicas. Por meio do projeto a continuação se dará na determinação, em escala local, e na proposição de ações de garantia da conectividade. Para tanto, foram criados os Subgrupos

Parques Lineares; Arborização Urbana; Corredores Ecológicos; Manual de Fauna Silvestre Regional; Inventário de Fauna Silvestre Regional; Equipamentos CRAS/Cetas; Fiscalização, Regulamentação e Compensação; e. Ademais, foi contratado pelo ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade uma consultoria para elaboração do Plano de Comunicação e Articulação como forma de estabelecer um padrão de ação para toda a RMC.

6.6.3.6 Programa de Manejo de Espécies Exóticas Invasoras

Está em processo de finalização o Manual de Manejo de Espécies arbóreas Exóticas Invasoras, cuja diagramação e layout já estão finalizados e que visa detalhar as espécies exóticas invasoras ocorrentes no Município de Campinas, fornecendo subsídios para sua caracterização e manejo.

6.6.3.7 Implantação de Corredores Ecológicos

Em 2020, a FJPO plantou 116 mudas na área da “Etapa 2 do corredor ecológico do núcleo de conectividade Santa Genebra” e instalou placas de sinalização.



*Figuras 30 e 31: Plantio de mudas na área da “Etapa 2 do corredor ecológico do núcleo de conectividade Santa Genebra” pela Fundação José Pedro de Oliveira
Crédito: Arquivo FJPO*

Corredor Ecológico Mata Santa Genebrinha:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/130117>

Corredor Ecológico Capivari-Jatobás:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/130724>

Corredor Ecológico São Vicente-Serra D’água:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/130723>

Corredor Ecológico Núcleo Conectividade Sta Genebra (Etapa 1):

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/131137>

Corredor Ecológico Núcleo Conectividade Sta Genebra (Etapa 2):

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/133799>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=31571>

http://correio.rac.com.br/conteudo/2016/12/campinas_e_rmc/463065-campinas-ganha-novos-corredores-para-circulacao-de-animais.html

6.6.3.8 Implantação de Parques Lineares

O Contrato nº 039/18 para elaboração dos estudos técnicos preliminares de 43 trechos de Parques Lineares indicados no Plano Municipal do Verde, que deverão subsidiar os Projetos Básicos correspondentes foi rescindido por

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

descumprimento das obrigações contratuais e das exigências do Anexo II - do Projeto Básico do Edital. A empresa segunda colocada na licitação assumiu a elaboração dos estudos, conforme Contrato nº 164/19. Até o momento foram aprovados pelo Núcleo de Parques lineares os estudos de 21 trechos de parques lineares, referentes a muito alta e alta prioridade de implantação.

Também foram aprovados 18 projetos básicos e 3 projetos executivos que serão implantados no âmbito de novos loteamentos e 01 projeto finalizado:

- Projeto Básico e Executivo aprovado do Loteamento Residencial Vila Profeta, no Parque Linear Cidade;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento EHIS Residencial Jardim Madrid, no Parque Linear Cidade;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial Porto Park, no Parque Linear Nova Independência;
- Projeto Básico e Executivo aprovado do Loteamento Residencial Parque das Cores, no Parque Linear do Piçarrão Trecho 08;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial Dona Amélia, no Parque Linear do Piçarrão Trecho 08;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial Reserva dos Campos, no Parque Linear do Piçarrão Trecho 08;
- Projeto Básico e Executivo aprovado do Loteamento EHIS Residencial Jardim Terrazul, no Parque Linear do Córrego do Banhado;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial Jardins de Tarsila, no Parque Linear do Ribeirão Samambaia;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Jatiúna, no Parque Linear Galeria;

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial Terras do Friburgo, no Parque Linear do Friburgo;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento EHIS Città Di Venezia, Parque Linear do Friburgo;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial Arborais, no Parque Linear do Ribeirão Anhumas;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial PAN II, no Parque Linear do Córrego São Quirino;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial Artemis, no Parque Linear do Rio Capivari trecho 2;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial Vem Viver Campinas, no Parque Linear do Córrego Piçarrão trecho 7;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial Reserva Dom Pedro, no Parque Linear do Ribeirão das Pedras trecho 02;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Residencial Villa Bella, no Parque Linear do Ribeirão das Pedras trecho 02;
- Projeto Básico aprovado do Loteamento Veneza, no Parque Linear do São Francisco e
- Projeto implantado no Loteamento Residencial Villa Garden, no Piçarrão Trecho 03.

Ademais, foi criada na página da SVDS um banner com as informações sobre esse Programa:

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/parques-lineares.php>

6.6.3.9 Aperfeiçoamento de processos sobre a gestão de Áreas Verdes

Em função da finalização do Programa em dezembro de 2017, foi dado andamento a revisão das legislações e o aperfeiçoamento dos processos no âmbito das seguintes categorias de áreas verdes: Patrimônio Natural Tombado, Vegetação Natural e Áreas de Preservação Permanente. As demandas dentro de cada categoria, foram levantadas pela equipe da SVDS e abordam, por exemplo a definição de procedimentos como combate ao vandalismo em plantio e regularização fundiária, sendo que o status em 2020 é de 08 demandas concluídas, 02 iniciadas e apenas 01 ainda não iniciadas as discussões.

6.6.3.10 Programa de Aumento do Quadro de Servidores

A expansão necessária do quadro de servidores está planejada e lançada no PPA 2018-2021. No entanto, conforme art. 3º, inciso XI do Decreto nº. 20.861/2020 *que estabelece medidas para a gestão das despesas e controle dos gastos de custeio e de pessoal, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências*, fica vedada a contratação de pessoal, exceto nas Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, em casos comprovadamente indispensáveis, bem como ao pessoal necessário ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

6.6.4 Plano Municipal de Educação Ambiental

O Plano Municipal de Educação Ambiental, para a sua concretização, estabeleceu os seguintes programas, acompanhados de seu atual status:

6.6.4.1 Programa Espaços Educadores

Em dezembro de 2017, foi publicado o Decreto que institui os Centros de Educação Ambiental no município de Campinas (Decreto Municipal nº 19.709/2017) e, por meio da Resolução SVDS nº 03/2018, que instituiu a Fundação José Pedro de Oliveira como o 1º Centro de Educação Ambiental do município de Campinas: o CEA-Mata Santa Genebra.

Em 2019, foram instituídos como Centro de Educação Ambiental (CEA) o Centro de Conhecimento das Águas da SANASA, o Centro de Educação Ambiental do Bosque dos Jequitibás, e o Centro de Educação Ambiental Estação Ambiental de Joaquim Egídio, que foi formalizado no dia 20 de novembro deste ano. Para o segundo semestre de 2020, estão sendo realizadas tratativas para a criação de outros Centros de Educação Ambiental, em parceria com a UNICAMP, com a Guardinha e com o Observatório de Capricórnio.

Para o ano 2020, as agendas de visitas aos Centros de Educação Ambiental se iniciaram no dia 12 de março, com a visita da escola CEI Maria Odete de Souza Mota, na Estação Ambiental de Joaquim Egídio. As demais ações em planejamento foram adiadas em virtude da pandemia de COVID-19 e das



orientações de isolamento social. Para minimizar o efeito da ausência dessa importante atividade, foi proposto aos CEAs a produção de “Lives”, tanto no Youtube, quanto no Facebook, contando um pouco da história e das principais atividades de cada centro. Vale destacar que todo o material produzido já está disponível na plataforma TEAR: <https://tear.campinas.sp.gov.br>

6.6.4.2 Programa Formação de Educadores

Como parte da implementação do programa Formação de Educadores do Plano Municipal de Educação Ambiental, alunos e educadores das redes de ensino de Campinas, assim como outros membros da sociedade civil, participaram da palestra “Campinas + 10 – Um Panorama da Questão Ambiental no Município de Campinas”.

As palestras englobaram a divulgação do diagnóstico ambiental de Campinas e os planos a serem desenvolvidos na área para os próximos 10 anos.

Nesse contexto, foram apresentados aos participantes os Planos Municipais do Verde, de Recursos Hídricos, de Educação Ambiental e de Saneamento, assim como a temática da Proteção Animal.

O objetivo final dessas ações foi fomentar e dar suporte à criação dos Coletivos Educadores Ambientais, visando ao protagonismo dos jovens nas questões ambientais nas regiões onde vivem.

As demais ações em planejamento foram adiadas em virtude da pandemia do COVID-19 e das orientações de isolamento social.

6.6.4.3 Programa Educomunicação

Este programa tem a proposta de usar recursos diversificados para levar as informações e estimular o conhecimento acerca das questões ambientais no município de Campinas. Dessa forma, são promovidas ações, eventos e formações para sua efetivação. Foi realizada live no CEA do Bosque dos Jequitibás, no dia 11 de agosto de 2020, onde foram apresentados o espaço, as atividades e a história do local. A live desta visita por ser vista em:

https://www.youtube.com/watch?v=WzUR_1pRjDU&t=1748s

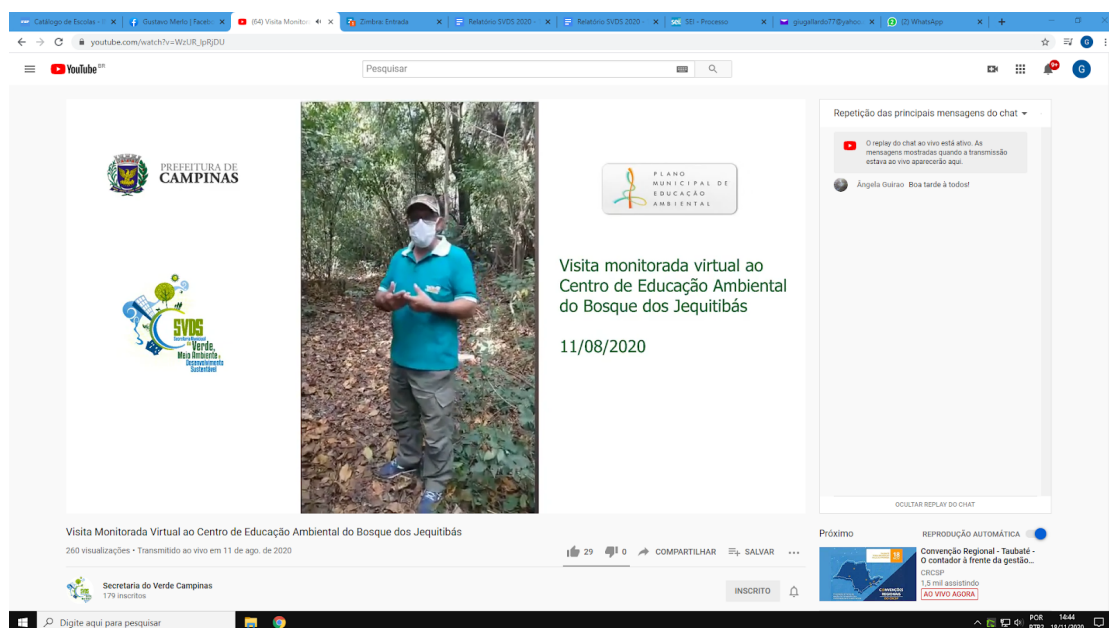


Figura 32: O servidor Douglas Pressoto iniciando a Live no Centro de Educação Ambiental do Bosque dos Jequitibás pelo canal da SVDS no Youtube

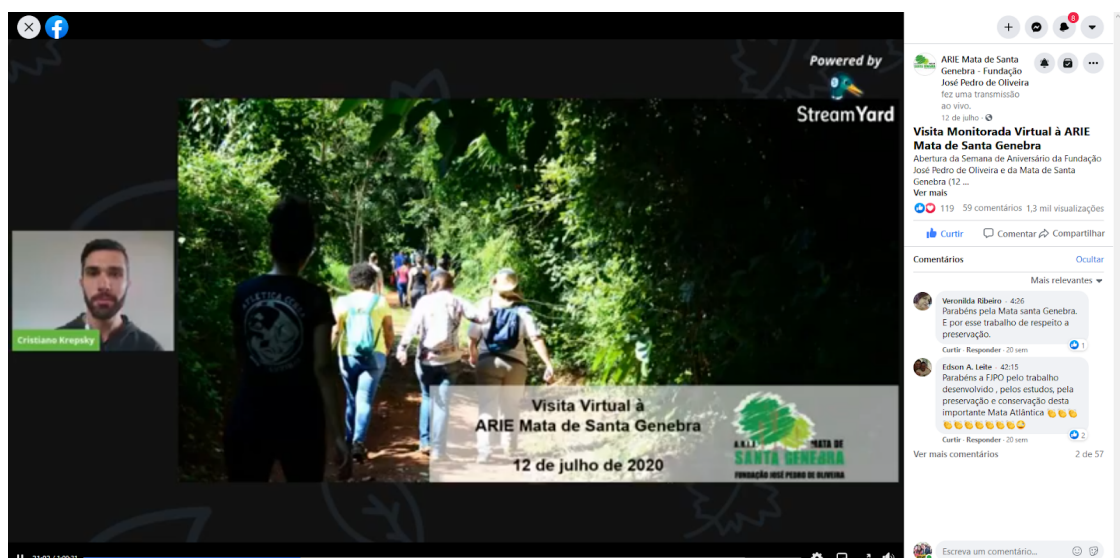
SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020



Figura 33: Equipe CSPEA iniciando a Live no Centro de Educação Ambiental do Bosque dos Jequitibás pelo Facebook.

No dia 12/07/2020 tivemos a visita virtual na Mata Santa Genebra:
<https://www.facebook.com/matadesantagenebra/videos/695638494626751>



Figuras 34: Equipe FJPO iniciando a Live no Centro de Educação Ambiental da Mata Santa Genebra pelo Facebook.

6.6.4.3.1 SEMEIA 2020



Figura 35: Resumo da Semeia 2020

Em 2020 a SEMEIA foi elaborada online, em virtude da pandemia. A programação deste evento está disponível em <https://ambientecampinas.wixsite.com/semeia2020/programa>

Assim como nos outros anos, o evento contou com a parceria de diversas secretarias, autarquias e entidades a saber: SANASA, PUC-Campinas, Mackenzie, UNICAMP, SENAC, Mata de Santa Genebra, EMBRAPA, Lar dos Velhinhos de Campinas, Praça do Coco, Poiato Recicla, Urban Sketchers, Eco's Bikers, Associação Amigos dos Animais de Campinas, Sociedade Brasileira de Espeleologia, dentre outros.

Por conta da pandemia e da necessidade do isolamento social, a programação da SEMEIA de 2020 se deu apenas de forma virtual. Desta forma, utilizou-se as mídias digitais como o facebook e o instagram para a realização de “lives”. Seguem alguns eventos e as estimativas de público:

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020



Abertura Oficial da Semana do Meio Ambiente - Semeia 2020: o futuro é você que faz!
Prestação de Contas Secretaria do Verde de Campinas 2013-2020, Prêmio Prof. Dr. Paulo Nogueira Neto

[Acesse aqui](#)

64 comentários
752 visualizações



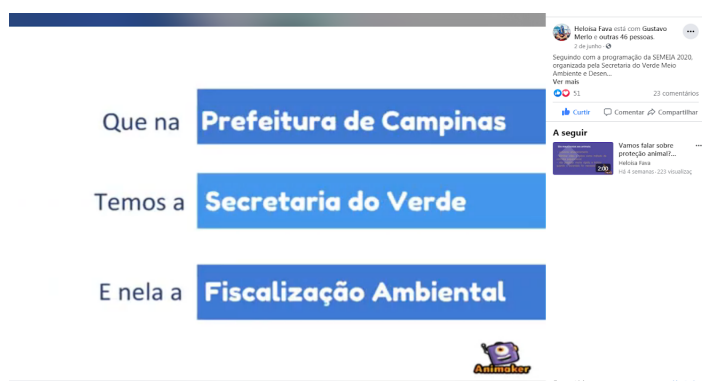
Nas trilhas da vida: aprendendo com o passado faz-se o presente

[Acesse aqui](#)

6 comentários
326 visualizações

Também foram disponibilizados na SEMEIA, uma série de vídeos relatando um balanço sobre os últimos sete anos de gestão da Secretaria do Verde:

<https://ambientecampinas.wixsite.com/semeia2020/videos>



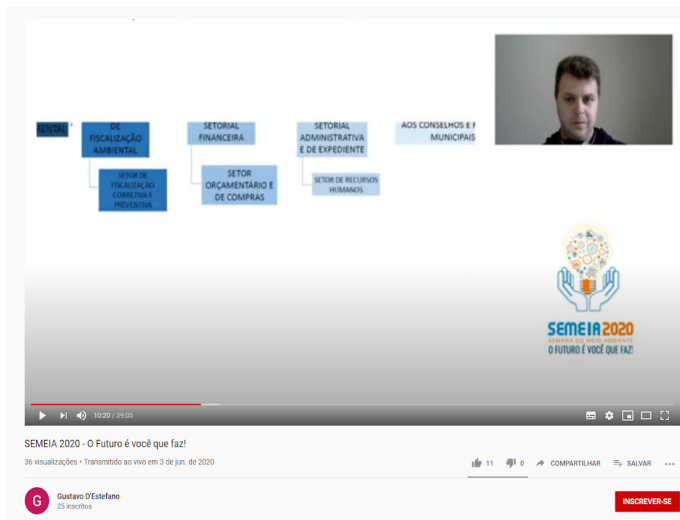
O trabalho da Fiscalização Ambiental

Seguindo com a programação da SEMEIA 2020, organizada pela Secretaria do Verde Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas SP, segue a contribuição da Fiscalização Ambiental mostrando um pouquinho do trabalho na fiscalização ambiental.

[Acesse aqui](#)

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

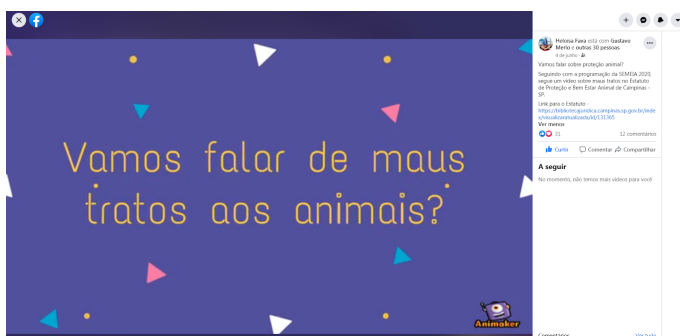
2020



O trabalho da SVDS

No dia 03/06/2020, o servidor Gustavo Fabrício D' Estefano ministrou uma palestra sobre os trabalhos dos departamentos de toda SVDS.

[Acesse aqui](#)



Maus tratos aos animais

Dia 04/06/2020, seguindo com a programação da SEMEIA 2020, segue um vídeo sobre maus tratos no Estatuto de Proteção e Bem Estar Animal de Campinas

[Acesse aqui](#)



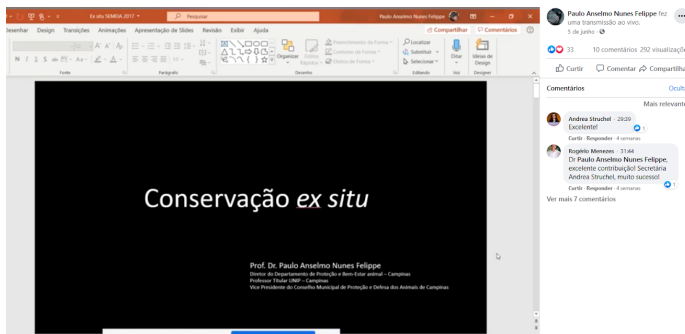
Live of the life

No dia 06/06/2020 foi transmitida a "Live of the Life" onde a equipe de educação ambiental apresentou músicas e curiosidades históricas sobre a educação ambiental

[Acesse aqui](#)

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020



Políticas públicas para animais domésticos

Também no dia 06/06 foi ministrada uma Live sobre Políticas Públicas para animais domésticos e selvagens em Campinas, pelo professor Paulo Anselmo Nunes Felipe.

[Acesse aqui](#)



Campinas 2030: Os Novos Desafios da Sustentabilidade no Pós Pandemia

No dia 07/06/2020 tivemos a live com representantes da Envolverde, OAB, ANAMMA-SP e SVDS.

[Acesse aqui](#)



A emergência climática pós pandemia. Qual será o papel das cidades?

Durante a pandemia foram realizadas "Lives" com o secretário Rogério Menezes e a equipe da CSPEA, representada pelo biólogo Amandi Buzon Rodelli, abordando temáticas da educação ambiental.

[Acesse aqui](#)

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020



Os desafios da gestão pública pós pandemia do Coronavírus
Live Na Quarentena com Rogério Menezes em Campinas
Como estarão governo federal e governos locais?
Participação: Amandi Buzon, Violão

[Acesse aqui](#)



Pontos positivos após epidemia COVID-19
Live Na Quarentena com Rogério Menezes em Campinas
Participação: Amandi Buzon, Violão

[Acesse aqui](#)



O papel do Governo Federal e dos Bancos em tempos de Epidemia: como proteger os mais frágeis?
Live Na Quarentena com Rogério Menezes em Campinas
Participação: Amandi Buzon, Violão

[Acesse aqui](#)

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020



A epidemia e a degradação ambiental

Live Na Quarentena com Rogério Menezes em Campinas

Participação: Amandi Buzon, Violão

[Acesse aqui](#)

Figura 36 a 49: Logo do Tear - Tecendo a Educação Ambiental em Rede

As demais ações em planejamento foram adiadas em virtude da pandemia de COVID-19 e das orientações de isolamento social.

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38731>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38741>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38720>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38713>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38702>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38558>

6.6.4.4 Programa Monitoramento e Avaliação



Figura 50: Logo do Tear - Tecendo a Educação Ambiental em Rede

O Programa Monitoramento e Avaliação se efetiva na perspectiva do uso Indicadores de Monitoramento e Avaliação para ações de Educação Ambiental e uma proposta de Ambientalização Curricular.

Para o primeiro semestre de 2020, estava planejado o início das oficinas que seriam usadas para traçar as novas metas do Plano Municipal de Educação Ambiental para o quadriênio de 2021 a 2024.

A Rede Campinas de Educação Ambiental, por meio de sua plataforma virtual, o TEAR, estava em pleno desenvolvimento.

Desde a instituição do TEAR até o final de 2020, foram feitos 508 acessos, tendo 246 usuários cadastrados, e as áreas de interesse mais pesquisadas no município são: Ação verde, Artes em geral, Artigos Científicos, Borboletas, Consórcio de Bacias PCJ, Consumo Consciente, Educação Ambiental, Espaços Educadores, Estudos Psico-Biológicos, Horta Hidropônica, Hortas, Integração à Natureza, Morcegos, Políticas Públicas, Profissão ambiental,

Reciclagem e Saneamento.

As diretrizes de indicadores de ambientalização curricular estão sendo submetidas a apreciação e conhecimento da Rede Municipal de Educação por meio de recursos online e em parceria com a Coordenadoria Setorial de Formação, da Secretaria Municipal de Educação.

No ano de 2020, as ações planejadas foram redimensionadas, visando ao fortalecimento dessa ferramenta, para que ela possa continuar ajudando os usuários a Tecer a Educação Ambiental em Rede no município de Campinas.

Maiores informações:

tear.campinas.sp.gov.br

6.7 GeoAmbiental

Trata-se de uma solicitação antiga da população de Campinas, por meio do Orçamento Cidadão: a existência de um Portal onde poderiam estar acessíveis todas as informações ambientais do município.

Nessa direção, foi criado o portal GeoAmbiental (<https://geoambiental.campinas.sp.gov.br>) com as principais informações ambientais dos Planos Municipais Ambientais de Recursos Hídricos e do Verde.

Estão disponíveis para visualização da população os mapeamentos de: Parques Lineares, Corredores Ecológicos, Núcleos de Conectividade,



SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Unidades de Conservação, Hidrografia, Mananciais e Áreas Estratégicas do Plano de Recursos Hídricos, Banco de Áreas Verdes, Árvores imunes a corte, entre outros.

O Portal GeoAmbiental foi desenvolvido com base somente em Softwares Livres, o que permite a customização e desenvolvimento de novas ferramentas, além de ser acessível por dispositivos móveis.

Entre os principais atributos do portal estão: a transparência e a democratização dos dados; o fato de ser uma ferramenta educacional podendo ser utilizada por diversas disciplinas em escolas e universidades; possibilitar o acompanhamento da evolução dos programas ambientais; e o conhecimento dos elementos e diretrizes ambientais.

Estão acessíveis no portal as informações sobre o Programa de Saneamento Rural, Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e uma camada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (figura a seguir) com as informações de agravos e de doenças sobre as áreas com casos confirmados de febre maculosa.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

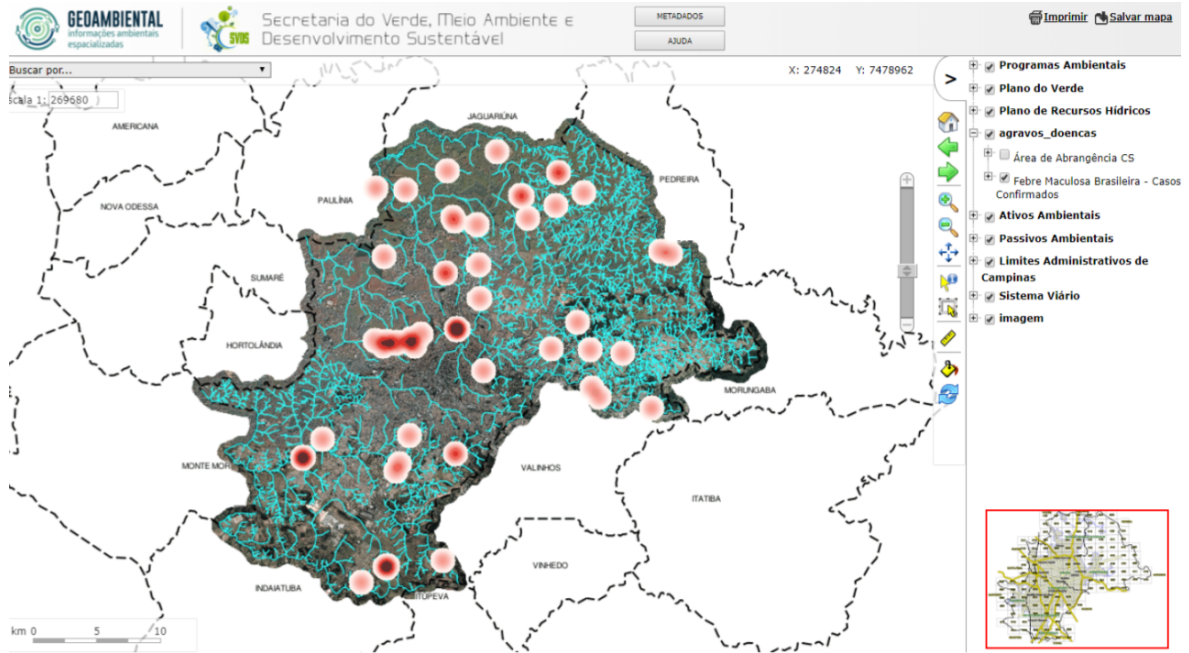


Figura 51: Portal GeoAmbiental, evidenciando a hidrografia e as informações de Agravos e doenças sobre as áreas com casos confirmados de febre maculosa brasileira.

Além dessas informações é possível consultar o novo Perímetro Urbano descrito na Lei Municipal Complementar nº 207/2018, que dispõe sobre a demarcação e ampliação do perímetro urbano, institui a Zona de Expansão Urbana, bem como prevê a área suscetível à inundação do Recanto dos Dourados.

Maiores informações:

<https://geoambiental.campinas.sp.gov.br/>

6.8 RECONNECTA RMC / INTERACT-Bio

O RECONNECTA RMC teve origem a partir do Plano Municipal do Verde, caracterizando-se como uma iniciativa que visa a integração dos municípios da RMC, com objetivo de traçar estratégias conjuntas com relação à conservação e a recuperação da fauna e da flora.

Na 183ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento da RMC, realizada em Sumaré, em abril de 2017, foi apresentada esta iniciativa pelo município de Campinas, aos Prefeitos da RMC, e com a proposta de Termo de Cooperação voltado ao Planejamento Ambiental Metropolitano da RMC.

No dia 13 de junho de 2017 foi conduzido um Workshop na PUC de Campinas, o qual contou com a participação dos municípios e que teve por objetivo iniciar a integração, identificar e discutir os temas relevantes à conservação e a recuperação da fauna e da flora da região, a fim de subsidiar o referido Termo de Cooperação. Esse Workshop teve como principal resultado a definição de 3 temas relevantes: Recuperação de APP, Unidades de Conservação (novas e existentes) e Proteção Animal. Esse Workshop, realizado em parceria com a Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp), Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, *International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI) - Governos Locais pela Sustentabilidade*, *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)* e União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), iniciou a formação de grupos de trabalho para cada um dos temas a serem trabalhados no âmbito do RECONNECTA RMC.



SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Finalizando a meta proposta pelo Plano Municipal do Verde, o Termo de Cooperação Técnica entre os 20 municípios da RMC foi assinado em 19 de dezembro de 2017, em reunião da Agemcamp no município de Artur Nogueira.

Em 2018, o Grupo de Trabalho - Recuperação de APP trabalhou na construção coletiva da “Proposta de Área de Conectividade - Região Metropolitana de Campinas”, abrangendo todos os municípios da RMC e promovendo a integração da biodiversidade a nível regional.

A referida proposta foi apresentada à Comissão Técnica do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e internalizada no referido documento.

O Grupo de Trabalho - Proteção Animal se reuniu diversas vezes ao longo do ano de 2018 e participaram da Capacitação em “Medicina da Conservação, e Particularidades anatômicas e fisiológicas da Classe Aves, Principais Ordens Zoológicas da avifauna brasileira e seus representantes” coordenadas pelo Dr. Paulo Anselmo, médico veterinário e Diretor do DPBEA da SVDS. Também foram realizadas a capacitação em “Particularidades anatômicas e fisiológicas da Classe Répteis, Principais Ordens Zoológicas da herpetofauna brasileira e seus representantes” pelo Dr. Thomáz Barrella, Biólogo da FJPO e “Atuação do Poder Público Estadual na temática da Fauna Silvestre” pela Especialista Ambiental Monique Silva Pereira da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

O programa também conquistou como importantes parceiros o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - GAEMA Núcleo

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

PCJ-Campinas e o GAEMA Núcleo PCJ-Piracicaba, bem como o Grupo de Trabalho Rede de Áreas Protegidas do PCJ.

Ademais, em tratativas junto à Coordenadoria de Planejamento da Secretaria do Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo - SIMA, foram realizadas duas capacitações sobre o banco de dados DATAGEO.

Em 2019 a Proposta da Área de Conectividade da RMC foi internalizada no Caderno de macrozoneamento do PDUI como uma Área Estratégica para Ação Metropolitana (AEAM).

O Grupo de Trabalho - Recuperação de APP foi dividido em 5 subgrupos e começou a trabalhar nos seguintes objetivos:

- Parques Lineares: Elaboração de Diretrizes Gerais para garantia da sua viabilidade para implantação e para manutenção;
- Arborização Urbana: Elaboração de uma Política de Arborização Urbana Regional incidente na Área de Conectividade;
- Corredores Ecológicos: Elaboração de Diretrizes Gerais para garantia da viabilidade de implantação e manutenção de Corredores Ecológicos, Sistemas Agroflorestais, Reservas Legais e APP;
- Elaboração de Plano de Comunicação e Articulação do Programa RECONNECTA RMC;
- Fiscalização, Compensação e Regulamentação.

O Grupo de Trabalho - Proteção de Fauna foi dividido em 5 ações e começou a trabalhar nos seguintes objetivos:

- Inventário de Fauna Silvestre Regional: Elaboração de um inventário com auxílio do Software Arquimedes II;

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

- Manual da Fauna Silvestre Regional: Elaboração de um Manual com o intuito de caracterização, conscientização, tomadas de ação e melhores práticas, acordados entre os profissionais do RECONNECTA RMC;
- Manejo Regional de Fauna Silvestre: Realização do manejo regional com a melhor estrutura para integração dos CRAS/Cetas municipais e dos recursos advindos das partes interessadas.

No 1º Semestre de 2020, as ações do Programa RECONNECTA RMC foram tratadas a partir da contratação, por parte do ICLEI-Governos Locais pela Sustentabilidade, de empresa especializada para compatibilização no Plano de Comunicação e Articulação do Programa RECONNECTA RMC e no 2º semestre ocorreram 06 oficinas temáticas virtuais.

No dia 23 de julho foi realizada uma importante reunião com o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Marcos Penido e os coordenadores das Coordenadorias de Planejamento Ambiental (CPLA) e Fiscalização e Biodiversidade (CFB) da SIMA, e representantes do ICLEI e da Agemcamp, onde foi apresentado o Programa RECONNECTA RMC e identificadas sinergias entre as ações do Estado e as regionais. Após essa agenda, foram realizadas reuniões bilaterais com a equipe do Programa Nascentes, e com as equipes de fauna e fiscalização da CFB.

Maiores informações:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/reconnectaRMC.php>

<https://talkofthecities.iclei.org/natural-asset-maps-provide-local-snapshots-of-urban-biodiversity/>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=39051>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=39036>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38077>

6.8.1 INTERACT-Bio

Para alavancar a iniciativa de adensar e aprimorar a gestão da biodiversidade na RMC, e tomando como base o andamento do RECONNECTA RMC, a Prefeitura Municipal de Campinas, por intermédio da SVDS, candidatou-se ao Projeto INTERACT-Bio, implementado pelo ICLEI-Governos Locais pela Sustentabilidade e financiado pelo Ministério Federal Alemão do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) por meio da Iniciativa Climática Internacional (IKI).

O projeto tem foco na integração da biodiversidade em processos de planejamento territorial e de tomada de decisão dos governos subnacionais, incidindo principalmente sobre a Meta 2 de Aichi, que compõe o Plano Estratégico pela Biodiversidade 2011-2020. De acordo com essa Meta, até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade devem ser integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento, de redução de pobreza e procedimentos de planejamento e estarão sendo incorporados em contas nacionais e sistemas de reporte de dados.

O projeto INTERACT-Bio irá apoiar a implementação da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), por meio do aprimoramento da gestão da biodiversidade com o alinhamento entre os três níveis de governo e promoverá a integração de questões relativas à biodiversidade e serviços ecossistêmicos nas políticas de planejamento urbano e planos subnacionais. O projeto também irá reforçar a importância dos ecossistemas, da biodiversidade e suas contribuições para a adaptação à mudança do clima nos territórios locais.

A Região Metropolitana de Campinas foi selecionada para receber suporte direto do projeto, para que incorpore em seus mecanismos de planejamento questões relacionadas à biodiversidade e serviços ecossistêmicos, otimizando a gestão da biodiversidade no território. Outras duas regiões metropolitanas, Belo Horizonte e Londrina, também participarão como parceiras durante o processo, apresentando-se, portanto, como colaboradoras para trocas de experiência e outras oportunidades. Ademais, o Projeto INTERACT-Bio será implementado também em regiões metropolitanas da Índia e da Tanzânia, o que oferecerá à RMC a possibilidade de intercambiar também internacionalmente.

No âmbito do Projeto, foi realizada em Campinas, a Conferência e Workshop “Biodiversidade, serviços ecossistêmicos e gestão metropolitana” entre os dias 08 e 09 de novembro de 2017, com o objetivo de debater o conceito de serviços ecossistêmicos e suas possíveis aplicações para as políticas públicas e gestão metropolitanas, além de definir o escopo de atuação do Projeto INTERACT-Bio nas respectivas regiões metropolitanas a partir da condução de exercícios práticos relacionados a benefícios ecossistêmicos específicos, identificando prioridades e oportunidades para incorporá-los nas dinâmicas metropolitanas e nos temas definidos pelo RECONNECTA RMC. As atividades foram facilitadas pelas equipes de biodiversidade, apoiada pela Organização Não Governamental - ICLEI - e pelo Centro de Pesquisas Ambientais da Alemanha - UFZ -, conduzidas de maneira a unir as duas iniciativas que visam trabalhar ações de recuperação e conservação de fauna e de flora de modo integrado pelos municípios da RMC.

Também aconteceu, no dia 11 de junho de 2018, em Vinhedo uma reunião do GT de Recuperação de APP, onde foi realizada uma oficina que

objetivou avaliar e ressaltar a importância dos benefícios da implementação da área de conectividade na região metropolitana. A oficina foi moderada pelo ICLEI América do Sul e pelo Instituto Florestal, cuja metodologia consiste na análise das categorias de uso do solo e pontuação dos respectivos serviços ecossistêmicos prestados por cada categoria de uso. Para isso, buscou-se responder a seguinte pergunta: “Qual é a capacidade atual de fornecimento de determinado serviço ecossistêmico por essa classe de uso do solo?”. Como forma de pontuar a capacidade, utilizou-se uma escala de 0 a 3, abrangendo a capacidade nula (0), baixa (1), média (2) e alta (3). Essa pontuação gerou uma matriz, cujos dados foram espacializados em forma de mapas. Foram considerados, para o exercício, os serviços ecossistêmicos de suporte ao habitat natural; regulação do clima local; regulação da polinização; regulação de processos hidrogeológicos; regulação do processo de sequestro e estoque de carbono; provisão de alimentos; regulação do ciclo hídrico; provisão de produtos madeireiros e serviços culturais de lazer e de turismo. Foi utilizado o mapa de Uso do Solo fornecido pelo Comitê de Bacias do PCJ (2010) como base para as classes de uso do solo adotadas na metodologia. Os resultados foram dispostos em formato de matriz, dando origem aos mapas de serviços ecossistêmicos, elaborados pelo ICLEI por meio do SIG QGis versão 2.18. Ademais, o exercício permitiu identificar prioridades quanto às demandas pela Área de Conectividade em meio à ocupação da RMC, estimar desafios para conciliamento de usos e vislumbrar potencialidades para a implementação da Área nos variados trechos que a compõem.

Os técnicos da SVDS conheceram e discutiram sobre os projetos do INTERACT-BIo das outras regiões metropolitanas - Londrina e Belo Horizonte, além da oportunidade em representar Campinas na 6ª Cúpula

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Global de Biodiversidade dos Governos Locais e Subnacionais, evento paralelo oficial à COP 14 da Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

Em 2019, com o objetivo de atender os objetivos dos subgrupos formados no Programa RECONNECTA RMC ocorreram:

- Elaboração do Termo de Referência para o Projeto Piloto de implantação de três Passagens de Fauna Arborícola, no âmbito da garantia da conectividade na região da APA de Campinas e no Ribeirão Anhumas;
- Elaboração do Termo de Referência para o Plano de Comunicação e Articulação do Programa RECONNECTA RMC;
- Contratação da Consultoria STCP, com o objetivo de identificar as possibilidades para estruturação de um mecanismo regional de compensação ambiental interfederativa, de forma a implementar o Artigo 7º do Estatuto da Metrópole;
- Contratação do Mapa Ilustrado, no âmbito do Plano de Comunicação e Articulação, como uma comunicação amigável da área de conectividade do RECONNECTA RMC, para as diversas partes interessadas, cujo resultado está apresentado a seguir:

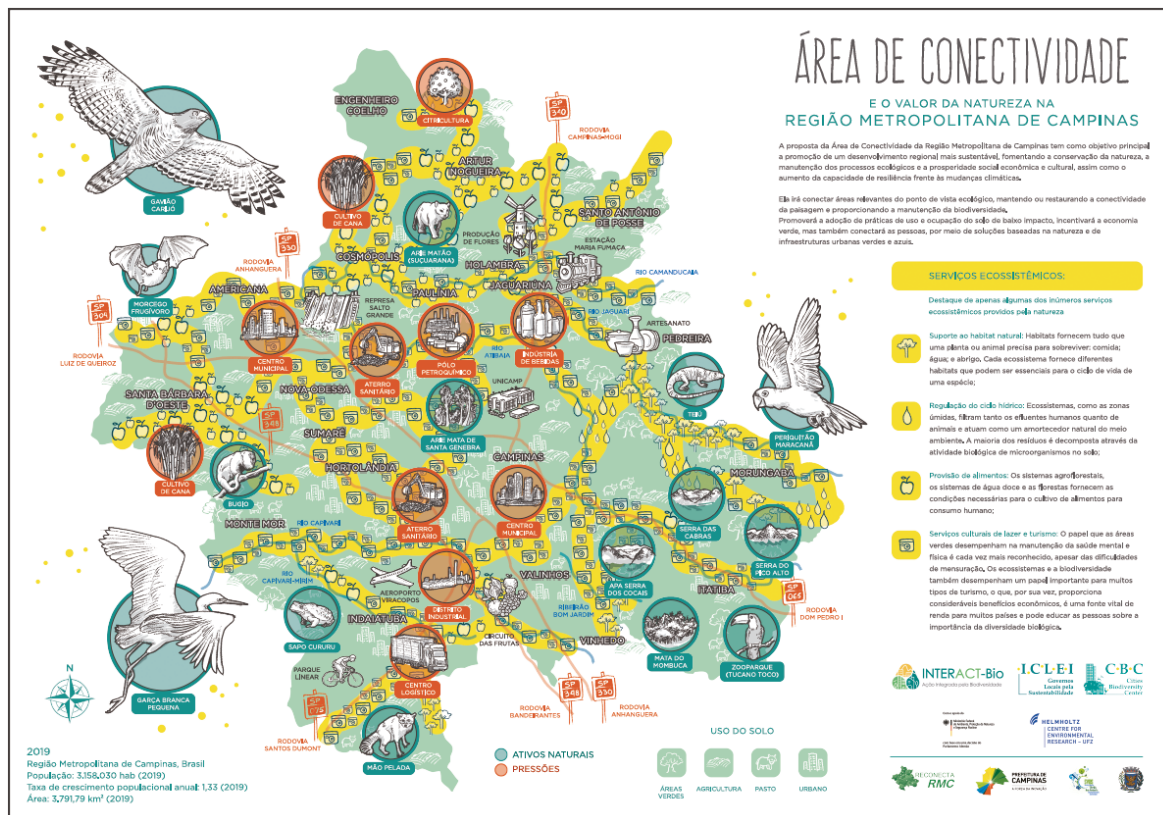


Figura 52: Mapa ilustrado da Área de Conectividade e o valor da natureza na Região Metropolitana de Campinas.

Os técnicos da SVDS também tiveram a oportunidade de participar, no âmbito do Projeto Interact-Bio do(a):

- Oficina: “Construção de linha de base na Região Metropolitana de Campinas para proposição de mecanismo de compensação ambiental interfederativa” realizada no dia 14 de fevereiro de 2019 em Campinas – SP;
- Evento “O Poder das Metrôpoles e seus Desafios na Conservação da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos para a Natureza e as Pessoas”, realizado em Medellín, Colômbia entre os dias 17 e 19 de Setembro;

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

- Workshop sobre Indicadores de Serviços Ecossistêmicos, realizado no Parque das Mangabeiras em Belo Horizonte nos dias 29 e 30 de outubro;
- Seminário preparatório sobre Perspectivas Integradas Locais de Governança da Restauração de Ecossistemas, realizado no Museu de Ambiente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro nos dias 4 e 5 de Novembro.

O ano de 2020, contou com a contratação da empresa COurb-Instituto de Urbanismo Colaborativo para a elaboração do Plano de Comunicação e Articulação do Programa RECONNECTA RMC, sendo assim, é escopo do contrato a compatibilização dos trabalhos realizados até o momento. Através do Webinar “Implementando a Área de Conectividade na RMC”, realizado no dia 30 de junho, que contou com a participação de mais de 60 representantes de diversos setores, foi dado início a elaboração participativa do Plano de Implementação da Área de Conectividade do Programa RECONNECTA RMC, que além de trabalhar as questões de Comunicação e Articulação, atua nos seguintes pilares de implementação: Arborização Urbana; Parques Lineares; Corredores Ecológicos; Fauna Silvestre Regional; e Fiscalização, Compensação e Regulamentação.

Para tanto, foram realizadas seis Oficinas temáticas com o objetivo de coletar critérios, recomendações e diretrizes para cada um dos pilares de implementação visando a construção Plano de Implementação e da Estratégia de Articulação da Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas.

14/07/2020 - **Oficina de Arborização Urbana**

21/07/2020 - **Oficina de Parques Lineares**

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

28/07/2020 - Oficina de Corredores Ecológicos

04/08/2020 - Oficina de Fauna Silvestre Regional

11/08/2020 - Oficina de Fiscalização, Regulamentação e Compensação

25/08/2020 - Oficina de Articulação e Comunicação



Figura 53: Oficinas para o Plano de Implementação da Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas..

Maiores informações:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/reconectaRMC.php>

6.9 Cities4Forests - Cidades Pelas Florestas

Em setembro de 2018, Campinas oficializou sua participação como membro fundador da iniciativa Cities4Forests. Trata-se de uma rede global que visa catalisar apoio político, social e econômico entre os governos municipais e habitantes das cidades para integrar as florestas internas, próximas e distantes nos planos e programas de desenvolvimento.



A iniciativa é resultado da parceria da Frente Nacional de Prefeitos com o WRI Brasil (World Resources Institute) e oferece elaboração conjunta de plano de trabalho para que cada município participante seja auxiliado em seus projetos locais em prol das florestas. Os participantes compartilham da aspiração de ajudar a reduzir o desmatamento, restaurar florestas (incluindo o plantio de mais árvores nas cidades) e gerenciar florestas de forma mais sustentável.

A iniciativa Cities4Forests dá a oportunidade para que cidades de todo o mundo possam se beneficiar de conhecimento técnico para lidar com o desafio de preservar e gerir as florestas, assim como compartilhar aprendizados e experiências de sucesso. No Brasil, já aderiram à rede, além de Campinas, as cidades de São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Salvador/BA, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Palmas/TO, São Luís/MA e Macapá/AP.

A primeira atividade resultante da iniciativa Cities4Forests foi o plantio de 100 mudas de árvores nativas no Parque das Águas, no Parque Jambeiro, no dia 22 de abril de 2019, Dia da Terra. Em 28 de agosto de 2019, foi realizada

a primeira reunião presencial do Cities4Forests, em São Paulo, que teve o objetivo de oportunizar a troca de experiência e ampliar o engajamento entre as cidades e com a equipe do WRI Brasil.



Figura 54: Representantes de municípios brasileiros e integrantes da WRI Brasil na primeira reunião presencial da Iniciativa Cities4Forests

Fonte: WRI Brasil



Figura 55: Representantes de municípios brasileiros e integrantes da WRI Brasil na primeira reunião presencial da Iniciativa Cities4Forests

Fonte: WRI Brasil

Dentre os principais resultados da reunião, foram definidos Grupos de trabalho em língua portuguesa, para compartilhamento de experiências nos seguintes temas: Sistemas de áreas verdes (gestão e manutenção de parque; gestão de unidades de conservação; arborização urbana); Comunicação e engajamento com sociedade civil; Cooperação técnica (parcerias e ferramentas de mensuração); Financiamento; Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); Infraestrutura natural e Agenda climática.

Neste sentido, foram realizadas em 2019 as seguintes reuniões online:

1ª Reunião em 24 de setembro: teve o objetivo de apresentar a relação entre florestas e agenda climática e alinhar conceitos relacionados ao projeto.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

2ª Reunião em 29 de outubro: contou com a participação da Prof. Dra. Patrícia Regina P. Sampaio, do Programa de Direito e Meio Ambiente da FGV Direito Rio, que apresentou o projeto Parques Urbanos no Brasil, que visa estudar diferentes formas de viabilizar a gestão de parques urbanos.

3ª Reunião em 26 de novembro: teve como tema a gestão das unidades de conservação, tratando de normativas e diretrizes para a gestão, características e dados sobre as unidades de conservação no Brasil, além dos benefícios das mesmas para os municípios brasileiros. A reunião também contou com a apresentação da experiência de Rio Branco na gestão da Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra - ARAPIS, realizada pela Secretária de Planejamento do município, Silvia Brilhante.

4ª Reunião em 17 de dezembro: teve arborização urbana como tema e além do relato de experiência sobre um treinamento da ferramenta i-Tree, todas as cidades participantes compartilharam informações sobre gestão, recursos, programas e iniciativas relacionadas à arborização urbana.

O prefeito de Campinas, Jonas Donizette, também participou no dia 27 de setembro, de uma reunião na capital paulista para articular agendas em busca de garantir recursos para políticas públicas municipais para o meio ambiente, dentre elas, o projeto Cities4Forest foi apresentado ao embaixador da França, Michel Mirallet. O objetivo foi de conseguir o apoio do governo francês e da comunidade europeia para ampliar a iniciativa, que atualmente conta a participação de nove municípios brasileiros.

No 1º Semestre de 2020 foram as reuniões online trataram os seguintes assuntos:

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

5ª Reunião em 28 de janeiro: teve comunicação e engajamento como tema. A PlantForThePlanet compartilhou suas iniciativas e melhores práticas na mobilização e engajamento de jovens e crianças.

6ª Reunião em 31 de março: foi apresentada a Caixa de Ferramentas Cities4Forests e o Guia de avaliação verde e cinza.

7ª Reunião em 28 de abril: teve financiamento da infraestrutura verde como tema, com abordagem sobre desafios, modelos de negócio e mecanismos de financiamento no Brasil e a visão sobre investimentos em Soluções baseadas na Natureza (SbN) e resiliência, com foco nas opções e programas de financiamento para projetos de infraestrutura natural disponíveis para as cidades brasileiras no banco.

8ª Reunião em 26 de maio: teve como tema Pagamento por serviços ambientais, na qual a SVDS pode compartilhar a experiência de Campinas sobre o PSA- Água

9ª Reunião em 28 de julho: teve como tema o planejamento das próximas reuniões do grupo. O objetivo da reunião foi coletar sugestões para a construção coletiva da proposta de agenda, que se baseou no resultado do questionário aplicado, e nas possibilidades de interações e trocas com organizações e cidades parceiras ao projeto.

10ª Reunião em 25 de agosto: teve barreiras e soluções para gestão de parques como tema, com a participação do Instituto Semeia, que compartilhou a sua experiência no apoio ao desenvolvimento de projetos

que visam inovar os modelos de gestão de parques naturais e urbanos e com o Secretário Municipal de Parcerias Estratégicas de Porto Alegre, que trouxe a experiência recente da cidade com concessões de parques urbanos.

11ª Reunião em 29 de setembro: teve Biodiversidade e Áreas de Conectividade como tema. O objetivo foi debate, a partir das experiências compartilhadas, como o planejamento territorial e a gestão dos recursos naturais, em escala local e metropolitana, contribuem para a conexão, o desenvolvimento sustentável e a proteção das áreas verdes e da biodiversidade local; as principais dificuldades enfrentadas pelas cidades; os processos que permitiram que estas iniciativas se desenvolvessem e as lições aprendidas. Campinas participou contando sobre o programa Reconecta RMC.

12ª Reunião em 27 de outubro: o objetivo foi debater sobre os desafios e as oportunidades para integração das agendas de planejamento urbano e do meio ambiente nas cidades brasileiras.

13ª Reunião em 24 de novembro: com a participação da especialista Cecília Herzog, o tema abordado foi Soluções Baseadas na Natureza como meio de enfrentar os desafios contemporâneos visando cidades sustentáveis, resilientes e que oferecem alta qualidade de vida e bem-estar.

Ademais, Campinas foi direcionada para a realização do estudo “Abordagem de infraestrutura natural para água na Região Metropolitana de Campinas”. Tendo como principais passos:

- Identificação dos objetivos e opções da restauração, com ênfase a futuros investimentos em infraestrutura natural (foco hídrico);

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

- Especificação dos portfólios (cenários);
- Identificação de oportunidades e resultados biofísicos e econômicos;
- Valoração econômica da infraestrutura natural;
- Análise do custo-benefício do investimento em infraestrutura natural;
- Análise de risco;
- Validação com stakeholders;
- Acompanhamento da implantação.

No dia 02 de Abril de 2020, foi realizado o Webinar “Infraestrutura Natural para Água na Região Metropolitana de Campinas/SP”, com o objetivo de fortalecer os esforços no âmbito do projeto Cities4Forests na conexão das cidades com suas florestas.

No âmbito do Cities4Forests, o WRI também têm apoiado o Programa Reconecta RMC, por meio de análises técnicas e de geoprocessamento sobre a Área de Conectividade da RMC, e em 01 de setembro de 2020, aconteceu o “Webinar: Detalhamento da Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas” que objetivou apresentar os avanços nas análises espaciais e recebeu as primeiras contribuições dos técnicos e dos especialistas envolvidos na temática e na região. Todo o trabalho será consolidado em um relatório com previsão de conclusão e divulgação em dezembro de 2020.

Maiores informações:

<https://wribrasil.org.br/pt/o-que-fazemos/projetos/cities4forests>

<https://cities4forests.com/>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37316>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=34925>

6.10 Responsabilidade civil de danos ambientais

A Fiscalização Ambiental multa, mas não exige a reparação do dano. A busca pela reparação do dano ambiental inclui as atividades da Junta Administrativa de Valoração Ambiental (Decreto 20.003/2018) e a gestão dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados pela SVDS.

Realizações dos últimos 8 anos:

- **169** Termos de Ajustamento de Conduta celebrados;
- **70** Termos de Ajustamento de Conduta encerrados, garantindo a reparação e/ou compensação dos danos ambientais causados ao município de Campinas;
- **R\$11 milhões** de valor total em obrigações como plantios, doação de equipamentos de tratamento de doença respiratória, de combate a incêndios, fossas, monitoramento de recursos hídricos, etc.;
- **Criação e instituição da JAVA**, trazendo muito mais tecnicidade e impessoalidade para o processo de reparação dos danos ambientais;
- **JAVA** constituída por técnicos de todas as formações da Secretaria que se voluntariaram em ajudar a criar e que atualmente compõem a Junta;
- **Suporte à SMAJ**: mesmo quando o TAC não é celebrado (o infrator recusa-se a assinar), a SMAJ se utiliza do parecer técnico elaborado pela JAVA para subsidiar a ação judicial;
- **Parametrização** de fluxos e procedimentos, planilhas de controle, modelos de minutas de TAC, entre outros modelos, com vistas a dar maior segurança, eficácia e isonomia ao processo como um todo;
- **Publicação de Normativas e Resolução** disciplinando os procedimentos a serem adotados pela Secretaria quando da constatação de um

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

descumprimento das cláusulas dos TAC firmados (transparência, segurança, isonomia);

- **Criação da página da JAVA**, com a legislação, sua composição e a publicização de todos os TAC assinados desde a sua implementação (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/java.php>)

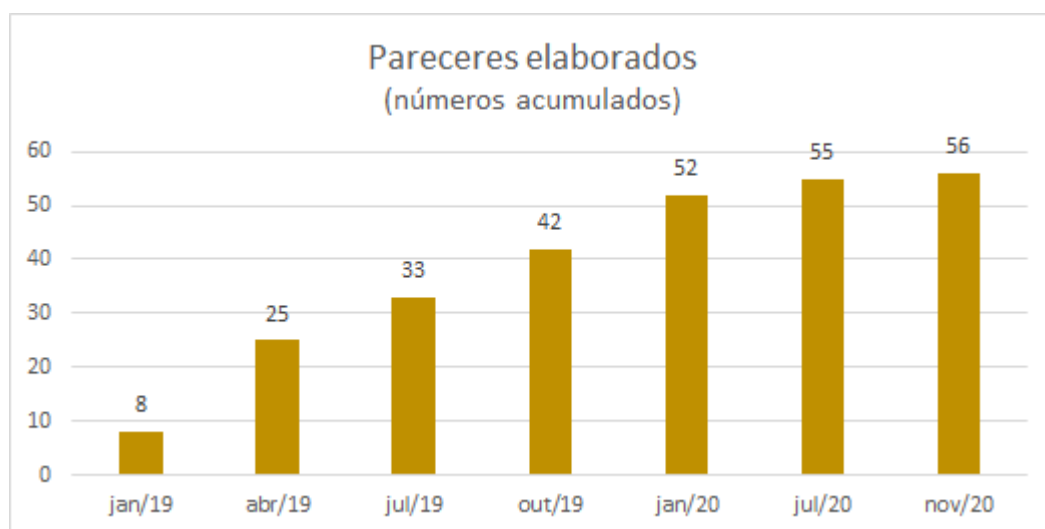


Figura 56: Gráfico de Pareceres elaborados.

Em razão da pandemia e pelo fato dos protocolos analisados pela JAVA serem historicamente todos em papel, os prazos dos processos administrativos físicos ficaram suspensos boa parte do ano, o que impedia o encaminhamento dos casos (vide a baixa evolução do número de pareceres emitidos). Por outro lado, essa situação atípica possibilitou que aproveitássemos esse tempo para a digitalização de quase 100% dos protocolos da JAVA e de cerca de 80% dos protocolos de TAC já firmados. Com a digitalização dos processos, estes puderam ser inseridos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), proporcionando mais agilidade e eficiência para o poder público e mais transparência, segurança e comodidade para o Interessado do protocolo.

6.11 Caso Mansões Santo Antônio

O Bairro Mansões Santo Antônio, está cadastrado como uma das dez áreas contaminadas críticas do Estado de São Paulo, de acordo com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.



No local a empresa Proquima Produtos Químicos Ltda. operou entre os anos de 1976 a 1996, e atuava na recuperação de solventes. Empresa esta recorrente em infrações e práticas ambientais inadequadas, que redundaram na contaminação do solo e das águas subterrâneas. Na mesma área, em meados de 1997, a Concima S.A. Construções Civis empreendeu o Condomínio Parque Primavera.

Desde a confirmação da contaminação (2001 até 2012) pouco foi feito, mas em novembro de 2013, a Prefeitura Municipal de Campinas assumiu o caso como prioritário e os trabalhos de avaliação da área foram retomados. Um laudo elaborado pela AECOM do Brasil Ltda. foi encaminhado à CETESB, para avaliação e manifestação, passo essencial para a definição de estudos complementares.

Em junho de 2014, foi instalado o sistema de extração de vapores no prédio habitado no condomínio Chácara Primavera. Esse sistema foi acordado com a CETESB anos atrás, como medida mitigadora, visando à diminuição do risco a saúde dos moradores.

Em novembro de 2018 foi emitido o “6º Relatório de Operação e Monitoramento do Sistema Emergencial de Extração de Vapores do Solo” que concluiu não haver risco real de inalação em ambientes fechados para os moradores do Condomínio Parque Primavera.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Todas as ações foram custeadas com verbas públicas municipais que deverão ser ressarcidas, conforme a execução provisória da condenação aberta pela Secretaria de Assuntos Jurídicos em 25 de setembro de 2018 (protocolo 2014/10/39115).

Em maio de 2019, dando continuidade aos trabalhos, foi contratada a empresa CMA Engenharia Ambiental, por meio de licitação, para elaboração da Investigação Ambiental Detalhada Complementar, Avaliação de Risco à Saúde Humana e Plano de Intervenção (Concorrência nº 02/2017 - Protocolo 2017/10/4479).

Os estudos ainda estão em andamento, e em setembro de 2019 a empresa CMA entregou o primeiro relatório denominado de Avaliação Preliminar conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro do Projeto Básico. O relatório foi encaminhado à CETESB via E-ambiente (site CETESB) para análise, considerando que este é o órgão responsável para avaliação de áreas contaminadas.

Em fevereiro de 2020, a CMA entregou o segundo relatório, com descrição dos trabalhos de campo realizados entre setembro de 2019 à fevereiro de 2020.. Apesar da pandemia por COVID-19 os trabalhos continuaram, com todos os cuidados necessários, e reuniões online foram realizadas sempre que necessárias, entre CMA, PMC e CETESB.

Até Outubro de 2020 já foram entregues mais 2 (dois) Relatórios Parciais, o Parte III referente aos serviços entre os meses de janeiro a junho e Parte IV referentes aos serviços no mês de julho.

Todos os relatórios são encaminhados à CETESB através do sistema e-ambiente junto ao protocolo 072417/2019-45.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

A previsão para entrega do produto final da contratação é Fevereiro de 2021, até lá outros dois relatórios parciais serão entregues. O acompanhamento dos serviços estão sendo tratados junto ao protocolo 2019/10/13605.

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=34997>

http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/mansoes_santo_antonio.php

<https://www.portalcbn Campinas.com.br/2019/05/prefeitura-de-campinas-assina-contrato-para-recuperacao-do-mansoes-santo-antonio/>

<https://habicamp.com.br/prefeitura-contrata-empresa-para-investigar-area-contaminada-no-mansoes-santo-antonio/>

7. EVENTOS

7.1 Apresentação dos Programas Ambientais da SVDS para as Áreas Rurais da APA Municipal de Campinas

A convite da Presidência do CONGEAPA, o DVDS por meio das Coordenações de Planejamento e Gestão Ambiental (CPGA) e do Verde (CV), apresentaram na Reunião Ordinária do dia 18 de fevereiro de 2020, o funcionamento e os resultados dos principais programas de incentivos ambientais desempenhado nas áreas rurais de Campinas, destacando-se:

- PSA Água: com 17 propriedades rurais enquadradas;
- Programa de Saneamento Rural Sustentável (PSRS): com doação de 225 sistemas de tratamento de esgoto.

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=37873>

7.2 Bio 2020

Técnicos da SVDS participaram do evento “BIO 2020: Perspectivas Brasileiras para o Marco Pós-2020 de Biodiversidade” realizada na sede da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), em parceria com as redes ICLEI América do Sul, Regions4 e a Iniciativa “Post 2020 Biodiversity Framework - EU Support” (apoio da União Europeia). Participaram governos sublocais, comunidade acadêmica, organizações não-governamentais e sociedade civil, num grande debate sobre o momento

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

de união de esforços de todas as áreas para a preservação, a recuperação e o desenvolvimento em sintonia com o meio ambiente.

Durante três dias de mesas redondas e atividades de campo (04 a 06 de fevereiro), mais de 350 profissionais das diferentes áreas apresentaram projetos, trocaram experiências e debateram ações que propõem uma nova agenda global para a conservação da biodiversidade.

Campinas sediou no dia 5 de fevereiro, parte das atividades de campo. No roteiro foram visitados o Sítio Santa Luzia, onde ocorrem iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA Água) e Saneamento Rural Sustentável; Parque Linear de São Domingos; e a ARIE Mata de Santa Genebra -. O Parque Ecológico Linear de Indaiatuba também fez parte da rota. Essas regiões são consideradas estratégicas para a implantação da Linha de Conectividade, definida por Campinas, e também para a viabilidade do estabelecimento da Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas, proposta pelos 20 municípios da RMC, no âmbito dos Programas Reconecta RMC e Interact-Bio. As visitas de campo tiveram por objetivo expor as potencialidades e os desafios para a instalação dessas estruturas.

O resultado do Evento foi a Carta de São Paulo, que será levada à COP15 da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) em 2021, que pode ser acessada em: bit.ly/CartaSP.



Figuras 57 e 58: Visita dos participantes do Evento Bio2020 em propriedade rural beneficiada pelo Pagamento por Serviços Ambientais e na ARIE Mata de Santa Genebra. Fonte: Arquivo PMC

Maiores informações

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38077>

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/2020/02/bio2020-termina-com-carta-de-sao-paulo-para-a-copa-biodiversidade-na-china/>

7.3 III Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza

A diretora do Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, Ângela Cruz Guirao, participou do Workshop UrbanByNature: Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e Empreendedorismo no Brasil que ocorreu durante o III Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza, no dia 11 de março em Brasília, no contexto dos Diálogos Setoriais EU-Brasil em SbN.

Além de Pequenas e Médias Empresas, o workshop contou com a presença de consultores, membros da sociedade civil, governos locais, pesquisadores, acadêmicos e ONGs. Foi discutido o conceito de Nature Based Entrepreneurship (NbE), ou Empreendedorismo Baseado na Natureza (EbN), e os benefícios gerados nos âmbitos sociais, econômicos e ecológicos. A experiência do Cluster de SbN de Málaga também foi apresentada e

estimulou a exploração sobre o potencial de criar uma estrutura de grupo de SbN similar no Brasil.



Figura 59: Painel “MULHERES FOCADAS EM SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA” no III Seminário Internacional de Soluções Baseadas na Natureza Fonte: Arquivo SVDS

7.4 Webinar “Infraestrutura Natural para Água na Região Metropolitana de Campinas/SP”

O WRI Brasil, em parceria com a SVDS, promoveu o “Webinar: Infraestrutura natural para água na Região Metropolitana de Campinas/SP” no dia 2 de abril de 2020, com o objetivo de fortalecer os esforços no âmbito do projeto Cities4Forests na conexão das cidades com suas florestas.

O evento online teve como objetivo contextualizar a abordagem do trabalho na Região Metropolitana de Campinas (RMC) e iniciar um processo de discussão sobre o mapeamento das oportunidades para restauração de paisagens e de florestas na região.

A discussão pautou a introdução ao tema de infraestrutura natural para água, apresentação da metodologia utilizada e exposição dos mapas

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

temáticos preliminares, onde foram apresentadas a relação infraestrutura natural com a Região Metropolitana de Campinas e o mapeamento dos custos de oportunidade, recarga de aquíferos e sedimentação.

O evento contou com a participação de servidores da SVDS, da SANASA, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA), dos Comitês PCJ, da Fundação Florestal, da Secretaria de Planejamento do Município de Campinas, do MP-GAEMA PCJ, da Tewa 225, da Prefeitura de Pedreira, da Prefeitura de Artur Nogueira, da Prefeitura de Santa Bárbara, do WRI Brasil, do ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais - UNICAMP e do Instituto Florestal.

Maiores informações:

https://www.youtube.com/watch?v=w4lADN_p7Vs&t=11s

7.5 SEMEIA 2020 chega ao fim com seus eventos 100% digital (em todas as mídias e redes)

A Semana do Meio Ambiente deste ano se encerrou com o evento Campinas 2030: Os Novos Desafios da Sustentabilidade no Pós Pandemia, com uma live que debateu, de forma qualificada, os desafios nas cidades frente a pandemias com os seguintes palestrantes: Luiz Fernando de Araújo Bueno - Diretor de Sustentabilidade - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP/Campinas, que abordou a sustentabilidade no mundo corporativo e Rogério Menezes - ex-Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas, que refletiu sobre a sustentabilidade na governança ambiental.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Moderaram o evento Dal Marcondes e Reinaldo Canto, jornalistas da Envolverde.

Participaram também do encerramento da SEMEIA 2020, a Secretária da SVDS, Andrea Struchel, Cláudio Scalli, Secretário de Meio Ambiente de Louveira e Presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA-SP, José Raul Fabbri do CIESP-Campinas e Renata Franco, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-Campinas.

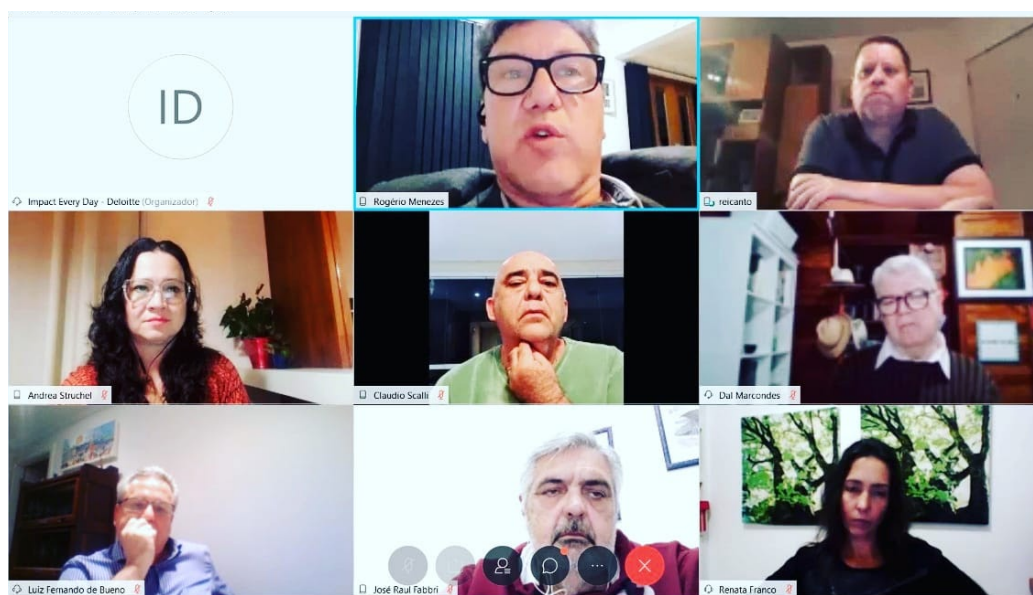


Figura 60: Live de encerramento da SEMEIA 2020.

7.6 Licenciamento Ambiental Municipalizado

No dia 10 de junho, a SVDS teve uma agenda de cooperação técnica com a Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Santos.

Participaram da reunião virtual o Secretário de Meio Ambiente de Santos, Sr. Marcio Gonçalves Paulo, a Chefe da Seção de Licenciamento Ambiental, Arq. Laura Pessoa, da equipe técnica do município, além da Secretária da

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

SVDS, Andrea Struchel e o Eng. Leandro Arruda Melo, Diretor de Licenciamento Ambiental de Campinas.

A pauta da reunião foi o licenciamento ambiental municipalizado, onde foi explicado um pouco da experiência de Campinas no tema, como forma de colaborar para que a Prefeitura de Santos possa, da mesma forma, efetivar a sistemática de licenciamento ambiental em seu município.

O mesmo evento aconteceu em 2019 na cidade de Santos, com a participação de diversos municípios da baixada santista.



Figura 61: Evento entre a SVDS e a Prefeitura de Santos, para debater o Licenciamento Ambiental Municipal.

7.7 Reunião sobre os ODS

No dia 10 de junho, a Secretária da SVDS, Andrea Struchel dialogou com o corpo docente e com os servidores da Universidade Federal do Piauí sobre a construção da Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável (ODS) propostos pela ONU, juntamente com a Dra. Caroline L.R. Ferreira.

Participaram ainda do encontro, os professores Kelci Pereira e Stelio Bezerra Pinheiro, que debateram sobre a troca de informações entre universidade e poder público local.

Um dos destaques do evento virtual foi o trabalho do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que contempla a Agenda 2030 nos seus indicadores de eficiência, bem como o relatório da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS, que reporta nas políticas, nos programas, nos projetos e nas ações, os ODS correspondentes.

7.8 Licenciamento ambiental nacional, estadual e municipal em diálogo na SVDS

A Secretária do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS, Andrea Struchel e o Diretor do Departamento de licenciamento Ambiental da SVDS, Leandro Melo, e a Coordenadora de Fiscalização Ambiental, Heloisa Fava Fagundes, receberam no dia 10 de junho, o Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Eduardo Bim e o Gerente local da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, Thyago Vieira Alves.

A pauta da reunião foi o licenciamento ambiental abordando as experiências de Campinas, do Estado e da União, de forma a colaborar, especialmente nesse momento de pandemia do Coronavírus, com o

licenciamento, uma vez que este demanda continuidade, para dar vazão ao tripé da sustentabilidade - econômico, social e ambiental.

A solidariedade e a troca de informações técnicas entre os órgãos licenciadores são importantes para o fortalecimento da gestão ambiental nacional.



Figura 62: Evento entre a SVDS, CETESB e IBAMA

7.9 Webinar “Implementando a Área de Conectividade na Região Metropolitana de Campinas”

O ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade e a SVDS, com o apoio do Instituto Courb, realizaram o Webinar “Implementando a Área de Conectividade na Região Metropolitana de Campinas”. O evento online aconteceu no dia 30 de junho, 2020, e contou com os seguintes objetivos:

- Apresentar o Programa RECONNECTA RMC, apoiado pelo Projeto INTERACT-Bio;

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

- Introduzir as etapas de elaboração do Plano de Implementação para a Área de Conectividade;
- Divulgar as oportunidades de participação e os próximos passos.



Figura 63: Webinar Implementando a Área de Conectividade na RMC
Fonte: Feedback COurb

Maiores informações:

<https://www.youtube.com/watch?v=HmfApFIOUKQ>

7.10 10ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL)

No dia 30 de junho, a Secretária da SVDS, Andrea Struchel, representou o Sr. Prefeito de Campinas, Jonas Donizette, na 10ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL). Foi a primeira reunião on line, via videoconferência, que teve como destaque, a apreciação das Declarações Corporativas e Análise SWOT dos Comitês PCJ, elaboradas no âmbito do GT-Planejamento Estratégico.

**10ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ
(CBH-PCJ e PCJ FEDERAL)**
30/06/2020 – 09h30min

Orientações gerais para participação:

- 1) Registre sua presença escrevendo no chat: NOME COMPLETO, ENTIDADE, E-MAIL e PRESENTE;
- 2) Aqueles que estiverem munidos de procuração escrevam no chat: PROCURAÇÃO, NOME COMPLETO do representante, ENTIDADE, E-MAIL, e seu NOME COMPLETO;
- 3) Se não for membro formal dos plenários acrescente a descrição CONVIDADO no registro de presença;
- 4) Os microfones serão desativados pelos moderadores. Para solicitar a palavra, escreva no chat NOME, ENTIDADE e PALAVRA. Somente quando o coordenador da reunião conceder a palavra que o microfone deve ser habilitado;
- 5) **A reunião está sendo gravada para possibilitar o registro da ata.** Caso não queira sua imagem gravada, desative sua câmera.

A reunião terá início em instantes

COMITÊS PCJ

Figura 64: 10ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês PCJ.

7.11 Webinar “Biodiversidade e Clima”

No dia 10 de julho, a diretora do DVDS, Ângela Cruz Guirao, participou como palestrante do Webinar “Biodiversidade e Clima” a convite do ICLEI-Governos Locais pela Sustentabilidade, como forma de auxiliar na construção do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima em Salvador. Além da experiência de Campinas na área de planejamento ambiental, também foi abordada a importância dos serviços ecossistêmicos e das Soluções Baseadas na Natureza pela Sophia Picarelli (ICLEI).

Maiores informações:

<https://www.youtube.com/watch?v=gaQ8n0-7cU8&t=537s>

7.12 Planejamento regional e Estadual

No dia 23 de julho foi realizada uma importante reunião com o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Marcos Penido e os coordenadores das Coordenadorias de Planejamento Ambiental

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

(CPLA) e Fiscalização e Biodiversidade (CFB) da SIMA, e representantes do ICLEI e da Agemcamp, onde foi apresentado o Programa RECONNECTA RMC e identificadas sinergias entre as ações do Estado e as regionais. Após essa agenda, foram realizadas reuniões bilaterais com a equipe do Programa Nascentes, e com as equipes de fauna e fiscalização da CFB.



Figura 65: Reunião entre SIMA, SVDS, ICLEI e AGEMCAMP

7.13 4º Seminário Salvador Cidade Inovadora

Desde 2017, o Seminário “Salvador Cidade Inovadora” busca reunir profissionais e representantes de organizações nacionais e internacionais para discutir sobre empreendedorismo e inovação. Neste ano, o tema foi 'Inovação e Sustentabilidade na Real'. Com mais de 28 horas de duração, os debates foram acerca de assuntos e desafios relacionados à temática da sustentabilidade, abordando práticas e soluções inovadoras realizadas por pessoas, cidades e empresas no Brasil e no mundo para serem sustentáveis. A Diretora do DVDS, Ângela Cruz Guirao, participou como palestrante do

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Painel “Abordagens Verdes e o Viver nas Cidades” no dia 05 de agosto, compartilhando o planejamento ambiental de Campinas.

The image is a promotional poster for a panel discussion. At the top right, it says 'SALA PLANETA - 13:00'. The main title is '4º SEMINÁRIO SALVADOR CIDADE INOVADORA' with the subtitle 'INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA REAL'. The curadora is 'giz', with the full name 'Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH'. The panel title is 'PAINEL ABORDAGENS VERDES E O VIVER NAS CIDADES' and it is 'PARTICIPANTES'. The participants listed are 'Ângela Cruz Guirao | Minos Trocoli | Ricardo Machado | Thais Kasecker | Martha Schoeler'. Below the names are five circular portraits of the participants, with the word 'mediadora' under the last one. The event is '100% online' and 'evento gratuito'. The date and time are '05 Ago 09 às 21h'. At the bottom, there are logos for 'APOIO' (ABAS, aja, CONTRANORTE, RENOVAVITAL, giz, hub, ICL E1, IN.FACTO, PARQUE SOCIAL), 'PATROCÍNIO' (Correio, doity, Usina), and 'REALIZAÇÃO' (Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Qualidade de Vida, SALVADOR, INSTITUTO DE PESQUISA). Other logos include Avinda, BAANKO, C40 CITIES, ANEXO ADRIANO DE CARVALHO, Rede+, SERVAE, ause TELECOM, and TeleData.

Figura 66: Painel “Abordagens Verdes e o Viver nas Cidades” no Seminário Salvador Cidade Inovadora.

7.14 Live “Mudança Global do Clima e Ação Municipal

Como a ação municipal fortalece o combate à mudança global do clima? Esse foi o tópico da live realizada no dia 05 de agosto de 2020 no âmbito do curso “Integrando a Agenda 2030 e os ODS”, oferecido em parceria da

Petrobras com o PNUD Brasil. A iniciativa conjunta das instituições tem o objetivo de capacitar os gestores públicos, os representantes da sociedade civil organizada, do setor privado, da academia e do público em geral, com foco na territorialização dos ODS.

Juntamente com o Haroldo Machado Filho (PNUD), a Diretora do DVDS, Ângela Cruz Guirao e o Arquiteto Cezar Capacle, discutiram estratégias e ações para a implementação do ODS 13 e compartilharam sobre os passos que Campinas tem dado em relação ao enfrentamento da Mudança do Clima e as ações regionais para biodiversidade.

LIVE: MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA E AÇÃO MUNICIPAL



14/08 - 15H

CONVIDADOS: ANGELA GUIRAO (PREFEITURA DE CAMPINAS/FNP) E HAROLDO MACHADO FILHO (PNUD)

Territorialização e Aceleração dos ODS

Parceria **PETROBRAS** Realização **PNUD**

Figura 67: Live “Mudança Global do Clima e Ação Municipal” oferecido pela Petrobrás em parceria com o PNUD.

Maiores informações:

<https://www.youtube.com/watch?v=COh3z8TphLs&t=3422s>

7.15 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB e da 53ª Reunião Extraordinária da CT-PL

No dia 07 de agosto, a Secretária da SVDS, Andrea Struchel, representou o Sr. Prefeito de Campinas, Jonas Donizette, na 9ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) e da 53ª Reunião Extraordinária da CT-PL. A reunião ocorreu de forma virtual, via videoconferência, que teve como destaque, a apreciação do Relatório Final e do Relatório Síntese do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2020-2035, além da apreciação do Plano de Ação e do Programa de Investimentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023. Quanto a Reunião Extraordinária da CT-PL, onde foram aprovadas a ata da 52ª Reunião Extraordinária da CT-PL, realizada em 04/06/2020, bem como a apreciação de minuta de deliberação que referenda atos do Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL. Foram debatidos também os aspectos da proposta do GT-Eleições sobre o processo eleitoral 2021-2023 dos Comitês PCJ e composição da Comissão Eleitoral.

7.16 Bate-papo ambiental online - PMVA

O Programa Município VerdeAzul (PMVA), da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA), induz a adoção e implantação das políticas públicas mais relevantes na gestão ambiental

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

municipal, balizando-as por meio de Diretivas. Cada uma das dez diretivas do programa, traz critérios que orientam as ações a serem realizadas, as quais serão objeto de avaliação periodicamente gerando uma Certificação aos municípios que participem do PMVA.

No dia 19 de agosto, foi realizado pela SIMA o “Bate-papo ambiental online” que abordou a segunda parte da Diretiva 2 – Estrutura e Educação Ambiental, especificamente o tema da Educação Ambiental. A diretora do DVDS, Ângela Cruz Guirao, teve a oportunidade de relatar a experiência da elaboração participativa do Programa Municipal de Educação Ambiental de Campinas e discutir outros temas com os demais palestrantes como as atribuições e os projetos desenvolvidos na educação ambiental não-formal e a educação ambiental formal, desenvolvidas no âmbito do currículo escolar.

Maiores informações:

<https://www.youtube.com/watch?v=CoOwnJm0UP0>



Figura 68: Bate-papo ambiental online - Programa Município VerdeAzul - Diretiva 2 - Estrutura e Educação Ambiental organizado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

7.17 Oficinas Online do RECONNECTA RMC no âmbito do Plano de Implementação da Área de Conectividade

O ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade e a SVDS, com o apoio do Instituto Courb, promoveram seis Oficinas temáticas com o objetivo de coletar critérios, recomendações e diretrizes para cada um dos pilares de implementação, visando a construção do Plano de Implementação e da Estratégia de Articulação da Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas.

14/07/2020 - Oficina de Arborização Urbana

21/07/2020 - Oficina de Parques Lineares

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

28/07/2020 - **Oficina de Corredores Ecológicos**

04/08/2020 - **Oficina de Fauna Silvestre Regional**

11/08/2020 - **Oficina de Fiscalização, Regulamentação e Compensação**

25/08/2020 - **Oficina de Articulação e Comunicação**

Maiores informações:

https://www.youtube.com/watch?v=YOaW065k_Ig

<https://www.youtube.com/watch?v=XbraUHPzD4w>

<https://www.youtube.com/watch?v=kEIIOIMn5mw>

<https://www.youtube.com/watch?v=AECh1i4-2j0>

https://www.youtube.com/watch?v=Hr_oe2PZraY&t=294s

<https://www.youtube.com/watch?v=PISIUkKKbDI>

7.18 Webinar “Detalhamento da Área de Conectividade na Região Metropolitana de Campinas”

A SVDS, por meio do programa RECONNECTA RMC, juntamente com o WRI Brasil e a iniciativa Cities4Forests promoveram o webinar, no dia 1 de setembro para apresentar o detalhamento da área de conectividade da Região Metropolitana de Campinas, com o objetivo de fortalecer os esforços nas ações para recuperação e conservação de fauna e flora. O evento buscou apresentar os avanços nas análises espaciais e recebeu as primeiras contribuições dos técnicos e dos especialistas envolvidos na temática e na região. A discussão foi pautada numa breve apresentação do contexto, apresentação da metodologia utilizada e exposição das análises, seguida de

uma discussão aberta para acolher críticas e sugestões dos participantes, com o objetivo de aprimorar os mapeamentos.

7.19 IV Conferencia Regional del proyecto Áreas Protegidas Locales

Campinas foi eleita para representar os municípios na discussão sobre a articulação entre governos nacionais e locais do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, com o intuito de apoiar o fortalecimento da gestão de áreas protegidas e demais medidas locais de conservação em conferencia realizada pela GIZ, ICLEI e UICN.

Como atividade central, contemplamos, no dia 17 de setembro, o painel com os representantes das autoridades ambientais e dos governos locais dos quatro países onde o projeto está implementado.

Apresentamos as áreas verdes de Campinas, nelas contempladas as nove Unidades de Conservação existentes no seu território e as perspectivas de parceria com o governo nacional.



Figura 69: Cartaz de divulgação da IV Conferência Regional del proyecto Áreas Protegidas Locales

Maiores informações:

<https://www.youtube.com/watch?v=ILdieTv9vDA&feature=youtu.be>

7.20 VIII Workshop sobre Restauração Florestal

No dia 22 de setembro, a convite do Grupo de Adequação Ambiental da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo - ESALQ/USP, participamos do VIII Workshop sobre Restauração Florestal, apresentando as experiências de Campinas, especialmente do Plano do Verde.

O evento foi beneficente, sendo todo o recurso destinado à doação para as comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, um projeto do NAPRA (Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia).

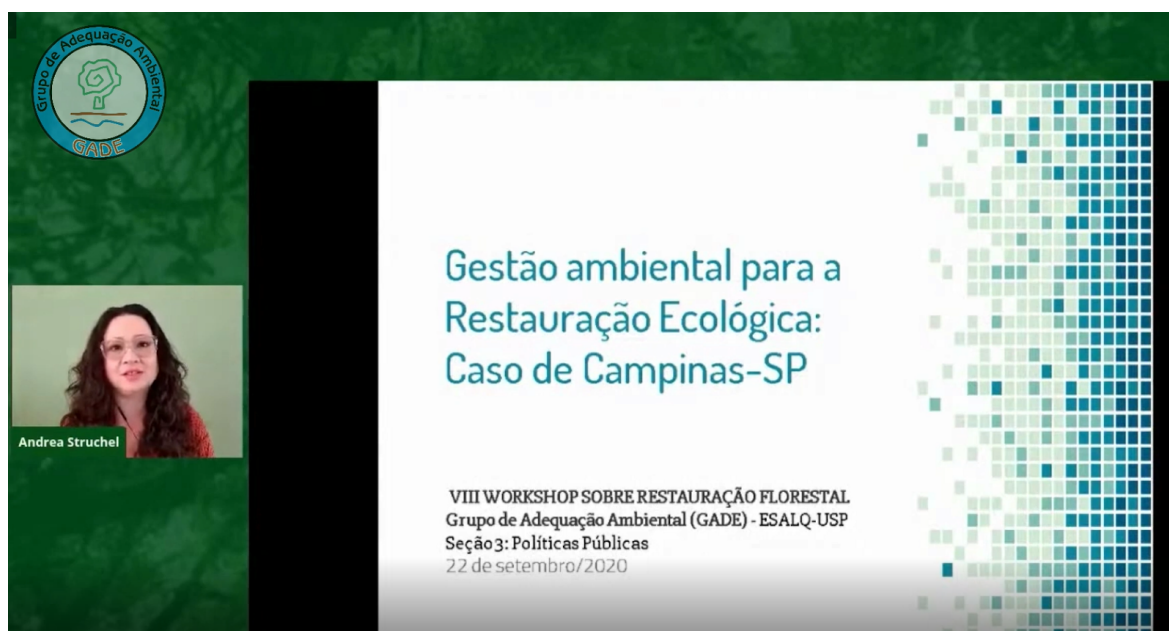


Figura 70: Apresentação de Campinas durante o VIII Workshop sobre Restauração Florestal

7.21 Live sobre "Municipalização do meio ambiente: a implementação da gestão ambiental local por meio da capacitação de gestores públicos e da sociedade civil, nos municípios paraibanos"

No dia 28 de setembro, a Secretária do Verde pode dialogar com Henrique Elias Pessoa Gutierrez e André Trigueiro, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, sobre "Municipalização do meio ambiente: a implementação da gestão ambiental local por meio da capacitação de gestores públicos e da sociedade civil nos municípios paraibanos"

A Live foi uma iniciativa do Laboratório de Planejamento e Gestão Ambiental - LAPLAG, do Departamento de Geociências que tem Projeto de

extensão, cuja equipe é composta por profissionais e estudantes das áreas de Geografia, Engenharia Ambiental e Turismo.

Durante a live, houve um rico debate sobre licenciamento ambiental municipal e foi um orgulho saber que os livros publicados por esta SVDS fazem parte das indicações bibliográficas da universidade!

LIVE bate-papo municipal:
Conversa com Andréa Struchel

Data: 28/09 Horário: 19:30 Canal LAPLAG UFPB

A Municipalização do meio ambiente e a realidade do município de Campinas-SP

Andréa Struchel
-Secretária Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas - SP
-Vice presidente da ANAMMA-SP
-Autora do livro "Licenciamento Ambiental Municipal" (2016) e co-organizadora do livro "Gestão Ambiental para Cidades Sustentáveis" (2019)

Debatedores:

Henrique Gutierrez
Geógrafo (Departamento de Geociências - UFPB)/
Coordenador do projeto

André Trigueiro
Geógrafo, Conselheiro do CREA-PB no Conselho Municipal de Meio Ambiente de João Pessoa e colaborador do projeto

Realização: Projeto de Extensão- Municipalização do meio ambiente: a implementação da gestão ambiental local por meio da capacitação de gestores públicos e da sociedade civil nos municípios paraibanos. (UFPB no seu município 2020)

Apoio:

Figura 71: Divulgação da Live sobre Municipalização do meio ambiente

Maiores informações:

<https://www.youtube.com/watch?v=OyzmoEHLaaw>

7.22 “Seminário Virtual sobre Gestão Ambiental Municipal: refletindo na pandemia para construir futuros”

No dia 02 de outubro, foi realizado um debate, organizado pela Universidade Federal do Rio Grande, por meio do Laboratório Interdisciplinar de Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade (MaréSS) e do Instituto de Oceanografia.

Esse seminário teve por objetivo, refletir sobre a gestão ambiental pública a partir de experiências práticas e científicas relacionadas aos potenciais avanços e fragilidades da municipalização no processo de licenciamento ambiental.

Seminário Virtual sobre Gestão Ambiental Municipal
● refletindo na pandemia para construir futuros

2ª conversa temática:
Licenciamento ambiental:
ganhos e perdas para os municípios

Debateadores:

- Cristiano Vilardo** (IBAMA/ABAI/UFRJ)
- Andréia Struchel** (VERDE Meio Ambiente e Desenv. Sustentável - Campinas/SP)
- Alberto Fonseca** (UFOP Observatório de Política Ambiental)

Mediadora:

- Rossana Chiaffitelli** (SMMA/RG)

dia 02/10, às 15h, via YouTube
inscreva-se e ative o sino

Forma o Continuada de Gestores Ambientais
Licenciamento Ambiental Municipal

PROJETO REALIZADO COM RECURSOS ORIUNDOS DO COMDEMA/FMMA

Figura 72: Divulga o do Seminário Virtual sobre Gestão Ambiental Municipal

Maiores informa es:

<https://www.youtube.com/watch?v=tY2W7ZVOBLE&t=18s>

7.23 Greening Cities Shaping Cities Symposium, Milão, Itália

A SVDS apresentou, nos dias 12 e 13 de outubro de 2020, os artigos “Implementation of Connectivity Area in the Metropolitan Region of Campinas (São Paulo, Brazil) - Biodiversity Integration through Regional Environmental Planning”, elaborado por Gabriel Dias Mangolini Neves (SVDS), Ângela Cruz Guirao (SVDS), Carla de Souza Camarneiro (SVDS), Mario Jorge Bonfante Lançone (SVDS), Larissa Miranda Heinisch (ICLEI), Sandrine Giancristófarro Gouvêa (ICLEI), Sophia Picarelli (ICLEI) and Ana Paula Pellegrino (SVDS), e, “Green Social Areas Index in Campinas (São Paulo) - Brazil - Implementation of linear parks as nature-based solutions, elaborado por Gabriel Dias Mangolini Neves, Ângela Cruz Guirao e Rebeca Veiga Barbosa (SVDS).

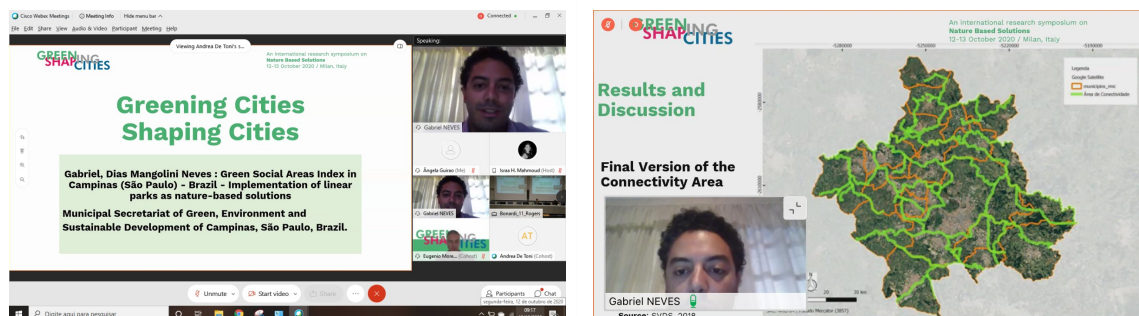


Figura 73: Apresentação durante o Greening Cities Shaping Cities Symposium, Milão, Itália.

7.24 Science Based Targets Network, the Global Commons Alliance

A SVDS, por meio do Engenheiro Ambiental Gabriel Dias Mangolini Neves participou do Workshop virtual, entre os dias 02 e 06 de novembro de 2020, com o intuito de projetar uma estrutura por meio da qual as cidades possam adotar e implementar metas baseadas na ciência, que são aquelas que estão alinhadas com o que a ciência diz que precisamos fazer para reduzir nosso impacto no mundo natural. Campinas apresentou sua experiência e seu

envolvimento desde o início, para garantir que estas metas sejam absorvidas pelas cidades.

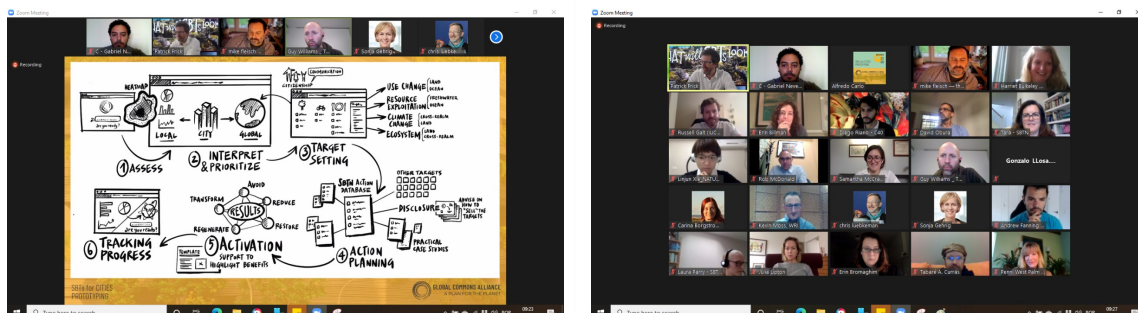


Figura 74: Apresentação do Science Based Targets Network, the Global Commons Alliance.

7.25 2º Webinar “Configurando os espaços verdes e livres”

No dia 06 de novembro, a diretora do DVDS, Ângela Cruz Guirao, participou como palestrante no 2º Webinar SEDUH-DF: "Configurando os espaços verdes e livres" a convite da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH-DF). Juntamente com o Prof. Dr. Fabio Mariz Gonçalves e com a Profa. Dra. Maria fo Carmo de Lima Bezerra, a diretora contou a experiência da elaboração do Plano Municipal do Verde de Campinas, a construção e instituição do Sistema de Áreas Verdes e Unidades de Conservação, legislação e avanços dos programas, como o de parques lineares e dos corredores ecológicos.

Serie de Webinars **SEDUH-DF**

Construindo o Sistema de Áreas Verdes e Espaços Livres do DF

2º Webinar: Configurando os Espaços Verdes e Livres

OS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS DAS CIDADES BRASILEIRAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

PLANO MUNICIPAL DO VERDE DE CAMPINAS

DESAFIOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE UM SISTEMA DE ÁREAS VERDES E LIVRES NO DISTRITO FEDERAL

Palestrante:



Dr. Fábio Mariz Gonçalves
Prof. Livre Docente
FAU-USP

Palestrante:



Dra. Ângela Cruz Guirao
Diretora do Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável
SVDS - Prefeitura de Campinas

Palestrante:



Dra. Maria do Carmo de Lima Bezerra
Profa. Titular
PPG FAU-UnB

Mediador: Vicente Correia Lima Neto
Subsecretário de Políticas e Planejamento Urbano da SEDUH

DATA: 06.11.2020
HORÁRIO: 16h

Link: www.youtube.com/ConexãoSeduh

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação **GDF** GOV DO DISTRITO FEDERAL



Figura 75: 2º Webinar: Configurando os espaços verdes e livres, organizado pela Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.

Maiores informações:

<https://www.youtube.com/watch?v=E6DF325KRWI>

7.26 Apresentação da Política Municipal de Enfrentamento dos Impactos da Mudança do Clima e da Poluição Atmosférica de Campinas ao Ibama

A secretária municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS), Andréa Struchel, apresentou no dia 2 de dezembro, ao presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Fortunato Bim, a Política Municipal de Enfrentamento dos Impactos da Mudança do Clima e da Poluição Atmosférica de Campinas, instituída no último mês de novembro por meio da Lei Municipal nº 16.022.

O presidente do Ibama elogiou o trabalho realizado por Campinas na área climática. "Elaborar uma política baseada em um planejamento sólido é fundamental para que as metas possam ser atingidas", disse Bim.



Figura 76: Equipe da SVDS e presidente do IBAMA, Eduardo Bim

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=39208>

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

7.28 Apresentação da Política Municipal de Enfrentamento dos Impactos da Mudança do Clima e da Poluição Atmosférica de Campinas ao CIESP Campinas

A secretária do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS) de Campinas, Andréa Struchel e o arquiteto Cezar Capacle apresentaram em encontro virtual de 4 de dezembro, a Política Municipal de Combate às Mudanças Climáticas ao Departamento de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho do Centro das Indústrias do Estados de São Paulo (Ciesp) de Campinas.

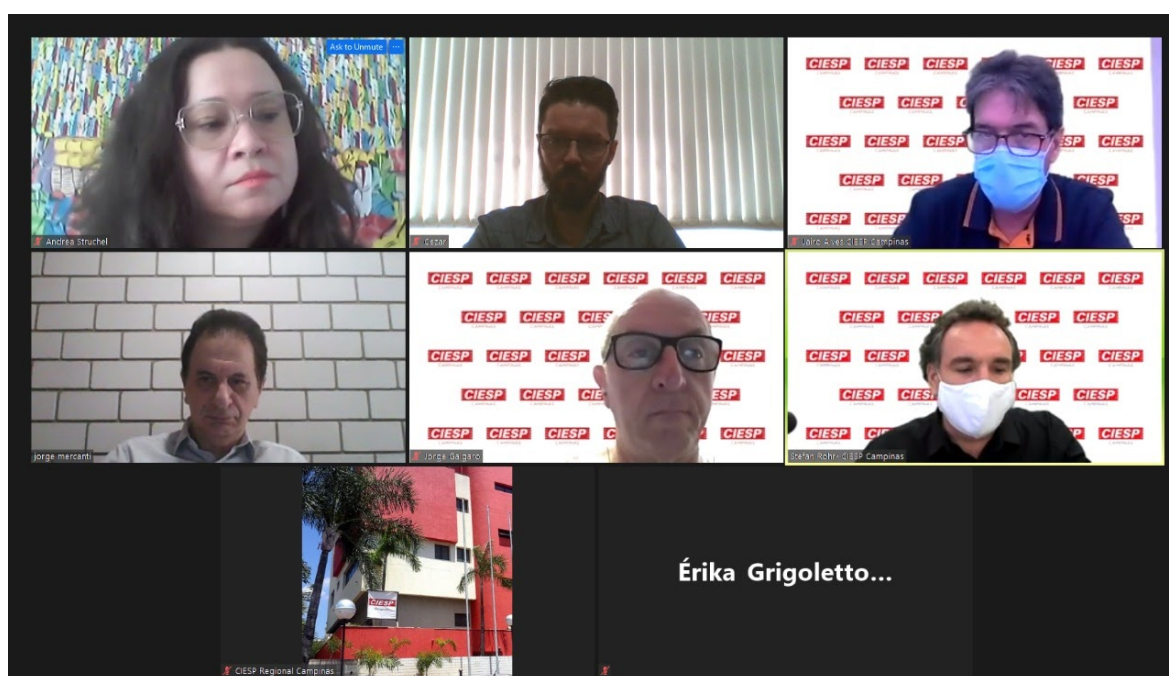


Figura 77: Reunião do Departamento de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho do CIESP-Campinas

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=39221>

7.30 Participação das lives da Frente Parlamentar Ambientalista e da ANAMMA

Campinas é uma das cidades protagonistas em gestão ambiental no Brasil, razão pela qual fomos convidados pela Frente Parlamentar Ambientalista e pela ANAMMA a participar das lives temáticas relacionadas ao meio ambiente em nível local, em que as questões locais de Campinas puderam ser expostas em nível nacional (financiamento de políticas públicas, licenciamento ambiental, fauna, entre outros).

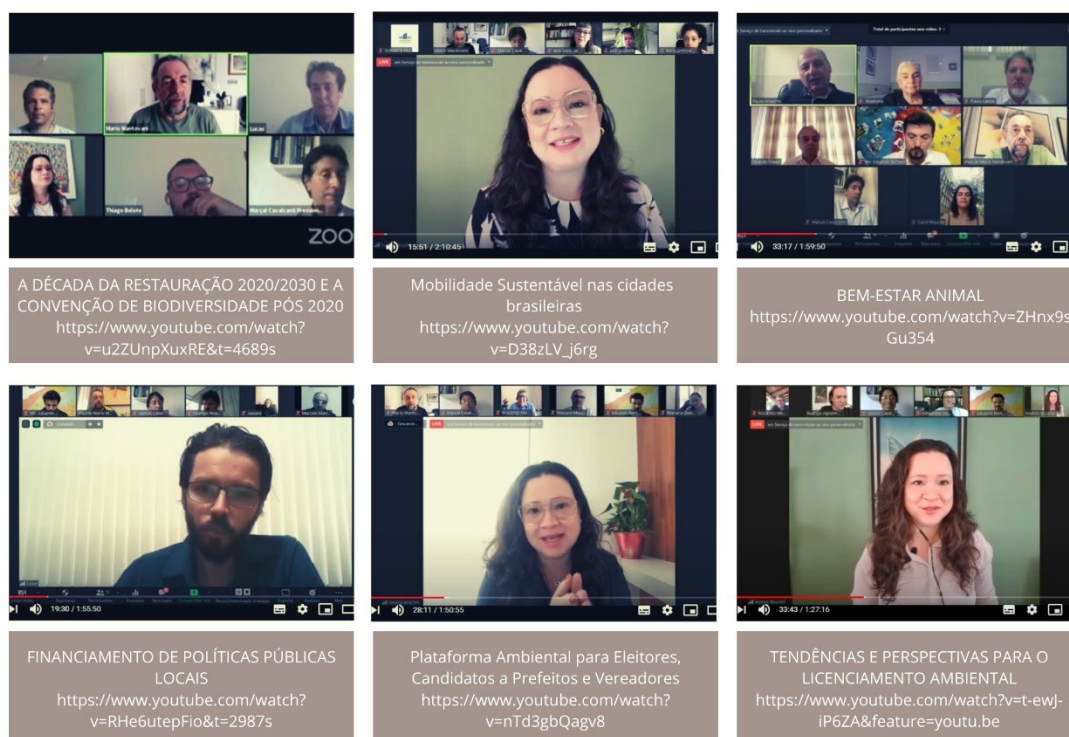


Figura 77 a 82: Participação de Campinas nas lives da Frente Parlamentar Ambientalista e da ANAMMA

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=39048>

8. GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

8.1 Estrutura Administrativa



Figura 83: Números de estrutura administrativa SVDS.

A Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS foi criada pela Lei Complementar nº 59/2014 e conta com: 1 Supervisão Departamental, 3 Departamentos (Licenciamento Ambiental, Verde e Desenvolvimento Sustentável e Proteção e Bem-Estar Animal), 4 Coordenadorias vinculadas ao Gabinete do Secretário e demais 8 Coordenadorias e 8 setores vinculados aos respectivos Departamentos.

Para conhecer a estrutura administrativa da SVDS consultar:

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/88526>

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/>

<http://tiny.cc/organogramasvds>

8.2 Orçamento

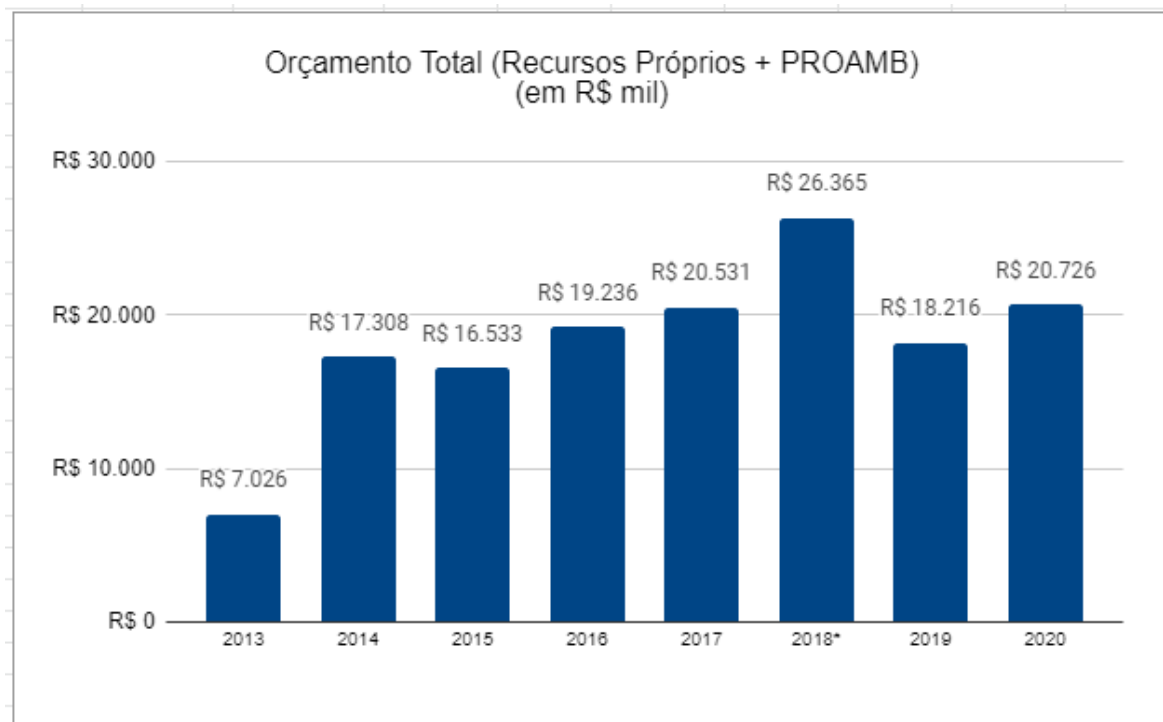


Figura 84: Valores de orçamento.

O Orçamento da SVDS para o ano de 2020 foi de R\$ 20.726 mil inicial, distribuídos da seguinte forma: R\$ 14.180 mil destinados para a Folha de Pagamento, R\$ 1.094 mil destinados às despesas de Custeio da Secretaria, R\$ 5.452 mil do Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente (PROAMB), já inclusas todas as suplementações solicitadas no primeiro semestre além das reduções de 25% propostas pelo Governo Municipal. A Secretaria também é gestora do Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos (FUNDIF), que ainda não dispõe de recursos, por isso não opera financeiramente. A evolução do orçamento total da Secretaria é a que segue:

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020



* Após suplementações.

Figura 85: Gráfico de orçamento total.

As despesas de Custeio destinam-se a atender aos contratos sob gestão de outras Secretarias, para serviços e aquisições de uso comum, sendo: estagiários, patrulheiros, veículos, combustíveis, telefonia móvel e fixa, correios, publicações, reprografia, IMA-Conectividade, hospedagens, vigilância patrimonial do DPBEA, entre outros.

As maiores despesas de custeio da SVDS, excluindo-se a Folha de Pagamento com recursos próprios, foram: ração animal, medicamentos veterinários, vigilância patrimonial do DPBEA, locação de veículos, combustível, patrulheiros e serviço de conectividade.

Como fonte principal de investimentos, a Secretaria conta com o Fundo **PROAMB** - instituído pela Lei Municipal nº 9.811/1998 - que tem por finalidade desenvolver o uso racional dos recursos naturais, com base no princípio do desenvolvimento sustentável.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

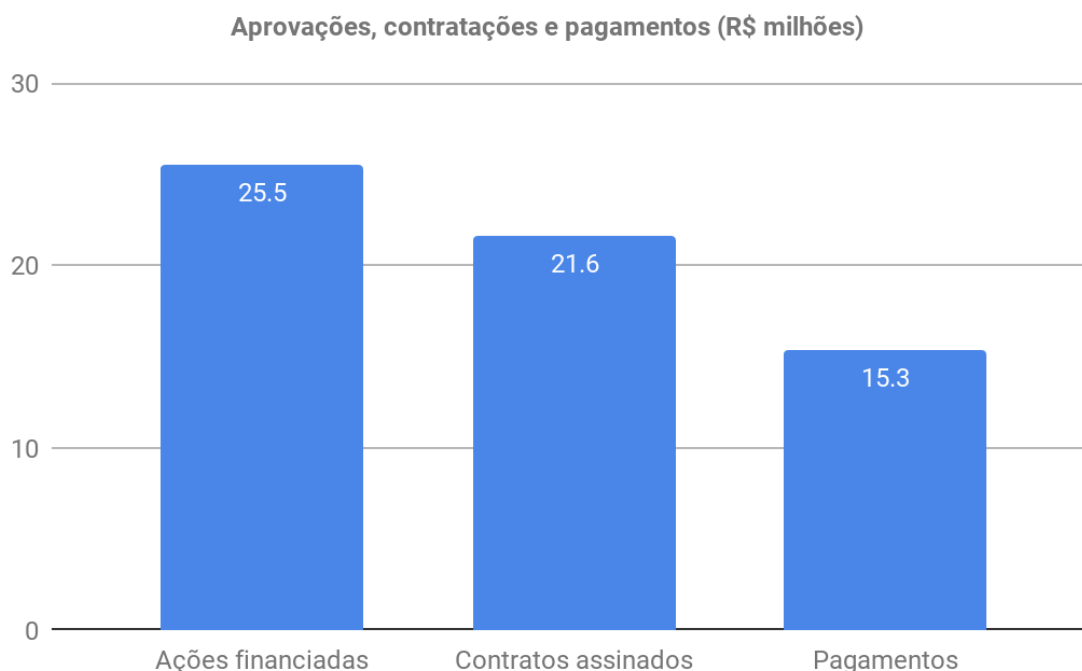


Figura 86: Gráfico de aprovações, contratações e pagamentos.

Desde o ano de 2013, o Conselho Diretor do Fundo Ambiental já aprovou o financiamento de **R\$ 25,5 milhões** em ações. A soma dos contratos assinados (ações em execução) e o valor total das ações concluídas, resultaram no montante de **R\$ 21,6 milhões**. Os pagamentos efetivados provenientes dos fornecimentos e serviços recebidos registraram o valor histórico de **R\$ 15,3 milhões**. Vale ressaltar que as Ações Financiadas são aprovações do Conselho Diretor do Fundo para que determinadas ações sejam contratadas. Já os contratos assinados são as ações aprovadas ao financiamento que efetivamente foram contratadas incluindo o valor das ações concluídas (contratos finalizados).

Em 2020, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, o Plano de Aplicação do Fundo Ambiental ocorreu apenas no segundo semestre e resultou em cinco prorrogações contratuais decorrentes dos programas do Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal, a saber: P22 - Serviço de

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Alojamento para cães e gatos, no valor de R\$ 176.976,00; P28 - Serviço de Castração Cirúrgica Móvel em Cães e Gatos, no valor de R\$ 1.161.000,00; P32 - Serviço de Atendimento Médico Móvel de Urgência - SAMU Animal, no valor de R\$ 360.000,00; P33 - Serviço de Cirurgias Ortopédicas em Cães e Gatos Serviço de Alojamento de Animais, no valor de R\$ 177.999,60 e a P35 - Serviço de Caminhão com motorista para captura de grandes animais, no valor de R\$ 171.690,00. Houve também três novas contratações aprovadas ao financiamento, como a P69 - Atualização, Correções e Melhorias no Sistema de Licenciamento Ambiental, no valor de R\$ 87.687,05; P70 - Projeto de Implantação das Hortas Comunitárias, no valor de R\$ 43.045,42 e a P74 - Aquisição de Licença Software AutoCAD MAP 3D, no valor de R\$ 50.160,09. O fundo ambiental também proporcionou a continuidade dos serviços de Transporte e Alimentação para ações de Educação Ambiental e financiou cursos de capacitação aos servidores da SVDS de acordo com o Programa de Capacitação Continuada.

Maiores informações:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/proamb.php>

A SVDS, por meio de um Conselho Diretor, também faz a gestão do **Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos - FUNDIF**, que foi instituído pela Lei municipal nº 14.753/2013 e tem por finalidade prevenir ou reparar danos causados ao meio ambiente e ao meio urbano, a bens e direitos de valor científico, histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico, bem como a outros bens ou interesses difusos e coletivos, exceto os relativos ao consumidor, de modo a fomentar o desenvolvimento urbano sustentável e proporcionar a efetivação de políticas públicas de interesse local, em consonância com as disposições e princípios constantes da Constituição Federal da República.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Um dos principais recursos previstos para constituir o Fundo provém de receitas advindas de multas pelo descumprimento de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). Em 2020 houve a retomada das reuniões do Conselho Diretor com recomposição do corpo diretivo e discussões iniciais sobre a regulamentação da Lei que criou o Fundo.

Maiores informações:

<http://campinas.sp.gov.br/governo/meio-ambiente/fundif.php>

8.3 Recursos Humanos

A SVDS possui 92 servidores, compondo sua equipe multidisciplinar, entre os quais, temos:

A equipe técnica com 39 servidores, dentre eles, 11 engenheiros ambientais, 5 biólogos, 4 engenheiros agrônomos, 6 engenheiros civis, 3 geógrafos, 2 ecólogos, 2 geólogos, 1 oceanógrafo, 1 engenheiro sanitário, 2 médicos veterinários, 1 engenheiro químico e 1 arquiteto.

A equipe administrativa conta com 8 agentes de fiscalização e mais 30 servidores, que exercem funções de gestão, com formação jurídica, contábil, econômica, pedagógica, gestão pública e de processos. E, para apoio diverso, 7 operacionais; 4 motoristas e 4 patrulheiros.

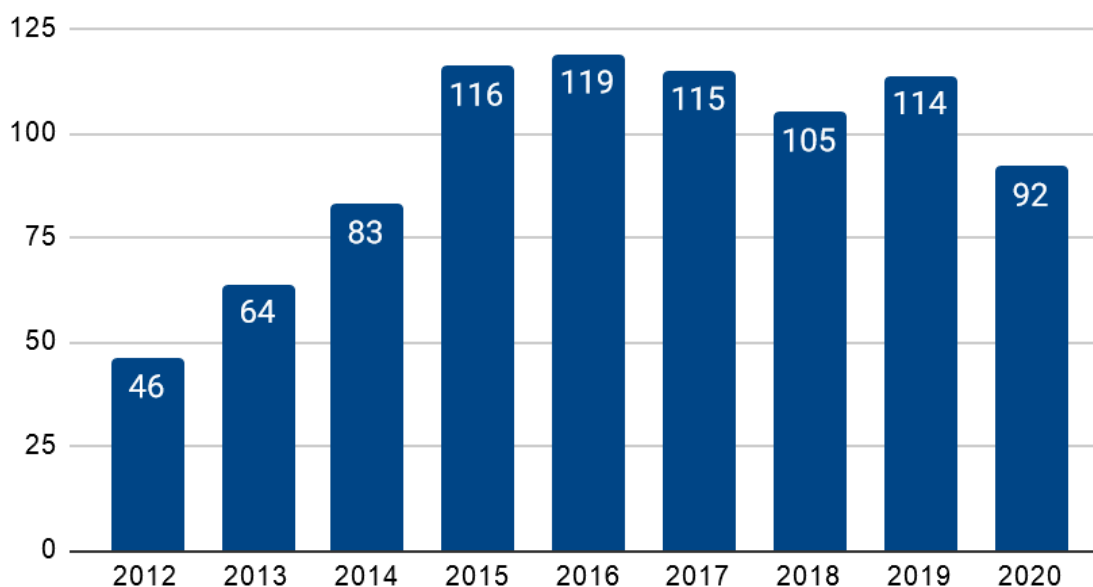
A figura 87 demonstra o crescente número de servidores da secretaria, desde 2013, sendo que em 2020, não houve reposição dos servidores que se aposentaram ou saíram, apesar da crescente demanda da pasta ambiental. Desta forma, para atender as demandas recebidas, é necessário buscar a reposição do quadro de funcionários e, possivelmente, ampliá-lo.



SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Número de servidores da Secretaria*



* Número total de servidores da Secretaria, incluindo patrulheiros.

Figura 87: Gráfico de servidores da secretaria.

A Secretaria tem por norte alcançar a igualdade de gênero, especialmente na distribuição dos cargos de Chefia, como se pode verificar no quadro que segue:

ODS 5 - Igualdade de Gênero	Masc.	Fem	Total	%Fem
Cargos de Chefia	8	16	24	66,6%
Total dos Cargos de Carreira + Comissionados	37	27	64	42,1%

* Este total não considera os estagiários e os patrulheiros.

A igualdade de gênero significa promover o bem de todos, considerando as diferenças entre olhares, experiências e objetivos, o que fortalece a não discriminação.

8.3.1 Capacitação de Servidores

A SVDS criou, em 2016, o **Programa de Capacitação Continuada de Servidores**, com a missão de promover a capacitação e o desenvolvimento institucional continuado de seus quadros. Essa capacitação pode ser realizada por meio de cursos e palestras, priorizando a área de atuação do servidor e da sua especialidade. Além disso, o Programa tem a função de promover a capilaridade de suas ações, tornando obrigatório aos servidores que a receberam a passar para seus colegas as informações e o conhecimento adquirido nos cursos.



8.3.1.1 Curso - Política de Gestão Ambiental Municipal

Em 2017, a SVDS iniciou uma ação interna que consistia em compartilhar os conhecimentos dos técnicos da secretaria (incluindo aqueles obtidos em cursos realizados em outros órgãos/instituições) com os demais colegas servidores da SVDS.

Em 2018, em parceria com a Escola de Governo do Servidor (EGDS), com a Associação dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA) e com a Escola do Legislativo de Campinas (ELECAMP), esse mesmo curso de capacitação foi expandido para as demais secretarias da Municipalidade de Campinas.

Formatado inicialmente com 39 horas de palestras (divididas em 13 encontros presenciais), o curso de capacitação “Política e Gestão Pública Ambiental” teve sua primeira turma formada ainda em 2018. Mirando na atuação profissional do servidor e focada na sustentabilidade, uma vez conhecida a transversalidade do tema dentro da administração pública, este projeto piloto envolveu especialistas de várias áreas da SVDS e da FJPO.

Em 2019, durante o II Fórum Brasil de Gestão Ambiental - FBGA, o curso foi novamente ministrado. Em formato compacto (cerca de 14 horas de curso) e com temas ampliados (com a inclusão das temáticas: recursos hídricos e mudanças climáticas), o curso contou com a participação de cerca de 30 servidores públicos e autoridades de várias cidades e estados de todo o Brasil.

O curso objetivou capacitar o participante para a compreensão e para a importância do seu papel social na construção de metas institucionais e aprimorando de sua atuação com os conhecimentos básicos de gestão ambiental em nível local.



SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020



Figuras 88 a 90: Curso Ministrado no II FBGA, nos dias 26 a 28 de junho de 2019.

Fonte: Gabinete SVDS

Em 2020, ministramos o Curso parcialmente presencial e on-line, nos adaptando ao modelo de ensino a distância, com o convite de conselheiros municipais de interface ambiental participassem do curso.



Figuras 91 a 93: Curso parcialmente presencial e online em 2020.

No segundo semestre, disponibilizamos, na página do Youtube da SVDS o curso completo em parceria com a EGDS - Escola de Governo do Servidor, ELECAMP - Escola do Legislativo de Campinas e TV Câmara, divulgado um conteúdo técnico de forma ampliada na rede mundial de computadores, utilizando-se as ferramentas gratuitas da rede, na plataforma do Youtube da Secretaria (<https://www.youtube.com/c/secretariadoverdecampinas>) para que um público maior seja alcançado.



Dezembro de 2020

CURSO POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

Figura 94: Gravação do Curso Política e Gestão Ambiental Municipal

Maiores informações:

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=35481>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=31453>

<https://www.anamma.org.br/formacao-e-capacitacao>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=39247>

<http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=39247>

8.3.2 Equipe da SVDS

Todas as pessoas que nos ajudaram a construir as atividades realizadas ao longo do ano de 2020

Gabinete do Secretário

Rogério Menezes - Secretário, até junho
Oceanógrafo, MSc.

Andréa Cristina de O. Struchel -
Secretária, a partir de junho
Advogada, MSc.

Assessoria de Gabinete - AG

Diego Poggetti
Técnico em Logística

Nilce Rosinalva da Silva
Advogada

Carolina Mamoni Bueno Dias Rosa
Administrativa

Ricardo Moreira Cassetta
Economista

Cezar Augusto Machado Capacle
Arquiteto

Clayton Luiz Bevilacqua
Administrativo

Jana Rafaella Dal Colletto Franco
Pedagoga

Sylvia Regina Domingues Teixeira até
maio
Engenheira Química, MSc.

Adelina Barboza de Souza
Administrativa

Vagner dos Santos
Gestão Pública

Gustavo Fabrício D'Estefano
Engenheiro Civil

Aline Ap. B. Pécora
Analista de Processo

João Reinaldo Rossati
Engenheiro

Aprendiz

Guiliani de Paula Batista da Silva

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Coordenadoria Executiva de Suporte aos Conselhos e Fundos Municipais - CESC FM

Carlos Alberto Gregio de Oliveira
(Coordenador)
Bacharel C. Contábeis

Apoio Administrativo
Mariela Adair Jaconi
Agente Administrativo

Coordenadoria Financeira - CF

Lúcia Redondo Soares (Coordenadora)
Administrativo

Debora Lucila Pinto
Advogada

Coordenadoria Administrativa e de Expediente - CAE

Veronilda Ribeiro da Silva
(Coordenadora)
Magistério

Rosana Reiko Ito (Chefe de Setor RH)
Gestão Pública

Aprendiz

Gabriel Augusto da Silva Leopoldino

Motoristas

Antonio Marcos de Souza
Paulo Roberto Andrade
Pedro Luiz Russo
Luis Armando Soares

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Departamento de Licenciamento Ambiental - DLA

Leandro A. S. Arruda Melo (Diretor)

Engenheiro Civil

Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS)

Rebeca Veiga Barbosa (Coordenadora)

Bióloga. MSc.

Gabriel Dias Mangolini Neves

Engenheiro Ambiental

Geraldo Magela Martins Caldeira

Engenheiro Civil

Coordenadoria de Suporte Geológico (CSG)

Ana Luiza Ahern Beraldo

Bióloga. Dra.

(Coordenadora)

Rafaela Bonfante Lançone

Geóloga

Coordenadoria Setorial de Licenciamento de Atividades e Empreendimentos de Impacto Local - CLA

Patrícia Neves (Coordenadora)

Engenheira Ambiental

Anexo I – Empreendimentos Imobiliários

Lindenberg Casimiro Damasceno (Líder)

Engenheiro Ambiental

Daniel Prenda de O. Aguiar

Engenheiro Civil. MSc.

Ariane Furlanes da Silva

Engenheira Ambiental

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Anexo II - Infraestrutura

Heloíse Mara Geraldino Maia (Líder)
Engenheira Ambiental

Glauco David Froio Cabral
Engenheiro Civil

Anexo III – Áreas Verdes

Maria Carolina Brunini Siviero (Líder)
Bióloga. MSc.

Luiz Fernando Soares Fonseca
Engenheiro Agrônomo

Luiz Fernando Vogel
Engenheiro Agrônomo

Anexo IV – Atividades Poluidoras

Carla de Souza Camarneiro (Líder)
Engenheira Ambiental

Mário Jorge Bonfante Lançone
Engenheiro Ambiental

Carlos Augusto Justo Barreiro
Engenheiro Civil

Aprendiz

Luana Bergamini de Almeida

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável - DVDS

Ângela Cruz Guirao (Diretora)
Bióloga, Dra.

Adriane Aparecida Zanetini
Artes, Administração Pública e
Gestão de Cidades - Administrativo

Aprendiz

Milena de Lima Souza

Coordenadoria Setorial de Projetos e Educação Ambiental - CSPEA

Dominique Missio de Faria, até junho
Coordenadora

Maria Eugênia Mobrize
Assistente Social e Administrativo

Ida Maria Terossi, a partir de julho
Coordenadora (Bióloga)

Giuliano Martorano Gallardo
Chefe de Setor
Administrativo-Educação Infantil e
Ambiental

Luiz Gustavo Merlo
Diretor - História, Pedagogia e Gestão

Amandi Buzon Rodelli, até junho
Biólogo e Especialista em Educação
Ambiental

Coordenadoria Setorial de Tecnologia de Informações Ambientais - CTeIA

Guilherme T. N. P. de Lima
(Coordenador)
Oceanógrafo, Dr.

Ricardo Simão Amon, até setembro
Engenheiro Agrônomo, MSc.

Fernando G. de Martino
Engenheiro Ambiental

Coordenadoria Setorial de Planejamento e Gestão Ambiental - CPGA

Geraldo Ribeiro de Andrade Neto
(Coordenador)
Engenheiro Ambiental

Cláudio Pacheco de Oliveira
Geógrafo, Dr.

Celso Ribeiro de Freitas Jr.
Engenheiro Sanitarista

Juliano Braga (Chefe de Setor)
Ecólogo

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Carlos Eduardo de Souza Martins
Engenheiro Agrônomo

Sylvia Regina Domingues Teixeira, a partir de maio
Engenheira Química, MSc.

Coordenadoria Setorial do Verde - CV

Ana Paula Pellegrino (Coordenadora)
Engenheira Agrônoma, Dra.

Paulo Ricardo E. de C. Neto
Engenheiro Ambiental

Eliana Benedicto
Administrativo

Danilo José Alves Peixoto até julho
Engenheiro Agrônomo

Alethea Borsari Peraro
Ecóloga

Sueli A. Thomaziello
Geógrafa, Dra.

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Departamento de Proteção e Bem-estar Animal - DPBEA

Paulo Anselmo Nunes Felipe (Diretor)

Médico Veterinário, Dr.

Sandra Renata Salaberry

Médica Veterinária, Dra.

Alcides Miguel Prado da Silva

Motorista

Renato Aparecido Bueno de Oliveira

Motorista

Josiane de Fatima Cruz Silva

Auxiliar Administrativa

Sonia Morelli Justi

Auxiliar Administrativa

Thiago Bolognesi de Andrade

Operacional

Coordenadoria Setorial de Gestão de Animais - CGA

Lara Sofia Frigeri

Coordenadora, até agosto

Naira Ribeiro de Novais

Coordenadora, a partir de setembro

André Luiz Souza Jorge

Operacional

Rodrigo Antonio Araujo Pires

Tecnólogo em Gestão Ambiental

Adeilton José Soares

Operacional

Eliana Santos Ferraz

Bióloga, Dra.

Floriza Pinto dos Reis

Operacional

José Manja

Operacional

Leandro Antonio

Operacional

Marcia Aparecida Felizardo

Operacional

Paulo Martins da Silva

Operacional

Telma Lima Leal Semeão

Operacional

Ana Karina Marangoni Cosiuc Paula

Bióloga

Adriana Filomena M. Cardelli

Operacional

Pamela de Lima Bernardes

Chefe de Setor

Aprendiz

Livia Camila Batista Ide

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA

Heloísa Fava Fagundes (Coordenadora)
Tecnóloga em Controle Ambiental,
Bióloga

José Carlos Borges
(Chefe de Setor)
Geólogo

Vitor Moraes Ribeiro
Geógrafo

Carolina Maria Neves Quadros
Administradora, Bióloga

Guilherme Demori Estevam
Engenheiro Ambiental

Rodrigo dos Santos Santana
Engenheiro Civil (cursando)

Sineida Aparecida de Mendonça
Agente de Fiscalização

Denize Rodrigues de Souza
Agente de Fiscalização

Monica Teixeira Chaves Pereira
Agente de Fiscalização

Gustavo Cipriano G. Vieira
Agente de Fiscalização

9. TEIA DA CIDADANIA AMBIENTAL

A Teia da Cidadania Ambiental foi elaborada para, de uma forma amigável e intuitiva, possibilitar ao cidadão conhecer todas as informações ambientais do município, a cargo da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para estimular o melhor acesso às informações e para fomentar ações de cidadania ambiental em sede local.

Nesta página, encontram-se, dentre outras, as informações atualizadas do licenciamento ambiental; os mapas e os textos produzidos dos planos ambientais municipais; nossos relatórios de atividades; uma biblioteca de legislação ambiental e urbanística; além de links para outros serviços online disponibilizados pela prefeitura.



Figura 95: Recorte da página da Teia da Cidadania Ambiental
<http://ambientecampinas.wixsite.com/cidadaniaambiental>

ANEXO I - Linha do Tempo SVDS

2013



2013

Mansões Santo Antônio

- Retomada de estudo técnico do caso da contaminação ambiental deste grave passivo ambiental



Município Verde Azul

- Campinas recebeu pela 1ª vez o Certificado
- A cidade saltou do 220º lugar para o 14º, o maior avanço entre todas as cidades do Estado



APA sob nova direção

- Alteração da vinculação da SEPLAN para a SVDS
- CONGEAPA/COMDEMA participam das análises de processos



2013

Plano de Saneamento Básico

- Elaboração do Plano
- Segundo o Instituto Trata Brasil, apenas 12 cidades brasileiras, incluindo Campinas, atendem integralmente o marco regulatório do saneamento
- Básico



Fiscalização Ambiental

- Ações preventivas e repressivas
- Autos, procedimentos e legislação consolidados
- Parcerias (guarda municipal, saúde, urbanismo)



SEMEIA

- Descentralizada
- 60 eventos
- Participação de cerca de 5.000 pessoas

SEMEIA 2013

*Sustentabilidade:
sustente esta ideia!*

2014

Água de Reúso

- Combate a crise hídrica
- Resolução SVDS 06/2014



Banco de Áreas Verdes

- Aumento de equipe
- Mais de 65 mil árvores plantadas
- Áreas degradadas recuperadas, praças construídas ou equipadas com compensações



ANAMMA Estadual

- Secretário do Verde escolhido como Vice-Presidente e assume como Presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais – ANAMMA-SP (seccional Estado de São Paulo)



2014

Mansões Santo Antônio

- Sistema de extração de vapores no contrapiso do Bloco A em operação 24 horas por dia.
- Medida mitigadora visando a diminuição do risco a saúde dos moradores (45 famílias diretamente beneficiadas)



GT Áreas Verdes Barão Geraldo

- Demanda do Orçamento Participativo
- Plano de Trabalho concluído
- Entrega para a Câmara de Compensação Ambiental do Estado



Protegendo os animais

- Departamento estruturado
- Lançamento do Portal Animal
- Aquisições de microchipagem concluídas e contratação para castrações em fase final.



2014

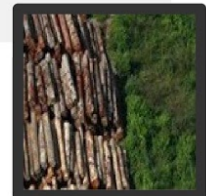
Programa Cidades Sustentáveis

- Campinas ficou em 3º lugar, depois de Goiânia (GO) e Belém (PA) na premiação do Programa Cidades Sustentáveis de 2014.



Coibindo o uso de madeira ilegal

- Aprovação da Lei nº 14.949/2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de madeira legal nas obras de construção civil



Parceria com universidades

- Convênio assinado com a PUC-Campinas para trabalhos conjuntos na área ambiental
- Evento no Campus I da PUCC, para a divulgação e socialização dos trabalhos



2014

Município VerdeAzul

- Além da certificação, Campinas foi contemplada com um triturador de galhos, no valor de R\$ 200 mil
- Campinas em 46º lugar com 88,4 pontos



Mudanças Climáticas

- Campinas inicia reporte ao CPD Cities, na modalidade pública, contribuindo para uma plataforma global de relatório voluntário de mudanças climáticas para os governos municipais



SEMEIA 2014

- 11 dias de atividades
- Mais de 70 atividades
- 30.000 pessoas participaram das atividades



2014

Unidades de Conservação

- Termo de Referência para processo de licitatório de contratação de Plano de Manejo da APA Campinas finalizado



Sistema de Identificação Digital de Árvores

- Aplicativos disponíveis para aparelhos digitais (tablets, smartphones) conectados à internet, denominados QR Code



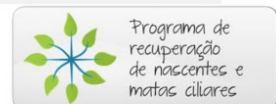
Banco de Áreas Verdes

- Revitalização de Praça Pública na Vila Aurocan e recuperação ambiental de Praça no Jardim Conceição de Sousas, como destaques



Recuperação de Nascentes

- Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares/PRNAC
- Objetiva diagnosticar a qualidade ambiental dos limites legais das APP e promover a recuperação, proteção e manejo das nascentes e áreas ciliares.



2015

Pagamento por Serviços Ambientais

- Lei 15.046/2015
- Visa promover o desenvolvimento sustentável e fomentar a manutenção e a ampliação da oferta de serviços e produtos ecossistêmicos



Junta Administrativa de Recursos - JAR

- Resolução 05/2015
- Grupo Multidisciplinar para deliberar sobre recursos administrativos advindos do poder de polícia ambiental



Política de Educação Ambiental

- Lei 14.961/15
- Plano Municipal de Educação Ambiental em elaboração



2015

Arborização Urbana

- Lançamento do Portal, um WebGIS de consulta de árvores
- Termo de Cooperação Técnica com a EMBRAPA



ANAMMA

- 24º Encontro e 24ª Assembleia Nacional ANAMMA
- Secretário do Verde escolhido como Presidente Nacional da Associação de Órgãos Municipais – ANAMMA Nacional



Licenciamento Ambiental

- Estruturação da Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais, que apoia a sustentabilidade e eficiência às obras públicas
- Novo Decreto de Licenciamento Ambiental aprovado (Decreto nº 18.705, de 17 de abril de 2015), internalizando a informatização do processo de licenciamento ambiental



2015

Ciclovias

- Revitalização da Avenida José de Souza Campos (Norte-Sul) e construção de ciclovias



Teia de Cidadania Ambiental

- Forma fácil para o cidadão de Campinas pesquisar todas as informações ambientais do município



Mansões Santo Antônio

- Publicação do Decreto 18.669/2015, redimensionando as áreas de restrição



2015

Casa da Sustentabilidade

- Lançamento do Concurso Público Nacional de Arquitetura para projeto da Casa da Sustentabilidade
- Parceria com o IAB



SEMEIA

- Tema: uma cidade verde para abrigar todas as cores, com atividades diversificadas
- 84 Atividades
- 20.000 Participantes



Inventário de GEE da RMC

- Adesão de Campinas aos pactos do Prefeito e ao ICLEI
- Acordo com a RMC para elaboração de Inventário de GEE



2016

Gestão Ambiental

- Campinas ganha nota "A" em gestão ambiental pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



Licenciamento Ambiental

- Termos de Referência de Sustentabilidade Ambiental (Selo S) finalizados



SEMEIA

- 90 atividades
- 7000 pessoas



Casa da Sustentabilidade

- Cerimônia de premiação do vencedor do concurso
- Campinas recebe o prêmio na categoria "Green Building" pelo projeto da Casa da Sustentabilidade no XIII Grande Prêmio de arquitetura corporativa, promovida pelo Grupo Flex



2016

Ciclovia

- Ciclovia da Av. Baden Powell implantada



Mata Atlântica

- Encerramento de parceria com a SOS Mata Atlântica com aprovação do plano da mata atlântica juntamente com o Plano do Verde



Município Verde Azul

- Campinas atingiu 93,7 pontos, com projeção das 14ª para a 12ª posição



2016

Inventário de GEE da RMC

- Edital em curso
- Capacitação de equipe



Proteção e Bem-Estar Animal

- Castração de animais domésticos
- Feira de adoção
- Programa de voluntariado e atenção aos animais de moradores de rua



Parceria com FJPO

- Assinatura de Termo de Cooperação
- Parceria técnica



2016

Corredores Ecológicos e Linhas de Conectividade

- Instituição de 3 corredores: São Vicente-serra D'água, Mata Santa Genebrinha – APP Ribeirão Anhumas e Capivari-Jatobás conforme Plano do Verde

- Diretrizes para a área de influência da linha de conectividade



Plano Municipal do Verde

Plano Municipal de Educação Ambiental

- Finalização da leitura técnica e comunitária do Plano



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SAMU Animal

- Ambulância medicamente equipada para o transporte de bichos feridos por atropelamento ou maus tratos físicos

- Foco na população de cães e gatos de rua



SAMU ANIMAL

2016

Censo da Economia Verde

- Lançamento do portal
- O objetivo é mapear e colocar em contato munícipes, empresas, entidades e demais atores que desenvolvem atividades ambientalmente sustentáveis e/ou que estejam associadas ou favoreçam a economia verde, de baixa intensidade de carbono ou criativa em Campinas. Por meio de um Portal, os cidadãos poderão localizar essas iniciativas na proximidade da sua casa e, por meio de uma plataforma interativa, entrar em contato com aquele fornecedor



Conselho Diretor do PSA

- Início dos trabalhos do Conselho Diretor do PSA



Plano Municipal de Educação Ambiental

- Finalização da leitura técnica e comunitária do Plano



2017

Estatuto dos Animais

- Lei 15.449/2017 - Estatuto de proteção, defesa e controle das populações de animais domésticos



Central de Inteligência

- Decreto 19.526/2017
- Institui a Central de inteligência Cidade Sustentável



Fossas sépticas

- 1ª Oficina de Instalação e Operação de Fossas Sépticas Biodigestoras (FSB) e Boas Práticas Agroambientais, em implementação ao Plano de Saneamento Básico



2017

Corredores Ecológicos

- Instituição da Etapa 1 do Corredor Ecológico do Núcleo de Conectividade Santa Genebra, visando ligar a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Mata de Santa Genebra a fragmentos florestais, possibilitando o deslocamento da fauna entre áreas isoladas, a troca genética entre espécies e a dispersão de sementes



Plano Municipal do Verde

Fogos de Artifício

- Lei 15.367/2017
- Proibição da queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos



SEMEIA

- 160 atividades
- 4.000 pessoas



SEMEIA 2017
SEMANA DO MEIO AMBIENTE

No meio ambiente,
não há fronteiras!

Política Municipal de Meio Ambiente

- Envio à Câmara Municipal de Campinas no final dos eventos da SEMEIA



2017

Fórum Brasil de Gestão Ambiental

- 30 eventos paralelos
- 8.000 participantes
- Presença em Campinas de mais de 300 municípios



GeoAmbiental

- Portal
- Apresenta as principais informações ambientais: Parques Lineares, Corredores ecológicos, Núcleos de conectividade, Unidades de Conservação, Hidrografia, Mananciais e Áreas estratégicas do Plano de Recursos Hídricos, Banco de Áreas Verdes, árvores imunes a corte



RECONNECTA

- Ações para a conservação e recuperação da fauna e flora na RMC
- Termo de Cooperação firmado pelos 20 Municípios
- Parcerias: AGEMCAMP e ICLEI



2018

Diálogos pelo Clima

- Envolveu os 20 municípios da RMC
- Passo inicial da elaboração do inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)
- Participação do ICLEI América do Sul (Governos Locais pela Sustentabilidade) e a empresa Waycarbon.



Plano de Manejo da APA

- 1ª audiência
- Discussão do Plano de Manejo + Parâmetros de Uso da Terra Urbano e Rural
- Envolveu 172 participantes

**PLANO DE MANEJO
DA APA DE CAMPINAS**
Em elaboração

Semeia

- Mais de 130 atividades
- Em torno de 3.500 pessoas



Punição aos maus tratos aos animais

- Publicação do Decreto nº 19.844, de 17 de abril de 2018, conferido à Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da SVDS o poder de polícia administrativa para fiscalizar e aplicar as penalidades previstas no Estatuto dos Animais



2018

Curso de Política de Gestão Ambiental Municipal

- Envolveu vários servidores da PMC e da Câmara Municipal de Campinas
- Parceria com EGDS, ELECAMP e ANAMMA
- 40 alunos presenciais e vídeos disponíveis *on line* no site da ANAMMA



Nós e os animais

- Cartilha divulgada em todo o país
- Parceria DPBEA e Departamento de Proteção e Bem Estar Animal da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma)



Junta de Valoração Ambiental (JAVA)

- Decreto nº 20.003, de 30/08/2018
- Estabelece critérios de avaliação e estipulação de medidas de reparação (recuperação e compensação) de danos ambientais no Município



2019

Curso de Política de Gestão Ambiental Municipal

- Envolveu vários servidores da PMC e de outras municipalidades
- Parceria com EGDS, SVDS e ANAMMA
- Realizado durante o II FGBA



Aprovação do Plano de Manejo da APA de Campinas

- Portaria SVDS nº 01, de 8/05/2019
- ampla leitura técnica e comunitária
- Aprovação pelo Congeapa por unanimidade



II FBGA

- Fórum de diálogos entre poderes públicos, terceiro setor, conselhos, universidades, institutos técnicos e de pesquisa
- Contou com a presença de + de 10.000 pessoas



SEMEIA

- + de 172 atividades
- 10.000 participantes



SEMEIA 2019
SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Educar, Preservar
e Proteger:
acima de tudo, a vida!

2019

I Conferencia Municipal de Educação Ambiental

- Envolveu vários servidores da PMC e de outras municipalidades
- Parceria com EGDS, SVDS e ANAMMA
- realizado durante o II FGBA



Mansões Santo Antônio

- contratação, por meio de licitação de investigação detalhada complementar, Plano de Intervenção e Avaliação de Risco à Saúde Humana



Banco de Áreas Verdes

- Lei Complementar nº 213, de 22 de maio de 2019
- atualizou as diretrizes para regulamentação da recuperação de áreas verdes com estabelecimento das funções socioambiental por meio de plantio de mudas arbóreas, conforme as diretrizes do Plano do Verde



Finalização do Inventário de GEE

- Entrega do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e o Plano de Ação de Enfrentamento à Mudança do Clima
- no ano base de 2016, um total de 11.218 milhões de toneladas de GEE, o que a caracteriza como uma região de perfil urbano



2020



SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

ANEXO II - GLOSSÁRIO

ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária

AGEMCAMP - Agência Metropolitana de Campinas

ANAMMA - Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente

APA - Área de Proteção Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

BAV - Banco de Áreas Verdes

CDL - Certificado de dispensa de licença ambiental

CDP - Carbon Disclosure Project

CEA - Centros de Educação Ambiental

CETESB - Cia. Ambiental do Estado de São Paulo

CLP - Conexão Liderança Pública

COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONGEAPA - Conselho Gestor da APA Campinas

CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente

EGDS - Escola de Governo e Desenvolvimento do servidor

EPANB - Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade

FBGA - Fórum Brasil de Gestão Ambiental

FJPO - Fundação José Pedro de Oliveira

FNP - Frente Nacional de Prefeitos

FSB - Fossas Sépticas Biodigestoras

FUNDIF - Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos

GEE - Gases de Efeito Estufa

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

GMC - Guarda Municipal de Campinas	PMVA - Programa Município VerdeAzul
GODC - Gestão de Ocorrência da Defesa Civil	PMRH - Plano Municipal de Recursos Hídricos
IMA - Informática de Municípios Associados	PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas	PMV - Plano Municipal do Verde
JAVA - Junta Administrativa de Valoração Ambiental	PNT - Patrimônios Naturais Tombados
LAO - Sistema de Licenciamento Ambiental OnLine	PPA - Plano Plurianual
MMA - Ministério do Meio Ambiente	PROAMB - Fundo de Meio Ambiente de Campinas
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	PSRS - Programa de Saneamento Rural Sustentável
PCS - Programa Cidades Sustentáveis	PRENAC - Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares
PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado	PSA - Pagamento por Serviços Ambientais
PLC - Projeto de Lei Complementar	RMC - Região Metropolitana de Campinas
PMC - Prefeitura Municipal de Campinas	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
PM ₂ A - Política Ambiental Municipal	SEMEIA - Semana do Meio +Ambiente
PMEA - Plano de Educação Ambiental	

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

SVDS - Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TCA - Termo de Compromisso Ambiental

TEAR - Tecendo Educação Ambiental em Rede (aplicativo)

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

ANEXO III - Produção Legislativa SVDS 2013-2020

III.1 Quantitativos gerais

Tipologia	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAIS
Lei Ordinária	1	0	2	0	1	1	0	3	8
Lei Complementar	1	0	2	1	1	0	0	3	8
Decreto	12	2	4	3	2	1	3	0	27
Resolução	15	9	16	20	4	8	9	18	99
Resolução Conjunta	0	1	1	0	2	3	1	0	8
Ordem de Serviço	5	4	0	0	0	0	1	0	10
Comunicado	0	2	0	0	0	0	0	2	4
Nota Técnica	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Portaria	0	0	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	34	18	25	24	10	13	15	29	168

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

III.2 Leis Ordinárias

Lei	Data	Assunto	Link
LEI N° 14.748	20 de dezembro de 2013	Institui no Município de Campinas o Cadastro Técnico Ambiental de Atividades - CTAA, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/92947
LEI N° 14.961	06 de janeiro de 2015	Institui a Política Municipal de Educação Ambiental no Município de Campinas, e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/128064
LEI N° 15.046	23 de julho de 2015	Institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, autoriza o Poder Executivo Municipal a prestar apoio aos proprietários rurais e urbanos determinados pelo Programa e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/128731
LEI N° 15.440	12 de junho de 2017	Institui o Plano Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/131315
LEI N° 15.639	25 de junho de 2018	Dispõe sobre o acréscimo de incisos ao art. 10 da Lei n° 15.046, de 23 de julho de 2015, que "institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, autoriza o Poder Executivo municipal a prestar apoio aos proprietários rurais e urbanos determinados pelo Programa e dá outras providências".	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/132875
LEI N° 16.012	22 de outubro de 2020	Institui o Programa de Incentivo à Implantação de Jardins Verticais no município de Campinas e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/136302

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

LEI N° 16.022	05 de novembro de 2020	Institui a Política Municipal de Enfrentamento dos Impactos da Mudança do Clima e da Poluição Atmosférica de Campinas	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/136363
LEI N° 16.024	5 de novembro de 2020	Dispõe sobre a proibição de queimadas no município de Campinas e os procedimentos de conscientização, prevenção, fiscalização e controle de queimadas e incêndios e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/136365

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

III.3 Leis Complementares

Lei	Data	Assunto	Link
LEI COMPLEMENTAR Nº 49	20 de dezembro de 2013	Dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento e controle ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local, na forma que especifica.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92958
LEI COMPLEMENTAR Nº 120	10 de dezembro de 2015	Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental para fins de Regularização Fundiária de Interesse Social com intervenção em Área de Preservação Permanente - APP no município de Campinas e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129217
LEI COMPLEMENTAR Nº 136	29 de dezembro de 2015	Altera a Lei Complementar nº 49, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento e controle ambiental de empreendimentos e atividades.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/129329
LEI COMPLEMENTAR Nº 156	20 de dezembro de 2016	Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 49, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento e controle ambiental de empreendimentos e atividades.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/130691
LEI COMPLEMENTAR Nº 186	27 de dezembro de 2017	Altera o art. 18 da Lei nº 10.850, de 7 de junho de 2001, que "cria a Área de Proteção Ambiental - APA - do Município de Campinas, regulamenta o uso e ocupação do solo e o exercício de atividades pelo setor público e privado"	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/132052

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

LEI COMPLEMENTAR Nº 293	17 de novembro de 2020	Altera o caput do art. 9º da Lei nº 11.571, de 17 de junho de 2003, que "disciplina o plantio, o replantio, a poda, a supressão e o uso adequado e planejado da arborização urbana e dá outras providências".	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/136413
LEI COMPLEMENTAR Nº 295	3 de dezembro de 2020	Dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas áreas rurais e urbanas da Área de Proteção Ambiental de Campinas.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/136489
LEI COMPLEMENTAR Nº 296	4 de dezembro de 2020	Altera dispositivos da Lei nº 10.850, de 7 de junho de 2001, que "cria a Área de Proteção Ambiental - APA - do Município de Campinas, regulamenta o uso e ocupação do solo e o exercício de atividades pelo setor público e privado", e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/136489

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

III.4 Decretos

Decreto	Data	Assunto	Link
DECRETO N° 17.850	23 de janeiro de 2013	Regulamenta dispositivos da lei n° 14.477, de 01 de novembro de 2012, que dispõe sobre a criação do Censo da Economia Verde no âmbito do Município de Campinas e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/88619
DECRETO N° 17.952 <i>(REVOGADO pelo Decreto 18.210, de 19/12/2013)</i>	02 de maio de 2013	Dispõe sobre a criação do Grupo Técnico Municipal do Programa Município VerdeAzul 2013.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/89700
DECRETO N° 17.955 <i>(REVOGADO pelo Decreto n° 18.005, de 25/06/2013)</i>	07 de maio de 2013	Convoca a I Conferência Municipal do Meio Ambiente	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92918
DECRETO N° 18.005	25 de junho de 2013	Convoca a II Conferência Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/91129
DECRETO N° 18.068	15 de agosto de 2013	Altera o artigo 1° do Decreto n° 18.005, de 25 de junho de 2013, que convoca a a II Conferência Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/92765
DECRETO N° 18.083	27 de agosto de 2013	Altera o Decreto n° 16.479, de 14 de novembro de 2008, que regulamenta a Lei n° 13.203, de 20 de dezembro de 2007, que estabelece a obrigatoriedade de comprovação de procedência legal da madeira, de origem exótica ou de origem nativa, utilizada em móveis e instalações fornecidas ao poder público municipal, administração indireta, inclusive, e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/92800

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

DECRETO N° 18.084	27 de agosto de 2013	Estabelece a aplicação de critérios de permeabilidade do solo e revegetação de áreas em sede de licenciamento ambiental e altera o Decreto n° 16.974, de 04 de fevereiro de 2010.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/91390
DECRETO N° 18.104	24 de setembro de 2013	Altera o Decreto n° 17.261, de 08 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campinas	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92820
DECRETO N° 18.108	25 de setembro de 2013	Altera o Decreto n° 17.724, de 08 de outubro de 2012, que "dispõe sobre a compensação ambiental relativa a critérios de plantios e obrigações acessórias em áreas verdes do município de campinas e dá outras providências".	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92823
DECRETO N° 18.172	29 de novembro de 2013	Regula os prazos das licenças ambientais de instalação emitidas no Município de Campinas, de acordo com o disposto na Resolução n° 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente- Conama.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/88617
DECRETO N° 18.199	19 de dezembro de 2013	Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92897
DECRETO N° 18.210	19 de dezembro de 2013	Dispõe sobre a criação do Grupo Gestor Municipal e do Grupo Técnico Municipal do Programa Município VerdeAzul 2014	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/91127

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

<p>DECRETO N° 18.306 <i>(REVOGADO pelo Decreto nº 18.705, de 17/04/2015)</i></p>	<p>25 de março de 2014</p>	<p>Regulamenta os procedimentos de licenciamento e controle ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas de que trata a Lei Complementar nº 49, de 20 de dezembro de 2013</p>	<p>https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/126630</p>
<p>DECRETO N° 18.533</p>	<p>28 de outubro de 2014</p>	<p>Altera o § 3º do art. 9º do Decreto nº 16.974, de 04 de fevereiro de 2010, que "dispõe sobre a criação do Banco de Áreas Verdes do Município de Campinas, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campinas e altera o Decreto nº 16.274, de 03 de julho de 2008"</p>	<p>https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/127740</p>
<p>DECRETO N° 18.705</p>	<p>17 de abril de 2015</p>	<p>Regulamenta os procedimentos de Licenciamento e Controle Ambiental de Empreendimentos e atividades de impacto local pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas, de que trata a Lei Complementar nº 49, de 20 de dezembro de 2013.</p>	<p>https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/128414</p>
<p>DECRETO N° 18.759 <i>(REVOGADO pelo Decreto nº 20.003, de 30/08/2018)</i></p>	<p>16 de junho de 2015</p>	<p>Dispõe sobre o procedimento referente à celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC decorrente de inobservância do licenciamento ambiental e aprova as cláusulas respectivas.</p>	<p>https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/128594</p>
<p>DECRETO N° 18.804</p>	<p>27 de julho de 2015</p>	<p>Altera o decreto nº 18.210, de 19 de dezembro de 2013, que "dispõe sobre a Criação do Grupo Gestor Municipal e do Grupo Técnico Municipal do Programa Município VerdeAzul 2014".</p>	<p>https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/128739</p>

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

DECRETO N° 18.859	21 de setembro de 2015	Dispõe sobre a compensação ambiental relativa a critérios de plantios e obrigações acessórias em áreas verdes do município de Campinas e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/128924
DECRETO N° 19.167	06 de junho de 2016	Institui o Plano Municipal do Verde e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/129960
DECRETO N° 19.168	06 de junho de 2016	Institui o Plano Municipal de Recursos Hídricos e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129961
DECRETO N° 19.371	28 de dezembro de 2016	Regulamenta a Lei nº 14.961, de 06 de janeiro de 2015, que Institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/130725
DECRETO N° 19.441	14 de março de 2017	Regulamenta o subprograma de Pagamento pela Conservação das Águas e dos Recursos Hídricos - PSA Água, instituído pela Lei nº 15.046, de 23 de julho de 2015.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/130978
DECRETO N° 19.709	07 de dezembro de 2017	Institui, no âmbito do município de Campinas, os centros de educação ambiental, e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/131958
DECRETO N° 20.003	30 de agosto de 2018	Institui a Junta Administrativa de Valoração Ambiental - JAVA, dispõe sobre os critérios de avaliação e estipulação de medidas de recuperação e compensação ambiental de danos ambientais e demais procedimentos.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/133097

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

DECRETO N° 20.285	17 de abril de 2019	Altera o Decreto n° 18.705, de 17 de abril de 2015, que regulamenta os procedimentos de licenciamento e controle ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas, de que trata a lei complementar n° 49, de 20 de dezembro de 2013.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/134024
DECRETO N° 20.560	07 de novembro de 2019	Regulamenta a elaboração de Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados entre a Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pessoas físicas e jurídicas responsáveis por danos e passivos ambientais no município de Campinas e altera dispositivos do Decreto municipal n° 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/134963
DECRETO N° 20.578	14 de novembro de 2019	Revoga o § 5° do art. 121 do Decreto n° 18.705, de 17 de abril de 2015, que regulamenta os procedimentos de licenciamento e controle ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas, de que trata a Lei Complementar n° 49, de 20 de dezembro de 2013.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/134999

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

III.5 Resoluções

Resolução	Data	Assunto	Link
RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 01	09 de agosto de 2013	Dispõe sobre o Regimento Interno da II Conferência Municipal do Meio Ambiente (CMMA) de Campinas (09, 17 e 18 de agosto de 2013)	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/91128
RESOLUÇÃO N° 01	28 de agosto de 2013	Regulamenta o artigo 3° do Decreto 17.724, de 08 de outubro de 2012	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92788
RESOLUÇÃO N° 02 <i>(REVOGADA pela Resolução n° 03, de 05/05/2020-SVDS REVOGADA pela Resolução n° 14, de 16/08/2016-SVDS)</i>	09 de outubro de 2013	Termo de referência para elaboração do laudo geológico geotécnico	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92833
RESOLUÇÃO N° 03 <i>(REVOGADA pela Resolução n° 04, de 05/05/2020-SVDS)</i>	10 de outubro de 2013	Termo de referência para elaboração de laudo de caracterização da vegetação	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/89699
RESOLUÇÃO N° 04 <i>(REVOGADA pela Resolução n° 05, de 06/05/2020-SVDS)</i>	18 de outubro de 2013	Termo de referência técnico para preenchimento do Memorial de Caracterização do Empreendimento (MCE) para as atividades potencial ou efetivamente poluidoras de impacto local.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/88618
RESOLUÇÃO N° 05 <i>(REVOGADA pela Resolução n° 06, de 06/05/2020-SVDS)</i>	23 de outubro de 2013	Termo de Referência para Elaboração do Estudo Ambiental Aplicado	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92884
RESOLUÇÃO N° 06 <i>(REVOGADA pela Resolução n° 07, de 07/05/2020-SVDS)</i>	31 de outubro de 2013	Termo de Referência do Relatório Ambiental Integrado (RAI)	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/87770
RESOLUÇÃO N° 07 <i>(REVOGADA pela Resolução n° 08, de 07/05/2020-SVDS)</i>	01 de novembro de 2013	Termo de Referência para Elaboração de Laudo de Fauna	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92952

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

RESOLUÇÃO N° 08 (REVOGADA pela Resolução nº 13, de 19/05/2020-SVDS)	08 novembro de 2013	Manual para Elaboração de Projetos de Drenagem de Águas Pluviais	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/91389
RESOLUÇÃO N° 09 (REVOGADA pela Resolução nº 13, de 19/05/2020-SVDS)	08 de novembro de 2013	Termo de referência de projetos de terraplenagem	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92969
RESOLUÇÃO N° 10 (REVOGADA pela Resolução nº 13, de 19/05/2020-SVDS)	13 de novembro de 2013	Termo de referência para elaboração de estudos de tráfego	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92871
RESOLUÇÃO N° 11 (REVOGADA pela Resolução nº 13, de 19/05/2020-SVDS REVOGADA pela Resolução nº 04, de 13/06/2017-SVDS)	27 de novembro de 2013	Termo de referência para elaboração do projeto de recuperação ambiental	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/86729
RESOLUÇÃO N° 12 (REVOGADA pela Resolução nº 09, de 13/05/2020-SVDS)	03 de dezembro de 2013	Termo de referência para elaboração do plano de monitoramento da qualidade da águas superficiais	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/88278
RESOLUÇÃO N° 13 (REVOGADA pela Resolução nº 10, de 13/05/2020-SVDS)	12 de dezembro de 2013	Manual para elaboração do Plano de Controle e Monitoramento Ambiental de Obras - PCMAO	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92980
RESOLUÇÃO N° 14 (REVOGADA pela Resolução nº 11, de 14/05/2020-SVDS)	27 de dezembro de 2013	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/127121
RESOLUÇÃO SVDS N° 01 (REVOGADA pela Resolução 04, de 27/04/2015-SVDS)	01 de abril de 2014	Estabelece o valor de cada árvore plantada com a respectiva manutenção por dois anos, no âmbito dos termos de compromisso ambiental firmados pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/126676
RESOLUÇÃO SVDS N° 02/2014	01 de abril de 2014	Regulamenta o artigo 173 do decreto 18.306, de 25 de março de 2014	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/126674

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

RESOLUÇÃO SVDS nº 03/2014	01 de abril de 2014	Regulamenta o artigo 186 do decreto 18.306, de 25 de março de 2014	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/126675
RESOLUÇÃO SVDS Nº 04/2014	23 de abril de 2014	Regulamenta os artigos 184 e 185 do decreto 18.306, de 25 de março de 2014	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/126750
RESOLUÇÃO Nº 05	23 de maio de 2014	Regulamenta os procedimentos administrativos e as compensações referentes ao corte e à exploração de árvores nativas e exóticas plantadas comercialmente e ao corte de bosques de espécies exóticas	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/126865
RESOLUÇÃO Nº 06 <i>(REVOGADA pela Resolução nº 09, de 31/07/2014)</i>	30 de maio de 2014	Estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direito não potável de água, proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de sistemas públicos para fins de usos múltiplos no Município de Campinas	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/126908
RESOLUÇÃO SVDS Nº 08/2014	25 de julho de 2014	Regulamenta o artigo 69 do Decreto 18.306, de 25 de março de 2014	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/127137
RESOLUÇÃO Nº 1 <i>(REVOGADA pela Resolução nº 12, de 18/05/2020-SVDS)</i>	20 de agosto de 2014	Termo de referência para elaboração do relatório de plantio ou manutenção de recuperação ambiental.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/127404
ORDEM DE SERVIÇO Nº 06 <i>(REVOGADA pela Resolução nº 12, de 18/05/2020-SVDS)</i>	11 de setembro de 2014	Dispõe sobre os Procedimentos Administrativos a serem executados pelo Banco de Áreas Verdes (BAV) e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/127537
RESOLUÇÃO SVDS Nº 03/2015	25 de março de 2015	Dispõe sobre a definição das larguras das faixas relativas às Áreas de Preservação Permanente - APP, para os	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129111

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

		curtos d'água do Município de Campinas	
RESOLUÇÃO SVDS n° 04/2015	28 de abril de 2015	Dispõe sobre o valor de cada árvore plantada com a respectiva manutenção por dois anos, no âmbito dos Termos de Compromisso Ambiental e Termos de Ajustamento de Conduta firmados pela Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/128434
RESOLUÇÃO 04/2015	27 de maio de 2015	Dispõe sobre Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA originário do projeto Plano Diretor de Dutos - PDDPetrobrás, com recurso a ser aplicado na Unidade de Conservação - UC Municipal APA de Campinas	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/128541
RESOLUÇÃO SVDS N° 05/2015	28 de abril de 2015	Regulamenta o artigo 182 do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/128440
RESOLUÇÃO SVDS N° 08/2015	26 de maio de 2015	Art. 1º Cientificar todos os integrantes do Conselho Gestor da APA Campinas - CONGEAPA das seguintes informações: TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA O USO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ONLINE (LAO)	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/128543
RESOLUÇÃO 05/2015	07 de agosto de 2015	Dispõe sobre política de pavimentação na APA de Campinas	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/128771
RESOLUÇÃO N° 10 <i>(REVOGADA pela Resolução n° 14, de 20/05/2020-SVDS)</i>	06 de outubro de 2015	Regulamenta os procedimentos, diretrizes básicas e parâmetros de documentação, laudos e projetos para a avaliação ambiental da obra, empreendimento ou atividade	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/128985

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

		requerida para fins de obtenção dos incentivos financeiros e do Selo de Sustentabilidade - SELO S.	
RESOLUÇÃO N° 11	06 de outubro de 2015	Regulamenta o decreto 18.705, de 17 de abril de 2015 (ou legislação que venha a substituí-lo)	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/128986
RESOLUÇÃO N° 12	22 de outubro de 2015	Estabelece a Lista de Espécies de Plantas Exóticas Invasoras no Município de Campinas no âmbito do Licenciamento Ambiental	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129068
RESOLUÇÃO N° 13	29 de outubro de 2015	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129093
RESOLUÇÃO N° 14	29 de outubro de 2015	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129094
RESOLUÇÃO N° 15	29 de outubro de 2015	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129095
RESOLUÇÃO N° 16	30 de novembro de 2015	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129180
RESOLUÇÃO N° 17	30 de novembro de 2015	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129181
RESOLUÇÃO N° 18	30 de novembro de 2015	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129182
RESOLUÇÃO N° 19	22 de dezembro de 2015	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129328

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

RESOLUÇÃO N° 01	04 de fevereiro de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/129470
RESOLUÇÃO N° 02	04 de fevereiro de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129472
RESOLUÇÃO N° 03	25 de fevereiro de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/129530
RESOLUÇÃO N° 04	25 de fevereiro de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/129531
RESOLUÇÃO N° 05	25 de fevereiro de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129554
RESOLUÇÃO N° 06	25 de fevereiro de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129555
RESOLUÇÃO N° 07	24 de março de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129667
RESOLUÇÃO N° 08	24 de março de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/129668
RESOLUÇÃO N° 09	24 de março de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129737
RESOLUÇÃO N° 10	29 de abril de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/129837

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

RESOLUÇÃO N° 11	03 de maio de 2016	Regulamenta o Capítulo III do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/129873
RESOLUÇÃO N° 12	08 de julho de 2016	Estabelece diretrizes para a área de influência da linha de conectividade em acordo com Decreto 19.167, de 06 de junho de 2016 que institui o Plano Municipal do Verde e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/130116
RESOLUÇÃO N° 13	08 de julho de 2016	Estabelece o corredor ecológico Mata Santa Genebrinha - APP Ribeirão Anhumas em acordo com Decreto 19.167, de 06 de junho de 2016 que institui o Plano Municipal do Verde e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/130117
RESOLUÇÃO N° 14 <i>(REVOGADA pela Resolução n° 03, de 05/05/2020-SVDS)</i>	16 de agosto de 2016	Estabelece diretrizes para elaboração do laudo geológico geotécnico, exigido pelo Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015 para fins de licenciamento ambiental municipal	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/130198
RESOLUÇÃO N° 15 <i>(REVOGADO pela Resolução n° 07, de 20/12/2017-SVDS)</i>	29 de agosto de 2016	Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados na condução dos contratos a serem firmados pela Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Fundo de recuperação, manutenção e preservação do meio ambiente - PROAMB	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/130239
RESOLUÇÃO N° 16	02 de setembro de 2016	Estabelece regras de apoio técnico entre a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/130298

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

RESOLUÇÃO PSA N° 01	30 de setembro de 2016	Dispõe sobre o regimento interno do conselho diretor do programa de pagamento por serviços ambientais - CDPSA	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/130374
RESOLUÇÃO N° 17	30 de setembro de 2016	Regulamenta a alínea k do inciso II do artigo 2º do decreto 18.859, de 21 de setembro de 2015	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/130375
RESOLUÇÃO N° 18	30 de setembro de 2016	Estabelece o inventário de espaços territoriais a serem preservados e protegidos ou de potencial promoção de serviços ambientais	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/130376
RESOLUÇÃO N° 19	30 de setembro de 2016	Regulamenta o parágrafo primeiro (ou § 1º) do artigo 7º do Decreto nº 19.173, de 08 de junho de 2016	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/130377
RESOLUÇÃO N° 01	18 de abril de 2017	Estabelece os critérios de elegibilidade para avaliação do enquadramento legal das propriedades submetidas ao PSA Água	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/131108
RESOLUÇÃO N° 02 <i>(REVOGADO pela Resolução nº 01, de 21/02/2018-SVDS)</i>	18 de abril de 2017	Estabelece os procedimentos internos para a gestão dos Termos de Compromisso Ambiental (TCA) no âmbito da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/131109
RESOLUÇÃO SVDS N° 03	13 de junho de 2017	Regulamenta a alínea "k" do inciso II do artigo 2º do Decreto municipal nº 18.859, de 21 de setembro de 2015 e dispõe sobre o termo de referência técnico para implantação do Sistema de Identificação Digital (sid) de árvores em projeto de recuperação ambiental no âmbito da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/131326

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

RESOLUÇÃO SVDS N° 04 <i>(REVOGADA pela Resolução nº 12, de 18/05/2020-SVDS)</i>	13 de junho de 2017	Regulamenta o artigo 32º, do Decreto 18.705, de 17 de abril de 2015 e Decreto 18.859, de 21 de setembro de 2015.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/131330
RESOLUÇÃO SVDS N° 01 <i>(REVOGADA pela Resolução nº 06, de 05/11/2018-SVDS)</i>	21 de fevereiro de 2018	Estabelece os procedimentos internos para a gestão dos termos de compromisso ambiental (TCA) no âmbito da secretaria municipal do verde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/132243
RESOLUÇÃO SVDS N° 02 <i>(REVOGADA pela Resolução nº 02, de 22/02/2019-SVDS)</i>	21 de fevereiro de 2018	Dispõe sobre a valoração de compensações decorrentes de danos ambientais e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/132245
RESOLUÇÃO SVDS N° 03	13 de abril de 2018	Institui a Fundação José Pedro de Oliveira como Centro de Educação Ambiental, em acordo com Decreto municipal nº 19.709, de 07 de dezembro de 2017.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/132678
RESOLUÇÃO N° 04	07 de maio de 2018	Altera a Resolução SVDS nº 01/2017	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/132676
RESOLUÇÃO N° 05	18 de maio de 2018	Artigo 1º - Fica denominado "Certificado Professor Paulo Nogueira Neto" o Diploma de Mérito Socioambiental de que dispõe o Decreto nº 17.600 de 29 de maio de 2012.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/132719
RESOLUÇÃO COMDEMA CAMPINAS N° 01	27 de setembro de 2018	Institui, no âmbito do Comdema - Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas, o FAM - Fórum Ambiental Metropolitano.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/133243
RESOLUÇÃO COMDEMA CAMPINAS N° 01	27 de setembro de 2018	Institui, no âmbito do Comdema - Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas, o FAM - Fórum Ambiental Metropolitano.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/133243

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

RESOLUÇÃO SVDS N° 06 <i>(REVOGADA pela Resolução nº 12, de 18/05/2020-SVDS)</i>	05 de novembro de 2018	Estabelece os procedimentos internos para a gestão dos termos de compromisso ambiental (TCA) no âmbito da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/133413
RESOLUÇÃO N° 02	22 de fevereiro de 2019	Dispões sobre a valoração de compensações decorrentes de danos e passivos ambientais e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/133821
RESOLUÇÃO N° 03	01 de março de 2019	Dispõe sobre os procedimentos da Junta Administrativa de Valoração Ambiental (JAVA)	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/133859
RESOLUÇÃO N° 04	01 de março de 2019	Dispõe sobre a Valoração Ecológica de que trata os artigos 16 e 17 do Decreto Municipal 20.003, de 30 de agosto de 2018.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/133860
RESOLUÇÃO N° 05	11 de março de 2019	Dispõe sobre a valoração de serviços ecossistêmicos culturais decorrentes de danos e passivos ambientais.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/133875
RESOLUÇÃO N° 06	22 de março de 2019	Dispõe sobre a valoração de serviços ecossistêmicos de habitat para espécies decorrentes de danos e passivos ambientais	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/133921
RESOLUÇÃO PSA N° 01	03 de maio de 2019	Dispõe sobre o regimento interno do conselho diretor do programa de pagamento por serviços ambientais - CDPSA	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/134070
RESOLUÇÃO SVDS N° 07	03 de junho de 2019	Dispõe sobre a obrigação compensatória relativa ao licenciamento ambiental de empreendimentos imobiliários.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/134249
RESOLUÇÃO N° 10	23 de setembro de 2019	Dispõe sobre a valoração de serviços ecossistêmicos de sequestro de carbono decorrentes de danos e passivos ambientais.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/134594

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

RESOLUÇÃO N° 11	04 de outubro de 2019	Estabelece a pertinência de Termo de Ajustamento de Conduta decorrente de perda do serviço ecossistêmico de sequestro de carbono.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/134644
RESOLUÇÃO 17	21 de agosto de 2020	Altera dispositivos do artigo 8º da Resolução nº 10, de 23/09/2019-SVDS, que dispõe sobre a valoração de serviços ecossistêmicos de sequestro de carbono decorrentes de danos e passivos ambientais.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/136027
RESOLUÇÃO SVDS N° 18	20 de outubro de 2020	Dispõe sobre os procedimentos da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável nos casos de descumprimentos de obrigações estipuladas em Termos de Ajustamento de Conduta ambientais.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/136288
RESOLUÇÃO 16	02 de junho de 2020	Dispõe sobre a alteração de itens das Resoluções que tratam dos Termos de Referência relativos aos Planos de Monitoramento da Qualidade da Água, Plano de Controle e Monitoramento Ambiental de Obras e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/135730
RESOLUÇÃO 14	20 de maio de 2020	Regulamenta os procedimentos para fins de obtenção dos incentivos financeiros e do Selo de Sustentabilidade - SELO S.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135704
RESOLUÇÃO 15	20 de maio de 2020	Cria e regulamenta os procedimentos para fins de obtenção do Certificado de Sustentabilidade - Certificado - S	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135705
RESOLUÇÃO 13	19 de maio de 2020	Dispõe sobre a revogação das Resoluções que regulam os Termos de Referência relativos aos projetos de drenagem, projetos de terraplanagem,	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135682

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

		projetos de recuperação ambiental e estudos de tráfego.	
RESOLUÇÃO 12	18 de maio de 2020	Estabelece os procedimentos para a gestão dos Termos de Compromisso Ambiental (TCA), Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e Termos de Compromisso e Recuperação Ambiental (TCRA) vinculados ao Banco de Áreas Verdes, no âmbito da Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SVDS).	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/135684
RESOLUÇÃO 11	14 de maio de 2020	Estabelece diretrizes para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para fins de Licenciamento Ambiental Municipal.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/135671
RESOLUÇÃO 09	13 de maio de 2020	Regulamenta o Plano de Monitoramento da Qualidade da água para fins de Licenciamento Ambiental Municipal.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/135669
RESOLUÇÃO 10	13 de maio de 2020	Regulamenta o Plano de Controle e Monitoramento Ambiental de Obras (PCMAO) para fins de Licenciamento Ambiental Municipal.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/135670
REPUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 07	07 de maio de 2020 - incluindo anexo	Estabelece diretrizes para a elaboração do Relatório Ambiental Integrado para fins de Licenciamento Ambiental Municipal.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135665
REPUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 08	07 de maio de 2020 - incluindo anexo	Estabelece diretrizes para elaboração do Laudo de Fauna para fins de Licenciamento Ambiental Municipal.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135666
REPUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 06	06 de maio de 2020 -	Estabelece ditretrizes para a elaboração do Estudo Ambiental Aplicado (EAA)	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/in

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

	incluindo anexo	para fins de Licenciamento Ambiental Municipal.	dex/visualizaroriginal/id/135661
RESOLUÇÃO 05	06 de maio de 2020	Estabelece diretrizes do Memorial de Caracterização do Empreendimento (MCE) para as atividades potencial ou efetivamente poluidoras de impacto local para fins de licenciamento ambiental municipal.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135660
REPUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 04	05 de maio de 2020 - com anexo	Estabelece diretrizes para elaboração do laudo de caracterização de vegetação para fins de Licenciamento Ambiental Municipal.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135656
REPUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 03	05 de maio de 2020 - incluindo anexo	Estabelece diretrizes para elaboração do Laudo Geológico Geotécnico para fins de licenciamento ambiental municipal.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135655
RESOLUÇÃO 02	23 de abril de 2020	Autoriza a realização de reuniões internas e externas, assembleias e demais encontros por videoconferência no âmbito da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135591
RESOLUÇÃO SVDS N° 01	27 de março de 2020	Estabelece regras transitórias para os processos de licenciamento ambiental municipal no âmbito da Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135512

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

III.6 Resoluções conjuntas

Resolução	Data	Assunto	Link
RESOLUÇÃO CONJUNTA SVDS/SMS N° 09/2014 <i>(REVOGADA pela Resolução Conjunta n° 05, de 22/09/2017-SVDS/SMS)</i>	31 de julho de 2014	Estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para o reúso direto não potável de água, proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) de sistemas públicos para fins de usos múltiplos no Município de Campinas "	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/127153
RESOLUÇÃO CONJUNTA SVDS/SEINFRA N° 09/2015	28 de setembro de 2015	Regulamenta o art. 196 e art. 197, do Decreto municipal 18.705, de 17 de abril de 2015, no tocante aos processos de licenciamento ambiental de interesse da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/128941
RESOLUÇÃO CONJUNTA FJPO/SVDS N° 01	26 de abril de 2017	Estabelece a etapa 1 do corredor ecológico do núcleo de conectividade Santa Genebra em acordo com Decreto municipal n° 19.167, de 06 de junho de 2016 que institui o Plano Municipal do Verde e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/131137
RESOLUÇÃO CONJUNTA SVDS/SMS N° 05/2017	22 de setembro de 2017	Revoga a Resolução Conjunta SVDS/SMS n° 09/2014	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/131702
RESOLUÇÃO CONJUNTA SVDS/SMSP N° 01/2018 <i>(REVOGADA pela Resolução Conjunta n° 02, de 28/03/2018-SVDS/SSP)</i>	28 de março de 2018	Regulamenta os procedimentos conjuntos entre as Secretarias Municipais do Verde e do Desenvolvimento Sustentável e a de Serviços Públicos, visando o cumprimento dos Termos de Compromisso Ambiental - TCA cujo compromissário seja a própria Prefeitura de Campinas.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/132441

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

RESOLUÇÃO CONJUNTA SVDS/SMSP N° 02/2018	06 de abril de 2018	Regulamenta os procedimentos conjuntos entre as Secretarias Municipais do Verde e do Desenvolvimento Sustentável e a de Serviços Públicos, visando o cumprimento dos Termos de Compromisso Ambiental - TCA cujo compromissário seja a própria Prefeitura de Campinas.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/132560
RESOLUÇÃO CONJUNTA SVDS / SMT / SMSP / SMASDH N° 03	29 de outubro de 2018	Estabelece as diretrizes para a implantação dos parques lineares a serem implantados em glebas cadastradas e que serão cadastradas de acordo com o Decreto 19.167, de 06 de junho de 2016, que institui o plano municipal do verde e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/133382
RESOLUÇÃO CONJUNTA FJPO/SVDS N° 01	07 de janeiro de 2019	Estabelece a Etapa 2 do corredor ecológico do núcleo de conectividade Santa Genebra em acordo com Decreto municipal nº 19.167, de 06 de junho de 2016 que institui o plano municipal do verde e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/133799

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

III.7 Ordens de Serviço

Ordem de Serviço	Data	Assunto	Link
ORDEM DE SERVIÇO N° 01/2013 <i>(REVOGADA pela OS n° 03/2013)</i>	28 de março de 2013	Procedimento para o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades de baixo impacto ambiental, definidos no Decreto Municipal 17.261 /11	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92850
ORDEM DE SERVIÇO CONJUNTA N° 01	04 de julho de 2013	Dispõe sobre os Procedimentos Administrativos a serem executados pela Secretaria Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável e a Secretaria Municipal de Serviços Públicos para Arborização e Revitalização de Praças Públicas, Áreas Verdes, Canteiros de Ruas e Avenidas e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/92782
ORDEM DE SERVIÇO N° 02/2013	30 de julho de 2013	Procedimento para notificação dos interessados nos processos de planejamento, licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades e fiscalização ambiental e no âmbito da Secretaria do Verde e do Desenvolvimento Sustentável	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/92798
ORDEM DE SERVIÇO INTERNA N° 08/2013	26 de setembro de 2013	Dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local no âmbito da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Campinas	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/92834
ORDEM DE SERVIÇO N° 03/2013	23 de outubro de 2013	Procedimento para o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades de baixo impacto ambiental, definidos no Decreto Municipal 17.261 /11	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/92868

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

ORDEM DE SERVIÇO 02/2014	31 de janeiro de 2014	Dispõe sobre o processo de Licenciamento Ambiental Online	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/126751
ORDEM DE SERVIÇO SVDS 04/2014	09 de maio de 2014	Dispõe sobre o processo de Licenciamento Ambiental Online (LAO) para atividades minerárias	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/126812
ORDEM DE SERVIÇO SVDS 05/2014	25 de agosto de 2014	Dispõe sobre os Autos de Infração Imposição Penalidade de Multa - AIIPM	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/127431
ORDEM DE SERVIÇO Nº 06 <i>(REVOGADA pela Resolução nº 12, de 18/05/2020-SVDS)</i>	11 de setembro de 2014	Dispõe sobre os Procedimentos Administrativos a serem executados pelo Banco de Áreas Verdes (BAV) e dá outras providências.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/127537
ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/19	03 de outubro de 2019	Procedimento para oitiva do CONGEAPA	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/134636

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

III.9 Comunicados

Comunicado	Data	Assunto	Link
COMUNICADO S/Nº	11 de setembro de 2014	O documento Leitura Técnica e Comunitária, do processo de elaboração da Minuta de Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, está disponível no SUPLEMENTO, anexo a esta edição do Diário Oficial.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/127564
COMUNICADO S/Nº	11 de setembro de 2014	O documento Leitura Técnica e Comunitária, do processo de elaboração da Minuta de Lei da Política de Educação Ambiental, está disponível no SUPLEMENTO, anexo a esta edição do Diário Oficial.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/127563
COMUNICADO	23 de março de 2020	Estabelece regras para trabalho remoto enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135485
COMUNICADO SVDS Nº 02/2020	23 de outubro de 2020	AUTORIZA O teletrabalho parcial na Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SVDS, notadamente em atividades compatíveis com as atribuições de seu cargo, em caráter facultativo e a critério da chefia	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/136316

SVDS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

III.10 Notas Técnicas

Nota Técnica	Data	Assunto	Link
NOTA TÉCNICA SVDS N° 01/2020	18 de maio de 2020	Referente: Considerações sobre propostas de alterações ao Projeto de Lei Complementar n° 66/2019 de autoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU (órgão consultivo dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais) publicado em DOM, em 08 de maio de 2020, páginas 19 a 20.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135683
NOTA TÉCNICA SVDS N° 02/2020	19 de maio de 2020	Referente: Considerações sobre propostas de alterações ao Projeto de Lei Complementar n° 65/2019 de autoria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU (órgão consultivo dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais) publicado em DOM, em 08 de maio de 2020, páginas 17 a 19.	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/135681

III.11 Portarias

Portaria	Data	Assunto	Link
PORTARIA SVDS N° 01	08 de maio de 2019	Dispõe sobre a aprovação do Plano de Manejo da APA de Campinas e dá outras providências	https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/134108